

A TERRA E O CASTELO — UMA EXPERIÊNCIA ARQUEOLÓGICA EM AGUIAR DA PENA

Mário Jorge Barroca
António J. Cardoso Morais

À MEMÓRIA DE
FRANCISCO GASPAR DE ALMEIDA LOPES,
QUE PARTILHOU CONNOSCO
OS SONHOS DESTE PROJECTO

Entre 1982 e 1984 procedemos a trabalhos arqueológicos no castelo de Aguiar (Telões, Vila Pouca de Aguiar), vetusta fortaleza que, durante alguns séculos, presidiu militarmente aos destinos da «Terra» medieval de Aguiar da Pena.

Implantado no alto de um afloramento granítico, a uma cota média de 870 metros de altitude⁽¹⁾, o Castelo de Aguiar insere-se na orla de uma zona sobejamente conhecida da arqueologia nacional, o planalto do Alvão, onde os testemunhos da presença humana se assinalam para diversas épocas. As suas características genéricas permitem integrá-lo dentro do grupo dos castelos «roqueiros», em que o local, estrategicamente escolhido, conjuga o aproveitamento dos afloramentos rochosos — onde a sua estrutura se articula — com um dificultado acesso e um bom campo de visão. O Castelo de Aguiar acrescenta também uma excelente integração na paisagem, que o torna ainda menos perceptível a olhares pouco precavidos. Efectivamente, o facto de a sua implantação não ser na cota mais elevada da linha de montes que cercam o vale do Corgo evita o seu recorte no horizonte, integrando-o, pelo contrário, no mesclado de verdes, castanhos e cinzentos da paisagem granítica envolvente. Situado num esporão ligeiramente avançado em relação às faldas da serra do Alvão, conseguiu deste modo preservar um campo de visão privilegiado. Do seu alto dominava grande parte do vale de Vila Pouca, ou seja, a zona militar e economicamente mais importante da sua Terra. Apoiado por algumas atalaias de vigilância, assegurava o domínio dessa via natural de comunicação através da bacia tectónica Régua-Verin, que desde cedo se tornou num eixo privilegiado para a circulação. Por isso o Castelo voltou as costas a uma parte significativa do seu território — o planalto do Alvão — preferindo velar uma área relativamente restricta da sua Terra.

A circunscrição territorial de que o Castelo de Aguiar foi cabeça militar é, de entre as «Terras» medievais portuguesas, umas das mais desconhecidas. Escasseiam as referências nas fontes documentais. O mutismo que os testemunhos escritos coevos lhe reservaram para largos períodos de tempo encontra-se na origem do insuficiente conhecimento que hoje temos do que foi este espaço ao longo de vários séculos. Procurar entender a fortaleza sem a integrar no seu território e sem ten-

(*) Aos Professores Doutores Carlos Alberto Ferreira de Almeida, José Mattoso e José Marques, e ao Dr. Manuel Luís Real devemos um testemunho público de gratidão pelas observações que nos fizeram e que vieram enriquecer o nosso trabalho.

A todos que participaram nas campanhas de escavação no Castelo de Aguiar, onde para além de terem tornado viável este estudo nos proporcionaram momentos de inesquecível convívio, fica aqui o nosso agradecimento: Dr. Luís Carlos Amaral, Dra. Maria Conceição Casanova, Dra. Maria Helena Couto, Dr. António Abílio Carvalho dos Santos, Dr. Fernando Hernâni Martins, Dra. Maria Emilia Silva Dias, Dra. Teresa Pires de Carvalho, Dr. Rui Tavares, Arq. Carlos Guimarães, José António Monteiro, Maria Armada Lima, Susana Faro da Costa, Cláudia Carvalho Milhazes, Armandino Cunha, Noémia Queirós de Carvalho, Maria de Fátima Sales, Helena Marques Rodrigues, Paulo Dórdio Gomes, Miguel Rodrigues, Rui Cavalheiro Cunha, e, "last but not least", Helena Manuela Cardielos dos Reis e Maria Adelaide da Silva Ramos.

As duas campanhas em Aguiar da Pena foram possíveis graças ao apoio dado pelo Instituto Português do Património Cultural e pela Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar.

⁽¹⁾ Carta Militar de Portugal, folha 74. Tem por coordenadas Long. 1° 27' 18" (W) e Lat. 41° 29' 09" (N). Foi classificado como Monumento Nacional pelo Decreto-Lei 28/82, de 26 de Fevereiro, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 47.

tar compreender o papel jogado pelos seus vários componentes pareceu-nos pouco coerente. Mas, lançando o desafio, os obstáculos revelaram-se difíceis de contornar. Muitos aspectos escaparam-nos, por certo. As perspectivas pareciam aliciantes, mas as pistas mostraram-se fugazes, tornando o caminho árduo e perigoso. Da terra e dos homens ficaram-nos testemunhos de naturezas dispare, difíceis de coordenar e de integrar num mesmo mosaico. Tentámos entender o Castelo e o seu território como um *todo*, onde se conjugam facetas complementares, embora muito diversas. É dessa tentativa que consta a primeira parte do nosso trabalho, reflectindo, necessariamente, algumas dessas limitações.

A TERRA ANTES DA «TERRA»

As origens da Terra de Aguiar da Pena escapam-nos no silêncio da documentação mais antiga. Ignoramos quando surgiu esta circunscrição territorial, mas não será descabido pensar na segunda metade do século XI, altura em que se multiplicam as primeiras referências para este tipo de organização do espaço⁽²⁾ ou talvez um pouco mais tarde. O documento mais antigo que se conhece para a zona, datado de 1091⁽³⁾, e onde se referem *Jugal*, *Soutello*, *Pausata*, *Pensalvos*, *Sautello* e *Villarino*, conserva-se mudo em relação à existência da Terra de Aguiar da Pena. Infelizmente, trata-se de um documento em muito mau estado de conservação e de que apenas nos chegaram alguns fragmentos. Não será, todavia, de excluir a hipótese de então já se encontrar estruturada a Terra de Aguiar.

O prolongado silêncio que a documentação revela para esta zona não deve estar dissociado também da sua pobre representatividade institucional. A Terra de Aguiar da Pena, na sua modesta economia, nunca atrairia as preferências de nenhum grande mosteiro. O seu território não serviu para a fundação de qualquer importante instituição monástica, e apenas alguns mosteiros lhe cobriam uma ou outra propriedade. Também o senhorio da sua Terra não parece ter sido dos mais apetecíveis: os seus *tenentes* não se fixaram aqui por muito tempo.

No entanto, a arqueologia testemunha-nos uma certa continuidade de povoamento desde a romanização até ao século XIII, altura em que se verifica a concessão maciça de cartas de foral, primeiro núcleo de documentação realmente significativo para esta zona. Que a romanização fora intensa garatem-nos os vários achados epigráficos⁽⁴⁾ e monetários⁽⁵⁾. As explorações auríferas de Tresminas e Jales⁽⁶⁾ foram, por certo, importantes incentivos para o dinamismo do processo de romanização da zona, ao qual também não seria estranha a vizinhança de *Aquiae Flaviae* e da via de comunicação natural que, atravessando a bacia tectónica Régua-Verin, ligava ao coração da região duriense. cremos que a exploração aurífera não se interrompeu com a queda do Império, embora, previsivelmente, o seu ritmo de labor se tenha ressentido. Se atingiu a Baixa Idade Média não temos provas concretas, mas apenas suspeitas e dúvidas⁽⁷⁾.

⁽²⁾ Cf. Paulo MERA e Amorim GIRÃO, Territórios Portugueses no século XI. Sep. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra 1948.

⁽³⁾ Publicado por Avelino Jesus da COSTA, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, II, Coimbra 1958, doc. 63, p. 413-414.

⁽⁴⁾ Veja-se, entre outros, Henrique BOTELHO, Lápides com inscrições romanas do distrito de Vila Real. *O Arch. Port.*, Lisboa, XII, 1907, p. 26-31, e José Leite de VASCONCELOS, Três inscrições romanas inéditas do concelho de Vila Pouca de Aguiar, *Revista de Arqueologia*, Lisboa, III, 1936.

⁽⁵⁾ Veja-se Rui M.S. CENTENO, Algumas moedas do tesouro de Paredes do Alvão (concelho de Vila Pouca de Aguiar), *Nvmmvs*, 2.ª Série, Porto, II, 1979, p. 87-91, e João PARENTE, O tesouro numismático de Reguengo (Vila Pouca de Aguiar), *Revista de Guimarães*, Guimarães, XCII, 1982, p. 231-314.

⁽⁶⁾ É abundante a bibliografia sobre a actividade mineira em Tresminas e Jales. Entre ela veja-se, por exemplo, D. Fernando de ALMEIDA, Minas de Ouro da Gallaecia Portuguesa, *Legio VII Gemina*, Leon, 1970, p. 287-301; Claude DOMERGUE, Introduction à l'étude des mines d'or du Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité, *Legio VII Gemina*, Leon, 1970, p. 253-286; e C.A. Ferreira de ALMEIDA, Aspectos da mineração romana de ouro em Jales e Tresminas (Trás-os-Montes), *Actas do XII Congresso Nacional de Arqueologia*, Zaragoza, 1973, p. 553-562.

⁽⁷⁾ No *Catálogo de todas as Igrejas, Comendas e Mosteiros...* de 1320-21 (publicado por Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, 2.ª Ed., vol. IV, Porto, 1971 p. 111) a Igreja de Treminas surge-nos com um rendimento de 1500 libras, no que em Trás-os-Montes apenas é acompanhada pelo Mosteiro de Castro de Avelãs, a mais importante instituição monástica transmontana. A menos que se trate de algum engano, apenas conseguimos explicar este facto com a hipótese de as minas, esporadicamente, ainda laborarem. No entanto, estranhámos que não se encontre qualquer referência coeva a tal exploração, e que em 1369-80, no *Censual do Cabido da Sé de Braga*, o mesmo templo nos surja com um rendimento de apenas um marco e meio. Por último, o seu templo evidencia dificuldades económicas que se traduziram na interrupção das obras quando apenas estava erguida a capela-mor, o que não parece muito compatível com a riqueza que em 1320-21 se registava. Quando este trabalho se encontrava já em fase de composição, o Dr. José Augusto Pizarro chamou-

Da dominação germânica escasseiam os testemunhos. Dada a sua natureza, pouco nos podem adiantar sobre o povoamento da área de Vila Pouca de Aguiar durante a Alta Idade Média. Apenas nos asseguram a presença de comunidades. Quanto à estrutura do povoamento e aos recursos a que estas populações lançaram mãos nada sabemos. Um ou outro povoado castrejo pode ter sofrido reocupação nesta altura, com fins militares ou defensivos, mas por agora não dispomos de comprovação absoluta. No entanto deve-se ter mantido uma mesma opção por um povoamento das zonas de vale onde os recursos se afiguravam mais diversificados e convidativos. Trata-se de uma tendência que se começou a evidenciar sobretudo com o processo de romanização e de que alguns achados arqueológicos — como p.e. em Condado — são testemunho. É provável que a paróquia suévica de *Setunio* se implantasse não muito longe da actual Vila Pouca de Aguiar. Almeida Fernandes localizou-a em Sandonho⁽⁸⁾.

Espelho indiscutível de comunidades na zona de Vila Pouca de Aguiar durante o período da dominação germânica são as duas numismas visigóticas dos fins do séc. VII e inícios da centúria seguinte, ambas cunhadas em *Ispalis*. A mais antiga é um tremisse de Egica (687-700), encontrado em 1976 no lugar de Fontainhas, perto da aldeia da Granja, freguesia de Tresminas (Est. I, n.º 2), e hoje pertença do Pe. João Parente⁽⁹⁾. A outra é um tremisse de Egica-Wittiza (700-702), aparecido há cerca de vinte anos em Freixeda, pertos de Capeludos (Est. I, n.º 1), e de que é proprietário o Dr. Manuel Martins⁽¹⁰⁾. Qualquer tipo de extrapolação que se procure fazer a partir das duas numismas auríferas recente-se das contingências que a natureza destes materiais impõe. No entanto, apesar de reconhecermos que se tratam de elementos com uma acentuada mobilidade cuja presença também pode ser explicada pela existência de importantes vias romanas, não se pode deixar de notar que elas surgiram nas imediações de estações arqueológicas significativas. Uma delas apareceu perto do centro mineiro de Tresminas, enquanto a outra foi achada junto do castro de Capeludos celebrizado pela descoberta, nos inícios do século, de parte de uma estátua de guerreiro proto-histórico⁽¹¹⁾. Em Capeludos instalar-se-ia, no século XIII, uma das atalaias que integravam o sistema defensivo de que o Castelo de Aguiar foi cabeça, conforme garantem as Inquirições de 1220. Não é de excluir a hipótese de ter sofrido reocupação altimedieval, já não como povoado mas antes como reduto defensivo.

Os conturbados tempos da Reconquista cristã não nos deixaram testemunhos escritos para a zona de Vila Pouca de Aguiar. No entanto, não devemos estar longe da verdade se registarmos a sua área como cenário potencial de algumas movimentações militares. É conhecido o papel fundamental que, na segunda metade do século IX, Chaves desempenha como centro coordenador de acções de presúria (juntamente com *Portucale*). Dizem-nos as crónicas que o conde Odoário teria tomado a *civitate Flavias secus fluvium Tamice*, de onde coordenou o «repovoamento» de *vicos, castella, civitates* e *villas*⁽¹²⁾. Pela sua vizinhança com Chaves é perfeitamente plausível que as acções do conde Odoário se tenham também estendido até à zona de Vila Pouca de Aguiar, através da Veiga e também das zonas planálticas, mormente no Alvão. De resto, seria perfeitamente natural que as populações se sedentarizassem preferencialmente nas zonas planálticas, mais resguardadas, do que na Veiga, onde a circulação deveria ser mais intensa e, portanto, com maiores riscos.

Apenas no planalto do Alvão encontramos vestígios arqueológicos que se possam relacionar com esse período. É certo, no entanto, que se a origem das sepulturas escavadas na rocha, a que nos referimos, parece remontar ao século VIII ou IX, o lapso de tempo que podem abranger se estende por vários séculos, podendo atingir a Baixa Idade Média. As necrópoles do Alvão não são, por isso, um testemunho indiscutível de comunidades contemporâneas desses pressores, mas apenas indícios que se podem contemplar por esse prisma.

Ao todo conhecemos, actualmente, vinte e nove sepulturas abertas nos afloramentos graníticos do Alvão, repartidas por quatro núcleos: Paredes do Alvão, Lixa do Alvão, Povoação e Carrazedo

-nos a atenção para a existência de uma autorização régia concedida a Mem Martins para este abrir minas de estanho em Jales, Trasmires (Tresminas) e Monte Negro (A.N.T.T., Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, Fl. 87), o que veio corroborar as nossas suspeitas.

⁽⁸⁾ A. de Almeida FERNANDES, Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas, II Parte, *Arquivo do Alto Minho*, Viana do Castelo, V, p. 24-25. Registemos que nas Inquirições de 1258 se faz referência ao *Sautum de Cendon*.

⁽⁹⁾ Milles 443 variante. Cf. João PARENTE, Dois tremisses inéditos de Vila Pouca de Aguiar, *Nymms*, 2.ª Série, Porto, II, 1979, p. 93-97.

⁽¹⁰⁾ Milles 480 (n) variante. Cf. João PARENTE, *op. cit.*, Porto, 1979. Agradecemos ao Dr. Manuel Martins as informações complementares que nos facultou sobre este achado.

⁽¹¹⁾ José Leite de VASCONCELOS, Uma estátua de guerreiro lusitano, *O Arch. Port.*, Lisboa, VII, 1902, p. 23-26.

⁽¹²⁾ Citado por Torquato de Sousa SOARES, O Repovoamento do Norte de Portugal no século IX, *Biblos*, Coimbra, XVIII, tomo I, 1942, p. 195. Sobre o mesmo aspecto veja-se também p. 193-194.

do Alvão. Aos três primeiros já tivemos oportunidade de nos reportarmos em pequeno trabalho monográfico⁽¹³⁾, mas vale a pena registar aqui as suas principais características.

A Sul da aldeia de Paredes de Alvão, nas imediações da Escola Primária, em superfícies graníticas que ali afloram numa larga e aplanada extensão, encontra-se o primeiro núcleo deste tipo de sepulcros (Est. I, n.º 3). É composto por quatro sepulturas antropomórficas que se dispõem em dois pares, um em frente do outro, evidenciando vestígios de rebordo para receberem a tampa. Estão orientadas no sentido O-E, como era canonicamente recomendado para a sepultura cristã. Em pleno coração da aldeia de Paredes, no interior de um pardieiro semi-abandonado, encontra-se a quinta sepultura deste conjunto. Trata-se também de uma sepultura antropomórfica, mas cuja tipologia a afasta das que referimos anteriormente. Efectivamente, enquanto que as primeiras nos apresentam um contorno arredondado nos pés e nos «ombros», com a cabeceira em arco de volta perfeita, esta tem uma configuração muito mais trapezoidal no seu contorno e uma cabeceira de tipo anguloso — quer ao nível dos «ombros», quer na cavidade destinada à cabeça. Tal como referimos em 1983, o momento de abertura deste sepulcro deve ter sido distinto do da abertura dos enterramentos junto da Escola Primária. A estas quatro deve ter correspondido um mesmo momento — não só pelas semelhanças tipológicas, como também pela forma como se organizam. Na aldeia de Paredes, em outra construção, encontra-se reaproveitada, junto do alicerce de uma das paredes, a tampa granítica de uma sepultura, com uma curvatura acentuada. Pertenceu provavelmente a um dos enterramentos a que nos temos vindo a referir, constituindo assim um dos raros exemplos conhecidos para Portugal.

A Sul da aldeia da Lixa do Alvão encontra-se o segundo grupo de sepulturas, com seis exemplares dispersos por três pontos distintos (Est. I, n.º 4). Quatro já tinham sido referidas por Henrique Botelho, num pequeno trabalho⁽¹⁴⁾. Quando em 1983 tratamos deste grupo de moimentos dividimo-los nos núcleos A, B e C.

Ao núcleo A pertencem três sepulturas antropomórficas, abertas num rochedo sobranceiro a campos cultivados, no lugar da Vargem, não longe da vereda que liga a Lixa a Soutelo de Aguiar. Estes três monumentos encontram-se sensivelmente orientados no sentido O-E, apresentando entre si uma ligeira divergência axial, a qual se pode relacionar com a sua abertura em diferentes estações do ano. A confirmar-se esta hipótese poderíamos, à partida, distinguir pelo menos dois momentos: um, a que corresponde a abertura da sepultura n.º 1, e o outro que corresponderia à abertura das sepulturas 2 e 3. Todas apresentam demarcado o rebordo para melhor apoio da tampa, que poderia ser composta por uma ou mais lajes. Duas apresentam cabeceira de tipo anguloso, enquanto que outra possui arco de volta perfeita, todas com desnível entre a zona destinada a receber o crânio e a cavidade para o corpo.

Não muito longe destas, no lado oposto do caminho, e em frente do núcleo A, encontramos a única sepultura que integra o sector B. Trata-se de um interessante monumento aberto em penedo isolado, num campo agricultado onde surgem com bastante frequência fragmentos de cerâmica medieval. A sepultura, levemente antropomórfica, encontra-se fracturada ao longo de uma das suas faces, apresentando uma larga zona rebaixada em toda a volta, com cerca de 20 cm de largura, para o encaixe da tampa e drenagem das águas pluviais. É uma solução invulgar, senão mesmo inédita. Henrique Botelho registou, ainda, a possibilidade de existir «na mesma propriedade» «uma sepultura com tampa», o que não conseguira confirmar, e que nós não encontramos.

O núcleo C da Lixa do Alvão, composto por mais dois exemplares, implanta-se numa pequena mancha de carvalhos, contígua a campos de cultivo, não muito longe dos anteriores núcleos. São sepulturas antropomórficas, com cabeceira de tipo anguloso, abertas num rochedo igualmente isolado. Curiosamente, estamos perante as primeiras sepulturas de Vila Pouca de Aguiar que não seguem a orientação recomendada pela Igreja. Alinham-se no sentido N-S, embora, entre si, também com ligeira diferença axial.

Registemos que, apesar de na zona existirem abundantes afloramentos graníticos, os três núcleos da Lixa do Alvão optaram por se implantar em rochedos isolados, no que parece ser uma opção intencional.

Félix Alves Pereira referiu, em 1930, o aparecimento de espólio em cobre ou latão no interior de uma das sepulturas da Lixa do Alvão, composto por «duas pequenas chapas decoradas com estreitas faixas estriadas, fragmentos de objectos maiores», acrescentando que «juntamente estava

⁽¹³⁾ Cf. Mário Jorge BARROCA e António J. Cardoso MORAIS, Sepulturas medievais na Terra de Aguiar da Pena (Vila Pouca de Aguiar), *Arqueologia*, Porto, 8, Dezembro 1983, p. 92-102.

⁽¹⁴⁾ Cf. Henriques BOTELHO, Duas Necrópoles no concelho de Vila Pouca de Aguiar, *O Arch. Port.*, Lisboa, III, 1897, p. 256 e Est.; é também nomeado na nótula de J. Leite de VASCONCELOS Sepulturas de Pedra, *O Arch. Port.*, Lisboa, II, 1896, p. 248.

outro fragmento com a forma de pequena arcada de dois arcos e meio, e uma pequena placa losan- gal de lados côncavos, que era também parte de outra peça maior»⁽¹⁵⁾. A referência peca por ser excessivamente vaga para a importância de tal achado. Embora pela sua descrição não consigamos identificar o espólio, hoje infelizmente perdido, a sua presença — se bem que não seja caso inédito — é bem interessante. Tratar-se-iam de objectos ligados com o vestuário do morto ou fariam parte de espólio votivo?

Em Carrazedo do Alvão fomos encontrar nova concentração de sepulturas rupestres, reparti- das por duas zonas distintas (Est. I, n.º 5). Na primeira encontra-se uma única sepultura antropo- mórfica, de que sobrevive actualmente apenas a metade superior, evidenciando desnível entre a cabeceira e o corpo. Ao segundo núcleo, em plena aldeia, pertencem oito sepulcros, polarizados em torno de uma habitação, no seu pátio e acesso público. Quatro sepulturas antropomórficas são ainda visíveis, muito embora tenham sido «niveladas» com um preenchimento de pedras e cimento. Uma encontra-se implantada debaixo de um muro, e todas estão orientadas no sentido O-E. Tam- bém no interior do pátio se encontra outro curioso exemplar. Trata-se de uma sepultura de dimen- sões pouco comuns, com cerca de 195 cm de comprimento e 105 de largura junto aos «ombros», possivelmente uma sepultura geminada. Lamentavelmente, o facto de ter sido cimentada impossibi- lita a observação do seu interior. Completam este núcleo de Carrazedo duas sepulturas não-antropo- mórficas, de contorno ovalado e fundo plano, e outro caso pouco comum: uma sepultura inacabada, ovalada, de que apenas se descera cerca de 10 cm. O facto de esta sepultura estar orientada N-S não parece ser razão suficiente para que tenha sido abandonada antes da sua conclusão. Pode- -se associar a outros casos conhecidos em Portugal de sepulturas abertas na rocha que quedaram inacabadas. Ao núcleo de Carrazedo do Alvão já se reportara, em 1897, Henrique Botelho, embora pareça ter exagerado um pouco ao referir a existência de «dúzias que estão descobertas» além de «muitas dentro das casas e nos campos próximos»⁽¹⁶⁾. É certo que alguns exemplares foram enco- bertos pelas construções actuais — como bem se lembram os moradores da zona — mas dificil- mente se poderia pensar num cômputo tão elevado.

Nas imediações da aldeia de Povoação, um afloramento granítico de acentuado declive foi o local escolhido pelas populações de antanho para aí enterrarem os seus mortos (Est. I, n.º 6). Pequena mas importante necrópole, compõe-se de nove túmulos distribuídos por três tipos distintos e duas orientações dominantes, ortogonais entre si. É o conjunto de sepulturas do Alvão que encerra uma problemática mais rica. Por um lado, as diferentes orientações das sepulturas, que não podem ser explicadas por um simples desvio pontual ou acidental, parecem testemunhar dois momentos distintos da existência deste pequeno cemitério. Isto parece ir ao encontro dos dados tipológicos, fazendo corresponder a uma orientação as sepulturas não-antropomórficas de con- torno sub-retangular, e, a outra, às restantes sepulturas, tanto antropomórficas como ovaladas. Numa outra perspectiva, em dois casos, parece ter havido uma certa preocupação em individualizar dois pares de sepulturas, reunindo uma sepultura antropomórfica a outra ovalada. O destaque dado a esses pares faz-nos lembrar os «núcleos familiares» que Alberto del Castillo valorizou⁽¹⁷⁾.

A completar este quadro geral das sepulturas escavadas na rocha de Vila Pouca de Aguiar res- ta-nos referir algumas notícias dispersas, que não tivemos oportunidade de confirmar. Rafael Rodrigues, em 1895⁽¹⁸⁾, reportou-se a «sepulturas rocazes» na freguesia de Soutelo do Vale, classifi- cando-as de romanas. Não conseguimos localizar estas sepulturas, de que não resta memória entre as populações, não sendo de excluir a hipótese de se tratar de algum dos núcleos da Lixa do Alvão, que se situam nas imediações do caminho de acesso a Soutelo de Aguiar (ou do Vale). De igual modo não conseguimos esclarecer a informação da existência de «sepulturas nos rochedos» nos «montes da freguesia de Telões (Soutelinho do Amezio)»⁽¹⁹⁾.

Mais interessante é a referência de 1255, contida no foral outorgado por D. Afonso III a Gra- lheira, onde, entre os pontos de delimitação do espaço, se indica *ad pia do mormoiral de cima de manuz*⁽²⁰⁾. Não temos a certeza de se tratar de uma sepultura escavada na rocha, mas a confirmar-

⁽¹⁵⁾ Félix Alves PEREIRA, À visita das Pedras Salgadas (Bosquejo Arqueológico), *Portucale*, Porto, III, 16, 1930, p. 286-287.

⁽¹⁶⁾ Henrique BOTELHO, *op. cit.*, p. 256.

⁽¹⁷⁾ Cf. Alberto del CASTILLO, *Excavaciones altomedievales en las provincias de Sória, Logroño y Burgos*, Madrid, 1972, p. 11-12 e 20.

⁽¹⁸⁾ Cf. Rafael RODRIGUES, Antas ou dolmens, Túmulos e sepulturas romanas no concelho de Vila Pouca de Aguiar, em Trás-os-Montes, *A Vida Moderna*, Lisboa, n.º 35, 1895.

⁽¹⁹⁾ Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Vila Pouca de Aguiar, vol. 35, p. 741.

⁽²⁰⁾ P.M.H., *Leges*, p. 650.

-se esta hipótese — que a expressão *pia* parece autorizar — estaremos perante uma das mais antigas referências documentais que contamos para este tipo de monumentos. Não teve, até ao momento, comprovação material.

Se exceptuarmos esta referência de meados do século XIII, todos os restantes casos conhecidos de sepulturas escavadas na rocha na zona de Vila Pouca de Aguiar situam-se na área do Alvão, o que nos sugere uma ocupação preferencialmente concentrada nesta zona planáltica mais recatada. Por outro lado, se tomarmos em linha de conta as cronologias médias que têm sido atribuídas para este tipo de sepulcros em Espanha — do último terço do século IX a meados do século XI —, muito embora reconheçamos a necessidade de um aferimento cuidado para a realidade portuguesa, poderemos estar em face de comunidades contemporâneas dos primeiros presores.

A «TERRA» — DO ESPAÇO E DOS HOMENS

Como já tivemos oportunidade de referir, data de 1091 o documento mais antigo que se reporta a núcleos populacionais de Vila Pouca de Aguiar. Na doação que, em 13 de Julho desse ano⁽²¹⁾, Rodrigo Pais faz ao mosteiro de S. João de Arnoia, referem-se, entre outras herdades que aquele senhor detinha, os lugares de *Jugal* (Vila Pouca de Aguiar), *Soutello* (Soutelo de Aguiar), *Pausata* (Pousada, ?) e *Pensalvos* (Pensalvos). O topónimo *Villarino*, que também é citado, pode corresponder a Vilarinho da Samardã (Vila Real), já fora da zona que nos ocupa, ou a Vilarinho de S. Bento (Capeludos). *Sautello* deve corresponder ao lugar de Soutelinho, a Norte de Vreia de Bornes e de Valoura. Infelizmente em relação a estes dois topónimos o documento é ambíguo, mas pela sua própria lógica interna inclinamo-nos para estas duas últimas identificações, correspondentes a lugares que se situam nas imediações de Pensalvos, anteriormente referido. Este precioso pergaminho mantém-se, hoje, como excepção no panorama dos testemunhos escritos mais antigos para a Terra de Aguiar. Ela, note-se, ainda não se encontra explicitamente referida. Porém, o facto de apenas sobreviverem alguns fragmentos do documento impede-nos de tirar conclusões definitivas sobre este aspecto.

Para voltarmos a encontrar referências documentais a Aguiar da Pena temos de avançar mais de uma centúria, até aos alvares do século XIII. Conjugando três tipos distintos de fontes, os aforamentos colectivos, as cartas de foral e as Inquirições de 1220 e 1258, podemos então ensaiar uma aproximação do que era, nesse século, a Terra de Aguiar: o seu povoamento e a sua economia (Est. II e III).

O espaço da Terra de Aguiar da Pena corresponde, em grande parte, ao que integra actualmente o concelho de Vila Pouca de Aguiar. Se lhe retirarmos as freguesias de Tresminas, Alfarela de Jales e Vreia de Jales, que pertenciam à Terra de Panoias, e lhe acrescentarmos a freguesia de Ribeira de Pena e parte da de Sta. Marinha, hoje do concelho de Ribeira de Pena, não nos encontramos muito longe do que seria o âmbito territorial de Aguiar da Pena.

Pela cartografia dos topónimos referidos nas Inquirições de 1220 e 1258 e nos aforamentos e forais outorgados ao longo do século XIII, conseguimos ter uma ideia bastante aproximada dos limites da Terra de Aguiar (Est. II). Por Noroeste ela devia acompanhar o rio Tâmega, sua fronteira natural, sensivelmente desde o ponto em que este recebe as águas do Bessa (Daivões pertencia-lhe) até, mais a Norte, à zona de Gameiros-Sobradelo. Parece que, num único ponto, ela ultrapassou esta barreira fluvial, abarcando a povoação de Viela, a Norte de Santo Aleixo de Além-Tâmega. Abandonado o Tâmega como linha de fronteira, a Terra de Aguiar passaria a ser delimitada quer através de elementos naturais bem destacados na paisagem, quer ainda por marcos de delimitação. Uma vez largado o Tâmega, os seus limites inflectiriam a Sudeste, contornando Capeludos, que lhe pertencia, e passando junto à vila de Oura, cujo termo pertencia já à Terra de Chaves. De seguida, ia aos limites de Loivos e, inflectindo para Sul, passaria aquém de Póvoa de Agrações. Nas Inquirições de 1258 regista-se, para a zona entre o Tâmega e Loivos, o depoimento de testemunhas

«... qui mostrarunt sibi marcos quod Aquilare dividebat contra Luvios [Loivos] cum Monte Nigro [Terra de Monte Negrelo] per meyogoo de villa de Oyra [Oura] et deinde per rivolum de Tramiaes et deinde per Portum de Capiludos [Porto de Carro?]]»⁽²²⁾.

Subindo a serra da Padrela, a Terra de Aguiar incluiria a povoação de Valoura e seu termo, tal como o alto de Lagoa (*Monte de Lagoa*, 1258). De seguida, com ligeira inflexão para Sudoeste,

⁽²¹⁾ Avelino Jesus da COSTA, *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, II, Coimbra 1958, doc. 63, p. 413-414.

⁽²²⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1258, p. 1373.

excluiria toda a área de Tresminas (Covas, Tresminas e Revel), zona mineira pertencente à Terra de Panoias. O mesmo se passava com a área de Jales, não menos rica do ponto de vista mineralógico, e que também pertencia a Panoias. Quando, em 1213, a povoação de Campo se vê munida de carta de foral, definem-se-lhe do seguinte modo os seus limites:

«... *ista populacione quomodo exparte cum termino de Agiar: quomodo exparte cum Radice de Monte* [Raíz de Monte, Jales] *et inde cum ribela* [Ribeirinha]: *quomodo exparte cum Alfarella* [Alfarela de Jales]: *et inde cum Cidadela* [Cidadelha de Jales]: *et inde quomodo exparte de Revel* [Revel, Tresminas] *per aquam de Tinela* [Rio Tinhela] *et inde quomodo vadit Agiar.*»⁽²³⁾.

Assim, sabemos que as povoações de Raíz de Monte, Campo de Jales, Cidadelha de Jales, Alfarella de Jales e Revel não pertenciam a Aguiar da Pena, sendo da vizinha e rival Terra de Panoias.

Do termo de Campo, cerca de Raíz de Monte, a fronteira de Aguiar da Pena deveria ir até perto do alto de Cabreiro, na serra da Falperra, e inflectiria depois para Oeste, descendo a encosta, atravessando o vale de Vila Pouca nas imediações de Covelo. Em 1258 os inquiridores, ao reportarem-se a Tourencinho, dizem-nos:

«... *Tourencino qui est in termino de Agiare in loco qui dicitur Covelo...*»⁽²⁴⁾, e ainda hoje o limite sul do concelho, na Veiga, é em Covelo.

A partir de Covelo os limites da Terra de Aguiar subiam o Alvão, seguindo provavelmente a actual delimitação concelhia. Uma vez alcançada a superfície planáltica, o território devia alargar-se um pouco mais. Sabemos que incluía a área de Lamas, pois, em 1220, diz-se que

«... *Lamas de Cerva... est de termino de Agiar...*»⁽²⁵⁾.

Descendo o Alvão pela encosta de Ribeira de Pena, englobaria as povoações de Daivões e Escarei, ligando depois ao Tâmega, não muito longe da foz do Bessa, *ubi prius incepimus*.

Era este o espaço físico da Terra de Aguiar da Pena. Nele se movimentavam os homens que iam servir ao Castelo e a ele recorriam os seus *tenentes*, com uma regularidade sazonal nunca esquecida, reclamando os tributos a que tinham direito.

A implantação do castelo é flagrantemente descentrada dentro da Terra de Aguiar. Construído no alto de uma penha granítica, a fortaleza dominava eficazmente a parte baixa do Vale de Vila Pouca, mas esquecia não só a zona de Ribeira de Pena e todo o planalto do Alvão, aos quais voltava ostensivamente as costas, como também a área Norte do seu território, acima da portela de Vila Pouca de Aguiar. A própria sede civil do seu território — *Jugal*, hoje Vila Pouca de Aguiar — ficava fora do seu horizonte. No entanto, esta implantação obedece a uma dupla estratégia: militar e económica.

Do ponto de vista poliorcético a opção é bem clara, quer pela integração na paisagem, quer pelo campo de visão privilegiado, quer ainda pela topografia do local. Coroando o alto de um enorme batólito granítico, em que, por quase todos os lados se podem observar desníveis abruptos com mais de quinze metros, a fortaleza era, por si só, quase inexpugnável. Os seus homens apenas tinham de velar com mais cuidado a vertente de acesso, o que também não se afigurava difícil, dadas as várias possibilidades de tiro vertical. O sábio aproveitamento das potencialidades do local evitou os dispendiosos trabalhos para criação de desníveis artificiais, com o intuito de dificultar o assalto ao Castelo. Mas, paradoxalmente, a guerra não parece ter-se abeirado muito desta fortaleza quase inexpugnável. Se durante os seus tempos áureos se viu confrontada com eventos militares deles não ficou memória. Para além do seu poder simbólico — a autoridade e, sobretudo, a segurança que inspirava às populações — parece ter sido uma construção que raras vezes serviu o fim último a que se destinava. A única excepção parece ter ocorrido na segunda década do século XIII, quando a zona se viu envolvida nas hostilidades resultantes da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs, D. Teresa e D. Sancha.

Do ponto de vista económico, a opção foi também claramente consciente. O Castelo de Aguiar privilegiou a defesa da Veiga, verdadeiro eixo económico da sua Terra, por onde passava o movimento viário em direcção ao Douro e a Lamego, e onde se implantavam os núcleos populacionais com maior importância económica. Optou pela defesa da sua vitalidade económica, mesmo que para isso se tivesse visto na obrigação de apenas zelar pela segurança de uma parte menor do seu território. Neste aspecto parece ter acompanhado o exemplo de Panoias e respectivo Castelo de S. Tomé, na serra do Cabreiro.

⁽²³⁾ P.M.H., *Leges*, pp. 565-566.

⁽²⁴⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1258, p. 1375.

⁽²⁵⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1220, p. 44.

O espaço geográfico de Aguiar da Pena⁽²⁶⁾ era pobre em recursos económicos. Com as zonas minerais fora do seu alcance, a Terra de Aguiar viu-se obrigada a sobreviver com os magros recursos de uma agricultura monótona e, sem dúvida, pouco produtiva. Se na Veiga encontramos terrenos com boa capacidade agrícola, de origem aluvial, toda a zona planáltica é constituída por solos com menor potência húmida e, por isso, mais pobres. A sua composição não os torna particularmente favoráveis para a agricultura, o que, atendendo às deficientes técnicas de fertilização praticadas ao longo da Baixa Idade Média, reforça o panorama pouco convidativo. Por outro lado, também o clima se mostrava adverso, com invernos rigorosos e húmidos, logo seguidos de verões quentes e secos: *nove meses de inverno, três meses de inferno*, diz-nos ainda hoje o adágio popular. Todas estas condicionantes contribuíram para que a produção agrícola, no seu conjunto, nunca tivesse atingido níveis muito notáveis, mantendo-se ao longo da Baixa Idade Média em quantidades que pouco deviam exceder a auto-suficiência. A complementaridade era garantida por uma pastoreira bastante difundida, bem documentada em 1220 e 1258, e que não deve ter tido dificuldades de maior em se adaptar aos condicionalismos locais.

Na Terra de Aguiar da Pena, tal como por todo o Alto Trás-os-Montes, encontramos uma paisagem que se afasta, na forma como se organiza, da do Entre-Douro-e-Minho. A hierarquização tripartida do *ager*, *saltus* e *mons*, com a sua complementaridade inconfundível, torna-se mais ténue aqui, adaptando-se a condicionalismos geográficos de natureza tão diversa. Se é verdade que as três unidades estão presentes na paisagem transmontana, a sua distribuição pelo espaço reveste-se de aspectos distintos. Pela Veiga de Vila Pouca e nos pequenos vales encaixados onde correm riachos, encontramos as leiras mais férteis, o *ager*, de onde, hoje como outrora, saem a maior parte dos produtos agrícolas que na zona se cultivam. Subindo as encostas, mas misturando-se ainda com parcelas do *ager*, encontramos aqui e além parcelas de *saltus*, normalmente muradas, embora possam apresentar outras soluções para demarcar a sua privatização. A faixa superior destas encostas é ocupada quase exclusivamente pelo *mons*, zona ainda hoje florestada e possuída colectivamente. Juntamente com o *ager* são, hoje em dia, os dois componentes com maior peso na paisagem, uma vez que o *saltus* se tornou relativamente escasso. Alcançado o alto das encostas desenvolve-se a superfície planáltica, bordejada por uma mancha florestada (*mons*), mas onde, no seu coração, voltamos a encontrar zonas de cultivo, intercaladas por extensas superfícies de granito aplanado. É o Alvão, onde se fixaram desde muito cedo vários núcleos populacionais que se socorreram das limitadas potencialidades da zona para garantirem a sua sobrevivência. Aqui, à agricultura deve-se ter aliado, mais do que em qualquer outra parte de Aguiar da Pena, a pastoreira, como complemento imprescindível. Do outro lado da Veiga, nas serras da Padrela e da Falperra, o panorama não é muito distinto. A Terra de Aguiar, no entanto, pouco se aventurava para além das suas encostas ocidentais, permitindo assim que o planalto do Alvão se transformasse na maior unidade paisagística do seu território.

Da cobertura vegetal, em Aguiar da Pena, poucos elementos podemos retirar directamente da documentação medieval. As inquirições de 1220 e de 1258 testemunham-nos a presença de castanheiros, não tanto por referência directa, mas antes pela nomeação do pagamento de foros. Nuzedo, Vila Meã e Valoura tinham de contribuir com castanhas, quer fossem *castaneis pisatis*, quer *castaneis sicci*. Certamente que a extensão povoada com castanheiros não se devia resumir a estes três lugares. Efectivamente o castanheiro, lado a lado com o carvalho, seria uma das árvores mais abundantes em Aguiar da Pena. A abundância de topónimos relacionados com estas duas espécies é bem sintomática. São inúmeros os topónimos e micro-topónimos que se relacionam com a presença de castanheiros (Castanheira, Castanheiras, Penedo do Castanheiro, Souto, Soutelinho (Telões), Soutelo de Aguiar, Soutelo de Matos, Soutelinho (Valoura), Porto Soutelo, etc). De igual modo multiplicam-se as referências a carvalhos (Rebordochão, Carvalha, Carvalhal, Lamas das Carvalhas, Alto dos Carvalhos, Alto do Carvalho de Além, etc). Embora estas duas espécies botânicas fossem as dominantes, não eram naturalmente exclusivas. O sobreiro também está documentado na toponímia (Sobreira, Sobradelo), tal como outras espécies botânicas (o freixo em Freixeda; o vidroeiro em Viduedo, Vidueiro, Lagens do Bidoeiro, Poços de Viduedo, etc). As giestas, entre outros, em Bouça da Giesta (Sta. Marinha de Pena) e Vale Giestoso (Tinhela de Baixo). Não se deverá minorar o papel económico desempenhado por eles no quadro de uma economia tão marca-

⁽²⁶⁾ Na nossa perspectiva do espaço de Aguiar da Pena confessamos a influência que recebemos da leitura de obras tão sedutoras e estimulantes como: C.A. Ferreira de ALMEIDA, Território Paroquial no Entre-Douro-e-Minho. Sua sacralização, *Nova Renascença*, Porto, 2, 1981, p. 202-212; Orlando RIBEIRO, A Civilização do granito do Norte de Portugal, *Geografia e Civilização*, Lisboa, s/d, p. 11/30; Vergílio TABORDA, *Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico*, Coimbra 1932; Jorge DIAS, *Minho, Trás-os-Montes e Alto-Douro*, Lisboa 1949. Não tivemos a oportunidade de consultar a dissertação de licenciatura de Maria Carolina Gonçalves MORAIS, *O Vale de Vila Pouca de Aguiar. Estudo de Geografia Humana*, Lisboa 1959.

damente rural, como a de Aguiar da Pena. Ressalve-se, no entanto, que estamos perante topónimos de difícil caracterização cronológica, que podem ter origem em épocas distintas.

A produção agrícola era, nesta circunscrição mediéfica, dominada por alguns produtos, cuja monotonia confirma não só a sua importância regional, mas também as limitadas possibilidades do solo. A sua cartografia (Est. III), ao denunciar certa uniformidade da distribuição, ilustra bem as limitações económicas de Aguiar da Pena. Ao nível dos cereais, dominavam o centeio e o milho. As referências ao pão de centeio multiplicam-se nas duas Inquirições do século XIII. Pelos aforamentos colectivos e pelas cartas de foral sabemos que eram frequentes os pães meados de centeio e milho miúdo. Eles surgem-nos mencionados nos diplomas de Sta. Marta e Viduedo (1202), *Fonte de Muliere* — Fontes ? (1206), Cidadelhe (1224), Rebordochão (1255), Afonsim, (1255), Gralheira (1255), Condado (1255), Telões (1255), Bornes (1255), Viela (1255), Guilhado (1255), Escarei (1255), Gouvães (1257), Paredes (1257) e Nuzedo (1257). Apenas no foral de Tinhela, de 1257, a proporção entre os dois cereais é diferente, com dois terços de centeio e um terço de milho. Nos restantes forais de Aguiar da Pena, todos relativos à zona Norte da Veiga, e à região de Capeludos, o pão era enriquecido com cevada. É o caso de Eiriz (1255), Sabroso (1255), Vila Meã (1255), Barbadães (1257) e Lago Bom (1257) onde o pão mencionado era constituído por metade de centeio e metade de milho e cevada. Só Capeludos (cujo foral é de 1255) contribuía com pães constituídos por um terço de cada um destes cereais.

Muito mais excepcional parece ter sido a produção de trigo, ainda hoje pouco adaptada ao panorama que a zona lhe oferece. Ele é apenas mencionado por duas vezes nas Inquirições de 1220, em Tinhela de Cima e Sabroso.

Estas Inquirições, tal como os aforamentos colectivos e os forais, revelam ainda alguns elementos sobre outros produtos agrícolas e actividades relacionadas com o mundo rural. É o caso das referências ao linho, quer no seu estado natural (em Bornes e Sta. Marinha de Pena), quer já transformado em bragais (aldeia do Castelo). A prática da apicultura é-nos revelada indirectamente pelo pagamento de libras de cera feito pela população de S. Salvador de Pena (hoje Ribeira de Pena). O vinho era produzido, pelo menos, em Sta. Marinha e S. Salvador de Pena (Ribeira de Pena), Paredes do Alvão, Vilarinho, Bornes e *Areis* (?). Cremos que deveria ser um produto comum a outras povoações da veiga de Aguiar, embora a documentação o ignore.

A actividade agrícola era complementada pela criação de aves de capoeira e de porcos, juntamente com o pastoreio e a caça. Nas Inquirições de 1220 são inúmeras as referências a galinhas e a ovos, estendendo-se por toda a Terra de Aguiar. São igualmente abundantes as citações de espáduas (*spatulas*), confirmando como estava difundida a criação de animais nas imediações das casas. Os frangões estão apenas testemunhados em Sta. Marinha de Pena.

Do pastoreio conhecemos a predominância dos carneiros, sobretudo no Alvão (Sta. Marta, Carrazedo, Povoação, Aldeia do Castelo, Souto e Soutelinho) e na área Norte do território (Capeludos, Guilhado, Bornes e *Areis*?)⁽²⁷⁾. Quanto à caça, ela é-nos testemunhada pelo pagamento de peles de coelho (Soutelo, Nuzedo, Tinhela de Cima, Valoura, Barbadães de Baixo, Sabroso, Capeludos, e Calvos?).

Os lacticínios documentam-se apenas nos almudes de manteiga que S. Salvador de Pena (Ribeira de Pena) era obrigada a pagar.

Era este o quadro económico de Aguiar da Pena no século XIII, se exceptuarmos as actividades artesanais, de resto pouco significantes. Ele traduz-nos uma economia essencialmente voltada para a auto-suficiência, contribuindo para uma aproximação sobre as possibilidades que se ofereciam para o sustento do homem medieval. A sua alimentação não deveria ser muito diferente do que se conhece para outras zonas rurais⁽²⁸⁾. O pão devia ser a base da alimentação, sendo as refeições principais, nalguns dias, enriquecidas com carne. Os restos osteológicos exumados no Castelo

⁽²⁷⁾ Segundo Orlando Ribeiro é provável “que a utilização dos planaltos pastoris, uma vez derrotados os bosques, tenha precedido a das veigas, provavelmente alagadiças e cobertas de uma vegetação inextricável e mais difícil de arrotear: a posição das aldeias no sopé dos relevos marginais das depressões, ao passo que as vilas, centros administrativos posteriores, se situam ao interior delas, parece indicar a sua ocupação tardia” (A Civilização do granito do Norte de Portugal. p. 25). Não sabemos até que ponto o Vale de Vila Pouca, quer o Baixo, quer o Alto, tiveram uma ocupação tardia. Já em 1091 encontramos referidas várias populações na Veiga, embora a concessão de aforamentos colectivos e de forais, no século XIII, elucide-nos de um deficiente povoamento carente de novo enquadramento administrativo. No entanto, é bem sugestivo o panorama que se configura para as planuras do Alvão, onde o povoamento é mais antigo, testemunhado na concentração de cemitérios rupestres em Paredes, Lixa, Carrazedo e Povoação. De resto ainda hoje as estruturas habitacionais nessa área se apresentam com características arcaicas bem interessantes: povoações para as quais o tempo quase parou.

⁽²⁸⁾ Maria Helena da Cruz COELHO, Apontamentos sobre a comida e a bebida do campesinato coimbrão em tempos medievos. *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, 12, 1983. p. 91-101.

de Aguiar eram procedentes de galinhas, cabras, carneiros e porcos, revelando alguns traços de consumo e práticas culinárias, bem como a socorrência de uma população animal jovem⁽²⁹⁾. Por um breve passo das Inquirições de 1220, ficamos a saber que as populações de Aguiar da Pena seguiam as recomendações da Igreja, respeitando a abstinência de carne nas datas por ela prescritas. Quando se reportam a Carrazedo do Alvão, os inquiridores anotam que

«... *dant pro foro Ricohomini quando ibi venerit, si fuerit dies de carne dabunt illi unum carneirum et de suo pane, et si fuerit dies de piscato dabunt illi truitas et vitas de lecte et panem...*»⁽³⁰⁾.

Do mesmo modo se procedia em Paredes do Alvão.

As actividades artesanais parecem ser escassas em Aguiar da Pena. Apenas sabemos que em Tinhela de Cima se concentravam os ferreiros, pois as Inquirições de 1220 dizem-nos que os homens de Tinhela de Cima, quando se deslocavam a Valoura para colher castanhas, pagavam *singulos ferros*⁽³¹⁾. Acrescenta a mesma fonte que

«... *in Tiela de Susaa habent pro foro omnes ferrarii qui fundunt ferrum dant vij.vij. ferros, et cabanarii iij.iiij ferros, et alii qui extraxerint ferrum dabunt singulos ferros.*»⁽³²⁾.

Era, pois, em Tinhela de Cima que se concentravam as actividades metalúrgicas relacionadas com o ferro, da extração à fundição, sendo provável que fosse o único centro ferreiro da Terra. Se não era o único, seria pelo menos o mais importante.

Infelizmente, escapam-nos muitas outras actividades artesanais. Para uma delas, a cerâmica, seria particularmente importante conseguirmos determinar focos produtores. A documentação medieval de Aguiar da Pena não nos fornece qualquer informação sobre centros oleiros, com os seus fornos. No entanto, sabemos que a cerâmica exumada nas escavações do castelo de Aguiar é, muito provavelmente, produto de uma actividade local ou regional. No Foral de Telões, de 1255, refere-se o topónimo *Porto dos Oleyros*, na Veiga, não muito longe do Castelo, mas dele não resta hoje recordação. No que foi o território de Aguiar da Pena apenas sobreviveu até aos nossos dias o topónimo *Olaria* (Ribeira de Pena), que as Inquirições nem citam. São estes os dois únicos elementos que nos podem alertar para a presença de algum centro de produção de cerâmica em Aguiar da Pena.

Por último, conhecemos notícias de alguns moinhos e de um lagar: *molinis* em Afonsim⁽³³⁾, *molendinis* na vila de Telões⁽³⁴⁾, dois moinhos nas imediações do Corgo, próximo da ermida de S. Pedro⁽³⁵⁾, e um moinho na Veiga do Soutelo⁽³⁶⁾. O único lagar documentado nas Inquirições do século XIII, o *lagarem de Johanne*, era uma estrutura possuída individualmente e situada nas imediações de *Avelaeyra* (?)⁽³⁷⁾.

A Terra de Aguiar da Pena era cruzada por duas vias principais, que seriam completadas por uma rede local de veredas e caminhos, que na sua maioria nos escapam⁽³⁸⁾.

A primeira dessas vias era a que ligava Chaves ao Douro, servindo-se da bacia tectónica Régua-Verin. Seguiu, de forma bastante aproximada, o trajecto da actual estrada nacional, atravessando o coração económico de Aguiar da Pena e assumindo-se como um dos principais elementos ordenadores do território. A sua presença pesou de forma significativa na escolha do local onde se implan-

⁽²⁹⁾ Veja-se o Relatório sobre o Material Arqueozoológico cujo estudo se ficou a dever à Dra. Teresa Cunha Lopes, da Universidade do Minho, e que se publica em anexo.

⁽³⁰⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1220, p. 125. A mesa do Rico-homem era, naturalmente, a mais abundante e requintada. A única referência que possuímos sobre a utilização de condimentos na alimentação em Aguiar da Pena diz-lhe respeito: Outeiro, em *Jugal*, fornecia-lhe alhos (... *dabant allios ad coquinam de riquohomine...*, P.M.H., *Inquisitiones*, 1258, p. 1371).

⁽³¹⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1220, p. 45.

⁽³²⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1220, p. 127.

⁽³³⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1258, p. 1369.

⁽³⁴⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1258, p. 1370.

⁽³⁵⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1258, p. 1374.

⁽³⁶⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1258, p. 1374.

⁽³⁷⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1258, p. 1368.

⁽³⁸⁾ Das vias secundárias apenas temos informação para uma que se abria nas imediações de Ribeira da Pena. Dizem as Inquirições de 1258 que ...*Fernandus Dominici iudex de Aguiar filiavit de hereditate regalenga regis de Pena in loco qui dicitur Tempora et dedit eam Fernando de Pena pro ad faciendum carrariam...* (p. 1371). Noutro ponto regista-se que ...*Stephanus de Pena et Fernandus de Pena tolerunt carrariam que ibat per suam hereditatem* ... (p. 1368).

tou o Castelo de Aguiar. A servir esta via, em 1258, encontramos localizada na vila de Bornes a única pousada de que temos conhecimento para a Terra de Aguiar⁽³⁹⁾.

Relacionadas com esta importante via encontramos, cerca de Vila Pouca de Aguiar, três pontes até agora referidas, normalmente, como obra romana: a ponte de Cidadelhe de Aguiar, no centro do povoado (Est. I, n.º 7), a ponte de Bragado (Est. I, n.º 9) e a ponte de Pedras Salgadas (Est. I, n.º 8), implantada no local denominado «As Romanas»⁽⁴⁰⁾. No entanto, qualquer uma, tal como ainda a ponte de Oura, no limite Norte da Terra de Aguiar (mas já pertencente a Chaves), são obras que se distanciam bem da romanização. Na realidade, são pontes medievais que sofreram remodelações profundas em época moderna, como testemunham os seus parapeitos do século XVII.

Por esta via, em Junho de 1366, seguiu D. Pedro I de Castela a caminho de Chaves, de onde transitou para terras de além-fronteira⁽⁴¹⁾. Por ela também deve ter passado D. João I, entre 19 e 20 de Dezembro de 1385, quando durante a sua primeira campanha militar por terras transmontanas se teve de deslocar de Vila Real de Panoias para a cidade de Chaves⁽⁴²⁾.

Outra via importante estabelecida a ligação de Guimarães a Bragança, passando por Fafe e Arco de Baulhe, atravessando o Tâmega na Ponte de Cavez⁽⁴³⁾. Pouco adiante, entrava na Terra de Aguiar da Pena, subindo o Alvão sem atingir Ribeira de Pena, que seria servida por um ramal lateral. Atravessava depois o planalto num itinerário concordante com a estrada actual. Descido o Alvão, cruzava-se com a primeira via em Vila Pouca de Aguiar — *Jugal* — para se lançar a caminho de Carrazedo de Montenegro e Valpaços, em direcção a Bragança. Foi dela que se serviu D. João II quando em 23 de Novembro de 1483, estadiou em Vila Pouca de Aguiar, vindo de Bragança a caminho de Guimarães⁽⁴⁴⁾.

Estas duas vias, ao cruzarem-se na área da actual Vila Pouca de Aguiar, contribuíram sobremaneira para o advento desta povoação, incrementando o seu valor económico. A implantação da vila é, de resto, bem característica, aproveitando a encruzilhada viária e a portela natural que divide as zonas Alta e Baixa do Vale de Vila Pouca. Era em Vila Pouca de Aguiar — nos séculos XI a XIII conhecida por *Jugal* — que se encontravam as medidas padrão pelas quais se regia a actividade económica da Terra de Aguiar. As cartas de foral e os aforamentos colectivos outorgados ao longo do século XIII referem-se a elas de uma forma sistemática, embora nomeando-as indistintamente por *medidas de Jugal* ou *medidas de Aguiar*. A sua mais antiga referência encontra-se no foral de Cidadelhe, que D. Sancho II assina em 1224. Nele se menciona que os seus habitantes se orientavam *per mensuram de Jugal*. Mas já em 1255-1257 se refere indiscriminadamente *per teygam de Jugal* (forais de Rebordochão e Eiriz, de 1255, e de Barbadães e Lago Bom, de 1257) ou *per mensuram de Aguiar* (forais de Afonsim, Gralheira, Condado, Telões, Bornes, Sabroso, Vila Meã, Escarei, Viela e Guilhado, todos de 1255, e nos de Gouvães e Nuzedo, de 1257). Apenas em dois casos encontramos referências a medidas particulares: no foral de Capeludos, de 1255, onde se refere *per mensuram ipsius ville*, e no de Tinhela de Cima, dado dois anos mais tarde, que menciona *per mensuram de Soutilo*.

Jugal era, pois, a «sede civil» daquela circunscrição territorial mediévia. A alteração toponímica deve-se ter verificado entre a segunda metade do século XIII e meados do seguinte, uma vez que ainda nas Inquirições de 1258 encontramos a referência à *villa de Jugal*, acrescentando-se que *ipsa villa est cautata*, por diploma hoje perdido⁽⁴⁵⁾. Mas já em 1369-80, no Censual do Cabido de Braga, se refere *Vila Pouca alias Jugall*⁽⁴⁶⁾, o que pode querer indicar que a mudança toponímica se

⁽³⁹⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1258, p. 1372.

⁽⁴⁰⁾ A esta última já se referira Félix Alves PEREIRA, À vista das Pedras Salgadas (Bosquejo Arqueológico), *Portucale*, Porto, III, 16, 1930, p. 278-279.

⁽⁴¹⁾ Cf. J.T. Montalvão MACHADO, *Itinerários de El-Rei D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1978, p. 176.

⁽⁴²⁾ Cf. Humberto Baquero MORENO, Linhas de comunicação em Trás-os-Montes no século XV, *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, Porto, I, 1982, p. 194. Seria também esta via a utilizada por D. Fernando da Guerra quando, por três vezes (1424, 1434 e 1459) se teve de deslocar entre Mateus e Chaves. Uma quarta vez passou o Arcebispo por Aguiar da Pena, tendo permanecido em Vila Pouca pelo menos em 28 de Abril de 1432. Serviu-se então da via que de Travanca, passando por Amarante, seguia até Arco de Baulhe, Cavez e Alvão. Uma vez em Vila Pouca deslocou-se para Mateus, servindo-se da via Chaves-Douro. Cf. José MARQUES, *Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra (1417-1467)*, Porto 1978.

⁽⁴³⁾ Cf. C.A. Ferreira de ALMEIDA, *Vias Medievais I. Entre-Douro-e-Minho*, Porto 1968, p. 191-192.

⁽⁴⁴⁾ Cf. Humberto Baquero MORENO, *op. cit.*, Porto 1982, p. 197.

⁽⁴⁵⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1258, p. 1371. Acrescenta-se... *quod Rex Donnus Sancius senex cautavit illam Donno Ermigio...* (p. 1371). Segundo a Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira (vol. 35, p. 748) este *Donno Ermigio* seria D. Ermigio Mendes, sobrinho-neto de D. Gonçalo Mendes de Sousa I.

⁽⁴⁶⁾ Publicado por Avelino Jesus da COSTA, *O Bispo D. Pedro e a Organização da diocese de Braga*, II, Coimbra 1958, p. 353.

verificara alguns anos antes, estando ainda bem fresca na memória das populações a sua anterior designação.

Na encruzilhada destas duas vias implantou-se a feira de Aguiar da Pena, seguramente anterior a 1369, data em que foi suspensa. Conhecemos a sua existência através da petição apresentada por Vila Real a D. Fernando, onde se refere como a existência daquela feira comprometia o sucesso e a sobrevivência da sua congénere em Vila Real, ao ponto de esta se ter deixado de realizar. E em 12 de Dezembro de 1369, tendo em conta que *o dicto lugar de Villa Pouca he lugar vil e o de Vjilla Real he lugar cercado e forte*, D. Fernando relança a feira de Vila Real proibindo, sob pena de morte, a concretização da sua rival, em Vila Pouca⁽⁴⁷⁾. A extinção daquela reunião periódica de mercadores constituiu duro revés para a economia da Terra de Aguiar da Pena. Nos inícios do século XV, em 1417, e por intervenção de João Lopes de Azevedo, ao tempo detentor daquela Terra, D. João I voltaria a autorizar a realização da feira na Terra de Aguiar. No entanto, e para que daí não resultasse prejuízo para Vila Real, o novo local da feira não seria em Vila Pouca, mas antes em Pena, actual Ribeira de Pena⁽⁴⁸⁾. É bem clara a nova conjuntura: localizada no outro lado da Terra de Aguiar, com o planalto do Alvão a separar, a realização de uma feira em Ribeira de Pena já não podia afectar a de Vila Real. O que se devia afigurar difícil era autorizar de novo a feira em Vila Pouca de Aguiar, junto da via que ligava ao Sul, que num passado ainda relativamente recente tinha tido tão graves consequências no sucesso da feira de Vila Real.

Ao chegarmos aos inícios do século XIII o povoamento de Aguiar da Pena mostrava-se senão irregular pelo menos carente de um novo enquadramento administrativo. Essa é a imagem com que ficamos da atribuição maciça de aforamentos colectivos e de forais, inaugurada logo nos inícios da centúria, quando, em 1202, D. Sancho I concede diploma a Sta. Marta e Viduedo, duas povoações do planalto do Alvão⁽⁴⁹⁾. Segue-se em 1206 o de *Fonte de Muliere*⁽⁵⁰⁾, topónimo hoje esquecido, mas provavelmente respeitante à povoação de Fontes, junto a Soutelo de Aguiar. Cidadelhe é a última povoação a ver-se munida de foral antes de atingido o meado da centúria. Este foi passado por D. Sancho II, em 1224⁽⁵¹⁾. Não conhecemos o teor do diploma de Vreia de Bornes, dado antes de 1220, e que nas Inquirições desse ano vem assim referido:

«... *Sancta Maria de Verea est cautata, quam cautavit dominus rex Sancius propria manu...*»⁽⁵²⁾.

O mesmo acontece com a vila de *Jugal*, como já referimos, que em 1258 *est cautata*⁽⁵³⁾. No entanto, é provável que fossem cartas de couto, uma vez que não parece haver confusão com as cartas de foral, situação em que nas Inquirições se apresenta a vila como *incartata*.

Alcançados os meados do século, é D. Afonso III o protagonista do maior esforço de reordenamento administrativo que Aguiar da Pena conheceu. Em apenas dois anos — 1255 e 1257 — aquele monarca assina dezoito diplomas, procurando atrair, fixar e reorganizar as populações nesta Terra. Não será de estranhar este incremento se o equacionarmos no contexto geral do século XIII e, particularmente, na actuação deste monarca, com vista à reorganização interna do reino. E Aguiar da Pena é disso bom espelho. Por outro lado, não devemos esquecer que o rei era o principal proprietário em Aguiar da Pena, como no-lo demonstram as Inquirições de 1220. Portanto, ele teria todo o interesse no progresso desta zona. Para um total de 246,5 casais recenseados⁽⁵⁴⁾, o monarca detinha nada mais que 127,5 casais (51,7%), seguido do Mosteiro de Arnoia, o segundo proprietário, com apenas 39 casais (15,8%). Imediatamente abaixo encontramos o Mosteiro de Refojos de Basto (26 casais — 10,6%), os templos locais (23,5 casais — 9,6%) e a Ordem do Hospi-

⁽⁴⁷⁾ Cf. Virginia RAU, *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*, 2.ª Ed., Lisboa, 1982, p. 81-83 e 134.

⁽⁴⁸⁾ Cf. Virginia RAU, *op. cit.*, p. 141 e 186-187.

⁽⁴⁹⁾ P.M.H., *Leges*, p. 522-523, e também Rui de AZEVEDO, Avelino Jesus da COSTA e Marcelino PEREIRA, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, Coimbra 1979, doc. 140, p. 218-219. Trata-se de Viduedo e não de Beduido, como vem referido nesta última obra.

⁽⁵⁰⁾ Rui de AZEVEDO, *et alii*, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, Coimbra 1979, doc. 163, p. 251-252.

⁽⁵¹⁾ P.M.H., *Leges*, p. 599-600.

⁽⁵²⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1220, p. 45.

⁽⁵³⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1258, p. 1371.

⁽⁵⁴⁾ No cômputo geral dos casais excluímos as referências às freguesias de S. Martinho de Friastelas e de S. Julião do Paço, por lapso incluídas em 1220 na Terra de Aguiar da Pena, quando na realidade elas pertenciam à de Aguiar de Neiva, no Entre-Douro-e-Minho. De resto, nelas se referem as medidas de Ponte de Lima (*per mensuram de Ponte*). Daí que as percentagens obtidas difiram das de Maria José Lagos TRINDADE, *A Propriedade das Ordens Militares nas Inquirições gerais de 1220, Estudos de História Medieval*, Lisboa 1981, p. 133. O erro nas Inquirições fora, de resto, já anotado no artigo referente a Vila Pouca de Aguiar, na Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira.

QUADRO 1
DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS CASAIS EM 1220

| Proprietário | N.º | % |
|--------------------------|-------|-------|
| Rei | 127,5 | 51,7 |
| Mosteiro de Arnoia | 39 | 15,8 |
| Mosteiro de Refoios | 26 | 10,6 |
| Templos locais | 23,5 | 9,6 |
| Ordem do Hospital | 21 | 8,5 |
| Mosteiro de Caramos | 3 | 1,2 |
| Mosteiro de Fonte Arcada | 2,5 | 1,0 |
| “Sanctus Salvator” | 2 | 0,8 |
| Ordem do Templo | 1 | 0,4 |
| “Sancta Eulália” | 1 | 0,4 |
| Totais | 246,5 | 100,0 |

tal (21 casais — 8,5%). Os restantes 9,5 casais encontravam-se repartidos por cinco proprietários menores (cf. Quadros 1 e 2). A própria distribuição da propriedade do monarca é bem elucidativa: dos 127,5 casais mais de metade — 70,5 casais ou seja 55,3% — concentravam-se por quatro freguesias — Santiago de Soutelo, S. Salvador da Pena (Telões), S. Salvador de Jugal e S. Martinho de Bornes — todas articuladas ao longo da via de comunicação Chaves-Douro.

O monarca era o maior proprietário em S. Salvador da Pena (Telões), com 37 entre os 41 casais (90,2%), e S. Salvador do Jugal (V. P. Aguiar), com 28 dos 35 casais (80%). Esta situação deve ser enquadrada por dois elementos fundamentais: na primeira das freguesias implantava-se o Castelo, na segunda a «sede civil» do seu território, onde, como vimos, se encontravam as medidas-padrão de Aguiar e se realizava a feira.

É precisamente ao longo da via Chaves-Douro que D. Afonso III vai outorgar a maioria dos seus forais, parecendo privilegiar dentro deste vector as freguesias onde não detinha a maioria da propriedade. Nas de S. Salvador da Pena (Telões) e S. Salvador de Jugal (V. P. Aguiar), onde já vimos que possuía a quase totalidade dos casais referidos em 1220, o monarca assina os forais a Telões⁽⁵⁵⁾ Gouvães⁽⁵⁶⁾ e Gralheira⁽⁵⁷⁾, na primeira, e a Condado⁽⁵⁸⁾, Guilhado⁽⁵⁹⁾ e Nuzedo⁽⁶⁰⁾, na segunda. Cidadelhe, na última freguesia, já possuía diploma desde 1224. É em S. Martinho de Bornes, onde detinha pouco menos que a maioria dos casais (47,2%), que D. Afonso III parece estar particularmente interessado, concedendo a maioria dos seus forais: Bornes⁽⁶¹⁾, Eiriz⁽⁶²⁾, Rebordochão⁽⁶³⁾, Vila Meã⁽⁶⁴⁾, Sabroso⁽⁶⁵⁾, Barbadães⁽⁶⁶⁾, Lago Bom⁽⁶⁷⁾ e Tinhela⁽⁶⁸⁾. Esta preferência deve

⁽⁵⁵⁾ 1255, P.M.H., *Leges*, p. 654.

⁽⁵⁶⁾ 1257, P.M.H., *Leges*, p. 668-669.

⁽⁵⁷⁾ 1255, P.M.H., *Leges*, p. 650.

⁽⁵⁸⁾ 1255, P.M.H., *Leges*, p. 653.

⁽⁵⁹⁾ 1255, P.M.H., *Leges*, p. 661.

⁽⁶⁰⁾ 1257, P.M.H., *Leges*, p. 677-678.

⁽⁶¹⁾ 1255, P.M.H., *Leges*, p. 655.

⁽⁶²⁾ 1255, P.M.H., *Leges*, p. 656.

⁽⁶³⁾ 1255, P.M.H., p. 647-648. *Revoredo Plano* é hoje Rebordochão e não Reboredo de Baixo, como vem referido nos P.M.H..

⁽⁶⁴⁾ 1255, P.M.H., *Leges*, p. 659.

⁽⁶⁵⁾ 1255, P.M.H., *Leges*, p. 657.

⁽⁶⁶⁾ 1257, P.M.H., *Leges*, p. 667-668.

⁽⁶⁷⁾ 1257, P.M.H., *Leges*, p. 669-670.

⁽⁶⁸⁾ 1257, P.M.H., *Leges*, p. 676-677.

QUADRO 2

1220

| Freguesia | Proprietário | N.º | % |
|--|--------------------------|-------|-------|
| Santiago de Soutelo (17 casais = 6,9%) | Rei | 4 | 23,7 |
| | Templo local | — | — |
| | Mosteiro de Refoios | 7 | 41,3 |
| | Mosteiro de Arnoia | 3 | 17,7 |
| | Mosteiro de Caramos | 2 | 11,3 |
| | “Sanctus Salvator” | 1 | 6,0 |
| | Total | 17 | 100,0 |
| S. Salvador da Pena* (41 casais = 16,6%) | Rei | 37 | 90,2 |
| | Templo local | 1 | 2,45 |
| | Mosteiro de Arnoia | 1 | 2,45 |
| | Mosteiro de Caramos | 1 | 2,45 |
| | Ordem do Hospital | 1 | 2,45 |
| | Total | 41 | 100,0 |
| * hoje Telões | Rei | 12 | 25,5 |
| | Templo local | 5,5 | 11,7 |
| | Mosteiro de Arnoia | 20 | 42,6 |
| | Mosteiro de Refoios | 7 | 14,9 |
| | Mosteiro de Fonte Arcada | 1,5 | 3,2 |
| | Ordem do Hospital | 1 | 2,1 |
| | Total | 47 | 100,0 |
| Sta. Eulália de Pensalvos (47 casais = 19,1%) | Rei | 28 | 80,0 |
| | Templo local | 4 | 11,4 |
| | Ordem do Hospital | 3 | 8,6 |
| | Total | 35 | 100,0 |
| S. Salvador do Jugal (35 casais = 14,2%) | Rei | 21,5 | 47,2 |
| | Templo local | 5 | 11,0 |
| | Mosteiro de Arnoia | 13 | 28,6 |
| | Ordem do Hospital | 3 | 6,6 |
| | Mosteiro de Fonte Arcada | 1 | 2,2 |
| | Ordem do Templo | 1 | 2,2 |
| | “Sancta Eulalia” | 1 | 2,2 |
| Total | 45,5 | 100,0 | |
| S. Martinho de Bornes (45,5 casais = 18,4%) | Rei | 8 | 57,2 |
| | Templo local | 1 | 7,1 |
| | Mosteiro de Refoios | 2 | 14,3 |
| | Mosteiro de Arnoia | 2 | 14,3 |
| | “Sanctus Salvator” | 1 | 7,1 |
| | Total | 14 | 100,0 |
| Sta. Marinha de Pena (14 casais = 5,7%) | Rei | 17 | 36,2 |
| | Templo local | 7 | 14,9 |
| | Ordem do Hospital | 13 | 27,6 |
| | Mosteiro de Refoios | 10 | 21,3 |
| | Total | 47 | 100,0 |
| S. Salvador da Pena* (47 casais = 19,1%) | Rei | 17 | 36,2 |
| | Templo local | 7 | 14,9 |
| | Ordem do Hospital | 13 | 27,6 |
| | Mosteiro de Refoios | 10 | 21,3 |
| | Total | 47 | 100,0 |
| * hoje Ribeira da Pena | Rei | 17 | 36,2 |
| | Templo local | 7 | 14,9 |
| | Ordem do Hospital | 13 | 27,6 |
| | Mosteiro de Refoios | 10 | 21,3 |
| | Total | 47 | 100,0 |

ser também articulada com a presença da via de comunicação. Nas restantes freguesias o total de forais atribuídos é bem menos significativo: dois em Sta. Eulália de Pensalvos — Capeludos⁽⁶⁹⁾ e Afonsim⁽⁷⁰⁾; um em Santiago do Soutelo — Paredes do Alvão⁽⁷¹⁾; outro em Sta. Marinha de Pena — Viela⁽⁷²⁾; um último em S. Salvador da Pena, hoje Ribeira da Pena — Escarei⁽⁷³⁾. Arredada a via, a atenção do monarca parece esmorecer-se significativamente.

Não deixa de ser interessante assinalar-se que o povoamento de Trandeiras, no planalto do Alvão, foi de iniciativa dos Mosteiros de Arnoia e de Refoios de Basto, como revelam as Inquirições de 1258:

«... quod monasterium de Arnoya et monasterium de Refoyos populaverunt unam villam que vocatur Trandeiro in termino de Fonsim...»⁽⁷⁴⁾.

É também nas zonas baixas, quer ao longo do Vale de Vila Pouca de Aguiar, ou suas encostas laterais, quer no Vale de Ribeira de Pena, voltado ao Tâmega, que vamos encontrar as sedes paroquiais. Dos sete templos que encabeçavam igual número de paróquias da Terra de Aguiar, hoje desdobradas em mais do dobro, poucos vestígios coevos sobreviveram até aos nossos dias. A Igreja de Bornes e a capela de S. Geraldo, que se ergue no seu adro, apresentam alguns vestígios de ascendência medieval, profundamente perturbados por obras posteriores (Est. I, n.º 13). Alguns cachorros, na maioria lisos, pedra sigladas e uma arquivolta entaipada na primeira, e o portal chanfrado da segunda, remontam a essa época, sendo de incluir num período já tardio. Dos restantes templos paroquiais nenhum vestígio medieval se pode observar actualmente. Também das ermidas de que nos falam as Inquirições pouco nos chegou. Uma implantava-se na vila de Bôrnes, e tinha por orago Sta. Eufêmia, sendo propriedade régia⁽⁷⁵⁾. Outras três situavam-se em S. Salvador da Pena (Ribeira de Pena), sendo a de S. Martinho igualmente régia⁽⁷⁶⁾. A última ermida, a de S. Pedro, situava-se na margem esquerda do Corgo, não longe de Parada do Corgo. Conhece-se ainda hoje o seu local, onde se ergue uma pequena capela que não exterioriza traços medievais⁽⁷⁷⁾.

A única igreja da área de Vila Pouca de Aguiar que ainda ostenta significativos elementos medievais é a de Tresminas, que outrora pertencia à jurisdição de Panoias (Est. I, n.º 14). Já referida no Censual do bispo D. Pedro (fins do século XI), foi reconstruída na Baixa Idade Média, tendo conseguido sobreviver até aos nossos dias, se bem que mostre remodelações mais recentes. A sua fábrica deve ter sido demorada, pois na face interna do arco triunfal encontramos adaptações para receber porta. Isto significa que, por um lapso de tempo considerável, apenas a capela-mor deve ter funcionado como local de culto, aguardando a edificação da nave⁽⁷⁸⁾. O templo, na singela decoração dos seus portais de arco apontado, resumida a uma modenatura bem marcada, é claro testemunho de um romântico tardio, onde a tendência gótica se afirma timidamente, num universo estético — o Norte granítico e rural — que se mostrou sempre reticente em o aceitar. Da sua fase mais antiga, que se documentaria na capela-mor, apenas nos resta a cachorrada, cuja ordem foi adulterada pela ampliação moderna, que a adaptou para receber o altar de talha dourada que ainda hoje alberga. Aos seus dois sarcófagos medievais, um embutido num arcossólio da capela-mor, armoriado, e outro recentemente aparecido no muro de suporte do adro, apenas decorado na sua tampa por uma singela cruz, já tivemos oportunidade de nos referirmos em 1983⁽⁷⁹⁾. De monumen-

⁽⁶⁹⁾ 1255, P.M.H., *Leges*, p. 658.

⁽⁷⁰⁾ 1255, P.M.H., *Leges*, p. 649.

⁽⁷¹⁾ 1257, P.M.H., *Leges*, p. 672. O foral de *Fonte de Muliere*, hoje Fontes (?), já tinha sido outorgado em 1206, com D. Sancho I (cf. Rui de AZEVEDO, *et alii*, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. 1, doc. 163, p. 251-252).

⁽⁷²⁾ 1255, P.M.H., *Leges*, p. 660. Sta. Marta da Montanha e Viduedo, ambas localizadas no Alvão, receberam aforamento colectivo em 1202 (Rui de AZEVEDO, *et alii*, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. 1, doc. 140, p. 218-219).

⁽⁷³⁾ 1255, P.M.H., *Leges*, p. 659-660.

⁽⁷⁴⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1258, p. 1374.

⁽⁷⁵⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1220, p. 45 e P.M.H., *Inquisitiones*, 1258, p. 1372 e 1374.

⁽⁷⁶⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1220, p. 240.

⁽⁷⁷⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1258, p. 1374.

⁽⁷⁸⁾ Para este aspecto chamou-nos a atenção o Dr. Manuel Luis Real, a quem publicamente testemunhamos o nosso agradecimento. Situação idêntica deve ter vivido a capela de Nossa Senhora de Mileu (Guarda), onde na face interna do seu Arco Triunfal se pode observar angates para porta semelhantes aos de Tresminas (Cf. Capela de Nossa Senhora do Mileu (Guarda), *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 78, Lisboa, Dezembro de 1954, fotos 36 a 39).

⁽⁷⁹⁾ Mário Jorge BARROCA e António J. Cardoso MORAIS, Sepulturas Medievais na Terra de Aguiar da Pena (Vila Pouca de Aguiar), *Arqueologia*, Porto, 8, Dezembro 1983, p. 92-102.

tos idênticos, provenientes da área de Vila Pouca de Aguiar, apenas temos conhecimento de outro caso. Foi noticiado por J. Leite de Vasconcelos⁽⁸⁰⁾, sem que precisasse a sua origem, apenas indicando que a peça era «provinda de uma serra do concelho de Vila Pouca de Aguiar, e obtida por intermédio do Rev. Raphael Rodrigues». Segundo aquele autor, este exemplar, hoje integrado na colecção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, apresentava como singular particularidade o facto de ter gravada no seu leito uma inscrição (!) ilegível, para cuja presença não vislumbramos qualquer explicação plausível. Que ela não deve ser contemporânea do sarcófago parece-nos óbvio, até porque não teria qualquer utilidade. Resta a hipótese de ter sido gravada em período mais recente, já depois de o sarcófago estar vazio.

É neste espaço que se integrava, e assumia pleno significado, o Castelo de Aguiar. Afastada de um papel activo por vicissitudes várias, a fortaleza acabaria por desempenhar sobretudo uma função simbólica. Do alto daquela mole granítica, Aguiar da Pena era para as suas populações o símbolo máximo da autoridade e da segurança, catalizando em si a imagem de autonomia da Terra. Para outros — bem menos numerosos — ela era antes a imagem do seu poder no interior desse espaço, poder que o monarca lhes delegava.

OS SENHORES DE AGUIAR DA PENA

Embora não se consigam identificar todos aqueles que detiveram a tenência de Aguiar — assinalando-se um enorme vazio desde meados do século XIII até aos fins do terceiro quartel do século XIV — podem-se, desde já, apontar quatro famílias que a ela andaram associadas: os Sousas, os de Aguiar, os Silvas e os Azevedos.

A primeira referência que possuímos data de 1200, quando na doação de um casal no lugar de Outeiro nos surge *tenente ipsam terram de Penna Sueyrio Remundi*⁽⁸¹⁾. A identificação deste Soeiro Raimundes é ainda problemática. Será Soeiro Raimundes de Riba Vizela, ou outro nobre homónimo, talvez de categoria inferior? E se é Soeiro Raimundes de Riba Vizela, que interesse despertaria Aguiar da Pena ao alferes-mor de D. Sancho I? Talvez a resposta se encontra no seu casamento: Soeiro Raimundes casara com uma filha de Egas Gomes Barroso, e, portanto, trineta de D. Gueda o Velho, de onde descendem os de Aguiar. É pois provável que Soeiro Raimundes tivesse alcançado a tenência por intermédio do seu sogro⁽⁸²⁾.

Com bens na zona de Chaves, onde se teriam fixado, D. Gueda o Velho — e seus descendentes — possuíam interesses não só na Veiga, mas também na Terra de Panoias e no Barroso. Na década de trinta do século XII, um neto seu, D. Gueda Mendes, encontrava-se à frente da Terra de Basto e, simultaneamente, da de Panoias⁽⁸³⁾. De resto, não deve ser por mera coincidência que uma das principais instituições monásticas que nos surge como proprietária na Terra de Aguiar seja precisamente o Mosteiro de Refoios de Basto, para o qual D. Gueda Mendes obtivera em 1130 carta de couto e a quem, em meados da centúria, contemplara com um rico cálice de prata⁽⁸⁴⁾. É talvez por seu intermédio que aquele mosteiro alcança bens em Aguiar da Pena.

Creemos que D. Gueda o Velho seria também proprietário na zona de Aguiar, tendo encaminhando a maior parte desses bens para o ramo dos Aguiares, que descendem dele por intermédio de Odores Guedaz e de Pedro Odores. Esta linhagem começa com um bisneto seu, Mem Pires de Aguiar, e o filho deste, Pedro Mendes de Aguiar, que se encontra documentado entre 1196 e

⁽⁸⁰⁾ J. Leite de VASCONCELOS, Recensão crítica à Rev. Portugalia, *O Arch. Port.*, Lisboa, XI, 1907, p. 369 e fig. 12 (título nosso). Quando este texto se encontrava em composição tivemos oportunidade de precisar a origem deste sarcófago. Refere J. Leite de Vasconcelos que “apareceu numa boiça pertencente ao Rev.º Rafael Rodrigues, próxima à Povoação, freguesia de Goivães da Serra”, a cerca de 2 Km da necrópole de sepulturas abertas na rocha de Povoação, a que se já nos reportamos (Cf. J. Leite de VASCONCELOS, Excursão pela Extremadura Cistagana e Norte de Portugal, *O Arch. Port.*, XXII, Lisboa, 1917, p. 160).

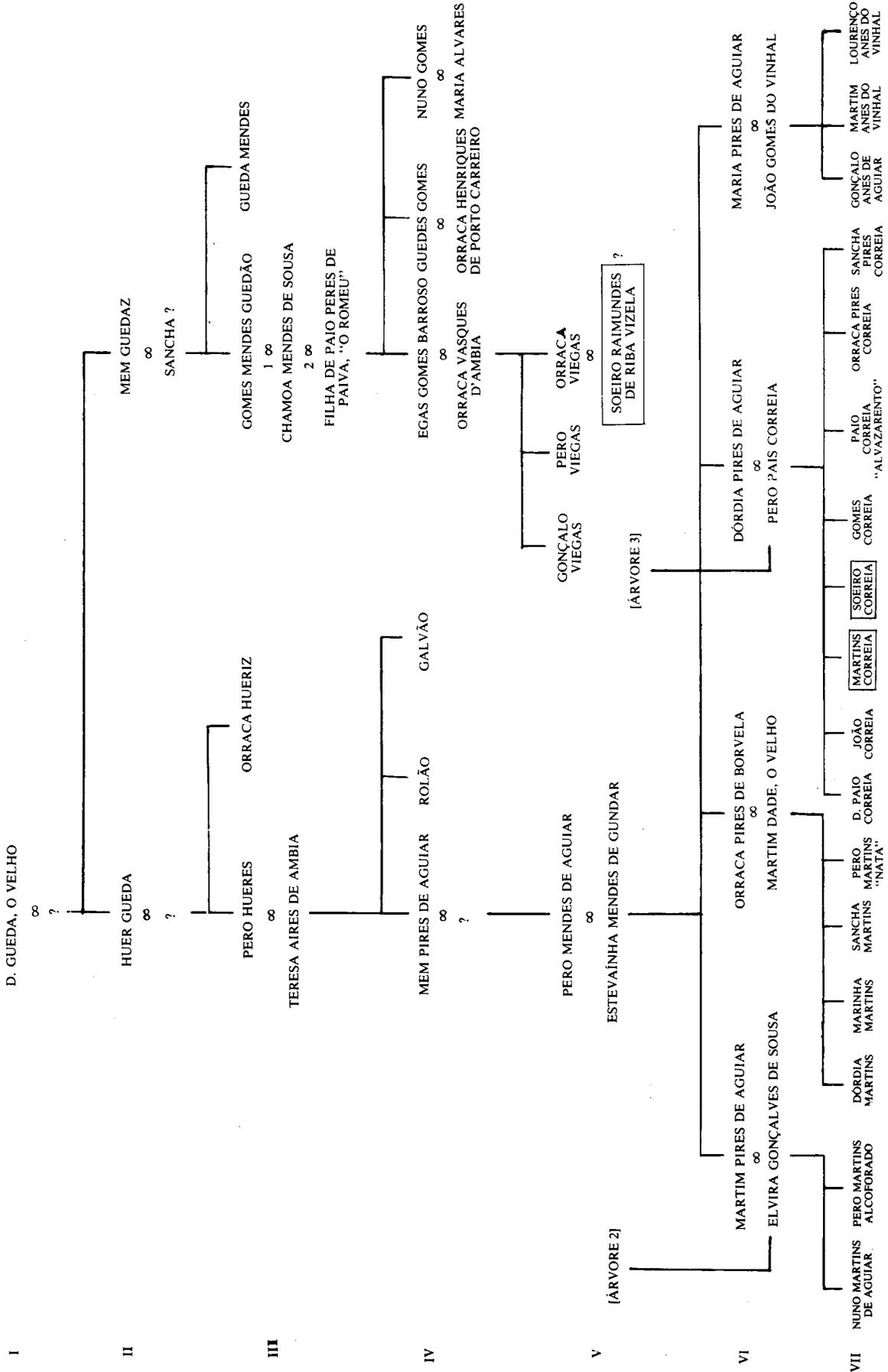
⁽⁸¹⁾ Rui de AZEVEDO, *et alii, Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Coimbra, 1979, doc. 129, de 27 de Maio de 1200.

⁽⁸²⁾ Informou-nos o Professor Doutor José Mattoso que Soeiro Raimundes sendo bastardo deveria ter alcançado a tenência não por linhagem própria mas por via do seu casamento, podendo ser um cavaleiro dependente do seu sogro ou dos Aguiares. Por outro lado, poderíamos estar perante um caso de sub-tenência o que explicaria anomalias no processo sucessório de transmissão da tenência. Não queremos deixar de registar, aqui, o nosso reconhecimento ao Professor Doutor José Mattoso por nos ter confiado a sua opinião.

⁽⁸³⁾ Cf. José MATTOSO, *Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros*, Lisboa, 1982, p. 132 e 220. D.M.P.-D.R. 122 (1132) e D.M.P.-D.R. 169 (1139).

⁽⁸⁴⁾ Cf. José MATTOSO, *Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros*, Lisboa 1982, p. 220-222, e *Identificação de um País*, I, Lisboa 1985, p. 152-153.

ÁRVORE 1



ÁRVORE 2

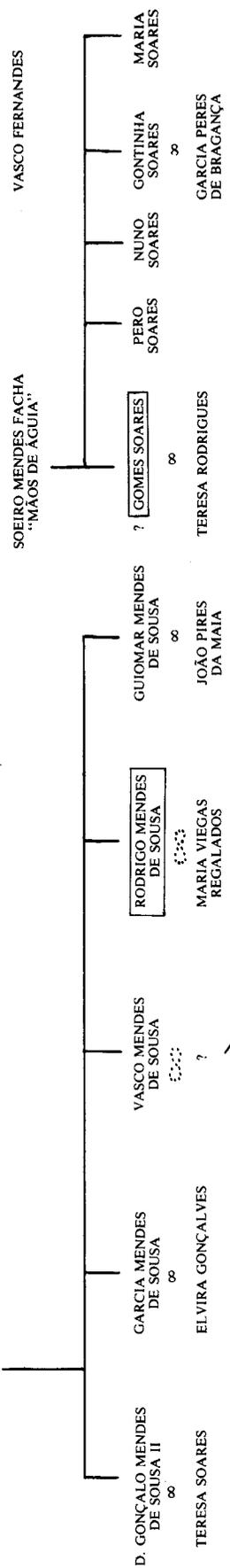
D. GONÇALO MENDES DE SOUSA I



III

D. MENDO DE SOUSA
∞
MARIA RODRIGUES

IV



V

ELVIRA GONDORA GONDORA DE REPONTOIRA
∞
ELVIRA GONÇALVES DE SOUSA
∞
MARTIM PIRES DE AGUIAR
[ÁRVORE 1]

VI

1200⁽⁸⁵⁾. José Mattoso lançou a hipótese de os de Aguiar se terem fixado em Aguiar da Pena⁽⁸⁶⁾, o que parece ter confirmação absoluta nas Inquirições do século XIII, onde em várias passagens se referem os nomes de Pedro Mendes de Aguiar e seus quatro filhos — Martim Pires de Aguiar, Orraca Pires de Borvela, Dórdia Pires de Aguiar e Maria Pires de Aguiar — como proprietários naquela Terra⁽⁸⁷⁾. Embora contemplemos a hipótese de Mem Pires de Aguiar e de seu filho Pedro Mendes de Aguiar poderem ter sido *tenentes* da Terra onde foram buscar o seu nome de linhagem, não possuímos qualquer base documental que o confirme.

Após a referência de 1200 que nos indica Soeiro Raimundes como *tenens* de Aguiar da Pena, só em 1206 voltamos a encontrar novo senhor. Nesse ano, no foral dado a *Fonte de Muliere* (Fontes?), encontra-se a menção a *Senior de Aguiar Gomez Suarez*⁽⁸⁸⁾. Será D. Gomes Soares, neto de D. Gonçalo Mendes de Sousa I, por via do seu segundo casamento com Dórdia Viegas? Sabemos que a Terra de Aguiar estava na posse dos Sosas no segundo quartel do século XIII, sendo portanto provável que a situação já remontasse a 1206. As Inquirições de 1258 dizem-nos que D. Gonçalo de Sousa a deteve: «... *Donnus Gonsalvus de Sausa quando tenebat terram...*»⁽⁸⁹⁾. Embora não tenhamos qualquer outro documento que nos ajude a precisar o momento em que este nobre a possuiu, a referência é bem clara. E em 1224 a Terra ainda estava na mão dos Sosas. No Foral de Cidadelhe, desse ano, surge-nos mencionado *Domno Roderico Menendi, qui est princeps ipsius terre*⁽⁹⁰⁾. Trata-se de D. Rodrigo Mendes de Sousa, neto de D. Gonçalo Mendes de Sousa I, e filho do Conde D. Mendo, o Sousão, personagem documentado pelo menos entre 1191 e 1228, e que deteve também a tenência da vizinha Terra de Panoias entre 1191 e 1196⁽⁹¹⁾ e em 1223⁽⁹²⁾. É pois provável que em 1224 as detivesse conjuntamente. D. Rodrigo Mendes de Sousa teve de Maria Viegas Regalados um filho bastardo, D. Garcia Rodrigues d'Arguixo, que seria, naturalmente, o herdeiro no cargo. No entanto, por vicissitudes várias, não se verificaria a transmissão hereditária. Se D. Garcia Rodrigues d'Arguixo chegou a ser *tenens* de Aguiar da Pena não o sabemos. Esclarece o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro que *morreo sem semel*, acrescentando: *e ficou toda a sua herdada a Dom Meem Garcia seu primo*⁽⁹³⁾. É assim que em 1255 encontramos à frente dos destinos de Aguiar da Pena D. Mem Garcia de Sousa, filho de Garcia Mendes de Sousa. Os forais de Rebordochão, Afonsim e Gralheira nomeiam como *tenente terra de Aquilar Domno M. Garsie*⁽⁹⁴⁾. D. Mem Garcia de Sousa beneficiava, assim, das heranças que recebera dos seus tios D. Rodrigo Mendes de Sousa, outrora *tenens*, e também de D. Vasco Mendes de Sousa. O Livro de Linhagens do Conde D. Pedro revela, a propósito de Rui Vasques de Panoias, filho ilegítimo de Vasco Mendes de Sousa e primo de Mem Garcia, que

«... o porque chamarom de Panoias foi que lhi leizou seu padre ùa pouca herdade i em Panoias, ca a outra herdade que havia, toda a leixou a Dom Meem Garcia, seu primo»⁽⁹⁵⁾.

A linhagem, para seu reforço, parece «investir» num só homem. E o eleito fora Mem Garcia⁽⁹⁶⁾. É significativo que em 1254 e 1255 D. Mem Garcia de Sousa seja, também, *tenens* de

⁽⁸⁵⁾ Foral de Souto (Panoias), de 1196 (P.M.H., *Leges*, p. 503; *Documentos de D. Sancho I*, n.º 98, p. 157-158) e Doação e Coutamento do Reguengo de Parada, em 1200 (*Documentos de D. Sancho I*, n.º 132, p. 203-204).

⁽⁸⁶⁾ Cf. José MATTOSO, *Identificação de um País*, I, Lisboa 1985, p. 152-153.

⁽⁸⁷⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1258: *Donnus Petro Menendj de Aquilare* (p. 1373), e seus filhos *Martinus Petri* (p. 1365), *Donna Urraca Petri de Borvela* (p. 1367) e *Donna Maria Petri e sua fraternitas* (p. 1372). Também alguns dos seus netos estão aí referidos quer globalmente (*Nepoti de Petro Menendj Aguiar*, p. 1369, 1373, 1374) quer individualmente (*Petro Martinj milite dicto Nata*, p. 1365, 1366, 1372 e 1374; *Nuno Martinj et filijs*, p. 1373; *filij et nepoti Petro Corrigie*, p. 1366, 1368, 1370, 1371, 1372, 1373 e 1374; *Suerius Petri Corrigie e Milites filij Petri Corrigie*, p. 1367, 1370, 1371, 1373 e 1374; *Pelagius Corrigie ou Corria*, p. 1367, 1370 e 1371; *Gomez Corrigia*, p. 1365; *Martino Iohannis do Vinal*, p. 1370, 1373 e 1374).

⁽⁸⁸⁾ Rui de AZEVEDO, *et alii*, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, doc. 163, p. 251-252.

⁽⁸⁹⁾ A referência é pouco precisa, não nos dando garantias de quem se trata, podendo reportar-se a D. Gonçalo Mendes de Sousa I, ou a seu neto homónimo, D. Gonçalo Mendes de Sousa II. P.M.H., *Inquisitiones*, 1258, p. 1366.

⁽⁹⁰⁾ P.M.H., *Leges*, p. 599-600.

⁽⁹¹⁾ Rui de AZEVEDO, *et alii*, *Documento de D. Sancho I (1174-1211)*, n.º 50, 90 e 91, p. 81-82, 145-146 e 146-147 respectivamente.

⁽⁹²⁾ P.M.H., *Leges*, p. 598-599.

⁽⁹³⁾ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. P.M.H., *Scriptores*, Nova Série, Lisboa 1982, vol. II/I, 22 O 11, p. 281.

⁽⁹⁴⁾ P.M.H., *Leges*, p. 647-648, 649 e 650 respectivamente.

⁽⁹⁵⁾ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. P.M.H., *Scriptores*, Nova Série, Lisboa 1982, vol. II/I, 22 P 11, p. 282.

⁽⁹⁶⁾ O seu casamento com Teresa Anes de Lima, filha de Maria Pais Ribeira e de João Fernandes de Lima, o Bom, pode ser também encarado sob este prisma.

Panoias⁽⁹⁷⁾. Em 1254 seu irmão, D. Gonçalo Garcia, era tenente da Terra de Barroso⁽⁹⁸⁾, no que parece ser um acentuado interesse dos Sousas por esta zona norte e ocidental de Trás-os-Montes, confiante com o Entre-Douro-e-Minho e com a fronteira galaico-leonesa.

Em 1257 voltamos a encontrar documentos que nos garantem que os destinos de Aguiar da Pena voltaram às mãos de descendentes de Pedro Mendes de Aguiar. Nesse ano, a tenência da Terra era assegurada conjuntamente pelos seus netos Martim Correia e o irmãos deste, Soeiro Correia. É nessa qualidade que eles são mencionados nos forais de Paredes do Alvão e de Tinhela⁽⁹⁹⁾ — *tenente terram de Aguiar Martinus Correya et Suerius Correya* — a última menção que possuímos para tenentes desta terra durante o século XIII. Inicia-se então um hiato que se prolonga até 1379 e que, por certo, documentação ainda inédita ajudará a suplantar⁽¹⁰⁰⁾. Que os interesses dos descendentes de Pedro Mendes de Aguiar não se confinavam apenas a Aguiar garante-nos o facto de, em 1208, Martim Pires de Aguiar, seu filho, se encontrar à frente da Terra de Panoias, e de, em 1277 deter a mesma tenência Martim Anes do Vinhal, primo de Martim Correia e de Soeiro Correia, e neto de Pedro Mendes de Aguiar⁽¹⁰¹⁾. Como vimos, qualquer deles detinha bens em Aguiar da Pena.

Pelos elementos de que dispomos parece ter sido relativamente esporádica a posse da tenência de Aguiar pelos titulares desta linhagem. No entanto, os quadros genealógicos — em anexo — revelam-nos que de uma forma ou de outra a maior parte dos tenentes da primeira metade do século XIII se aparentavam entre si. D. Soeiro Raimundes era casado com uma trineta de D. Gueda o Velho, que esteve na origem dos de Aguiar. Por outro lado, os Sousas também acabam por ter ligações com a família: D. Elvira (ou Marinha) Gonçalves de Sousa, filha ilegítima de D. Gonçalo Mendes de Sousa II, casaria com Martim Pires de Aguiar, o filho primogénito de Pedro Mendes de Aguiar.

Quando retomamos contacto com os detentores da Terra em meados do século XIV, ainda encontramos algumas ligações destes com os de Aguiar. Em 1372 quem alcança a tenência da Terra é D. Gonçalo Teles, sobrinho-neto de Maria Gonçalves Raposo Teles, que fora casada com Gonçalo Anes de Aguiar II. Por outro lado, Dórdia Pires de Aguiar, filha de Pedro Mendes de Aguiar, casara-se com Pero Pais Correia, filho de Maria Gomes da Silva e de Paio Soares Correia. Ora em 1379, quem detém a Terra de Aguiar da Pena — Gonçalo Gomes da Silva e logo depois o seu pai, Aires Gomes da Silva — são descendentes de Paio Gomes da Silva, irmão de Maria Gomes da Silva. Os laços de parentesco entre os Aguiares e os Silva são, sem dúvida, extremamente ténues, mas é bem provável que se situem neste espaço alguns dos tenentes que nos escapam entre 1257 e 1372.

Para a segunda metade do século XIV possuímos novamente alguns elementos que permitem acompanhar a posse da tenência de Aguiar da Pena. Em 1372 D. Fernando faz *doação da Terra de Aguiar da Pena em pagamento da sua contia* a D. Gonçalo Teles, conde de Neiva, acrescentando o documento que o seu anterior detentor fora D. Fernando (de Castro, conde de Lemos)⁽¹⁰²⁾. Mas poucos anos mais tarde, em 8 de Fevereiro de 1379, o mesmo monarca fazia *carta de doação por juro de herdade da Terra de Aguiar da Pena* a Gonçalo Gomes da Silva, filho de Aires Gomes da Silva o Moço, sendo o Aio do Monarca na altura ainda vivo⁽¹⁰³⁾. Tendo Gonçalo Gomes da Silva falecido pouco tempo depois, a Terra de Aguiar seria entregue a seu pai, Aires Gomes da Silva, em Novembro de 1382⁽¹⁰⁴⁾. Avizinhava-se então a morte de D. Fernando e os conturbados tempos que se lhe seguiram. Neles, Aires Gomes da Silva, já de avançada idade, tomaria o partido de Castela, resistindo no interior do castelo de Guimarães, de que era alcaide. Derrotado, rende-se a D. João I

⁽⁹⁷⁾ P.M.H., *Leges*, p. 640-644, 644-645, 648-649 e 651-652.

⁽⁹⁸⁾ P.M.H., *Leges*, p. 640-644.

⁽⁹⁹⁾ P.M.H., *Leges*, p. 672 e 676-677, respectivamente.

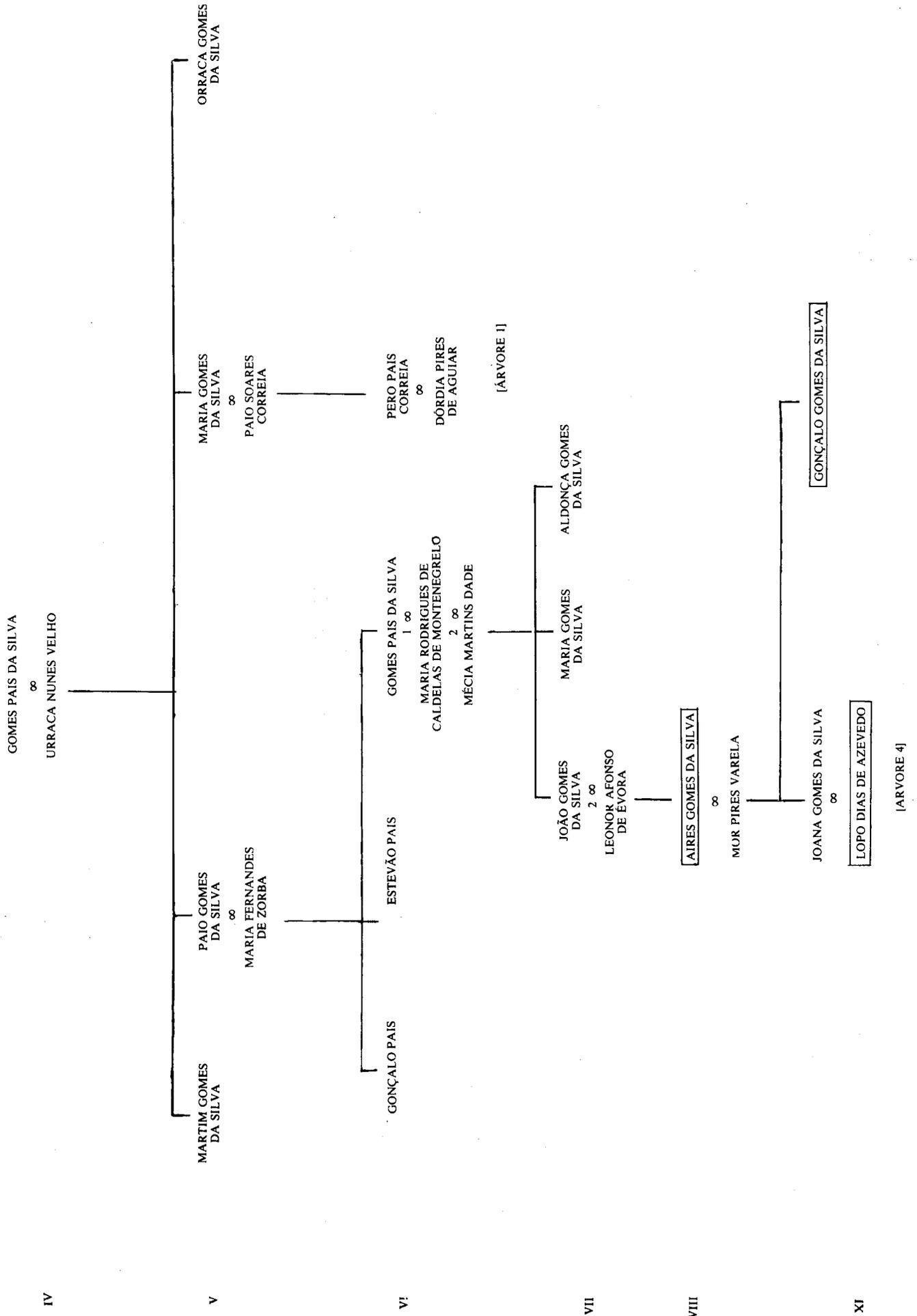
⁽¹⁰⁰⁾ Não nos foi possível a utilização de alguma documentação inédita conservada nas Gavetas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, da qual realçamos: A.N.T.T., Gaveta XI, m.9, n.º 24, Sentença de 3 de Setembro de 1288 pela qual foi julgado pertencerem ao monarca os lugares de Parada, Monteiros, Trandeiras e Zimão, com 15 casais e seus foreiros; A.N.T.T., Gaveta XI, m. 11, n.º 36, aforamentos feitos por D. Afonso III e D. Dinis, o mais tardio em 14 de Novembro de 1290, aos primeiros povoadores de vários locais, com os respectivos foros, entre os quais Aguiar da Pena (???), Soutelo, Vila do Conde, Calvos, Cidadela e Santa Marta; A.N.T.T., Gaveta XIX, m. 1, n.º 8, doação feita pelo monarca do padroado da Igreja de S. Salvador de Telões, datada de 4 de Junho de 1329. É provável que, para além de outras informações, estes documentos, tal como outros, nos revelem mais dados sobre a tenência da Terra.

⁽¹⁰¹⁾ 1208: *Doc. D. Sancho I*, n.º 174, e P.M.H., *Leges*, p. 537-538; 1277: P.M.H., *Leges*, p. 734-736.

⁽¹⁰²⁾ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. 1, Lisboa, I.N.C.M., 1973, p. 111 e 145, e vol. III, Lisboa, I.N.C.M., 1973, p. 248.

⁽¹⁰³⁾ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *op. cit.*, vol. II, Lisboa, I. N.C.M., 1973, p. 40.

⁽¹⁰⁴⁾ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *op. cit.*, vol. II, Lisboa, I. N.C.M., 1973, p. 40.

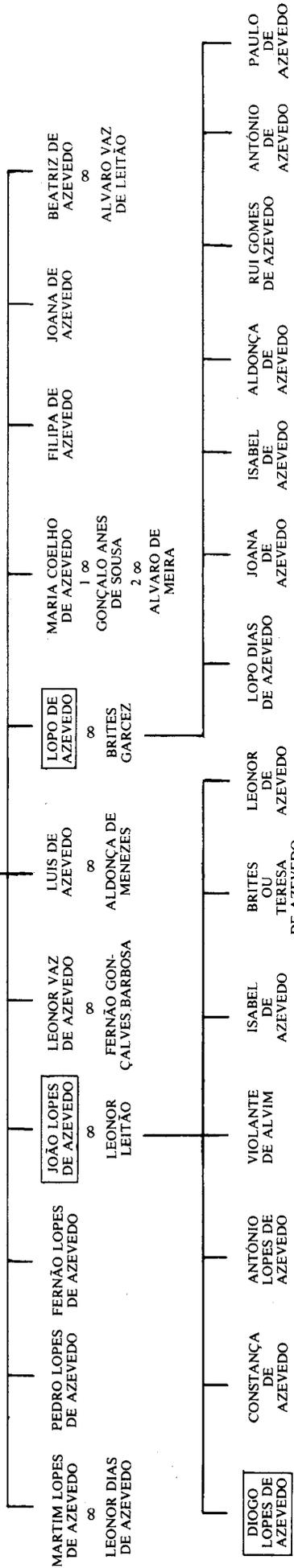


ARVORE 4

LOPO DIAS DE AZEVEDO

JOANA GOMES DA SILVA

IX



X

XI

XII

DIOGO DE AZEVEDO

FERNÃO DA SILVA ?

JOÃO LOPES DE AZEVEDO

MARGARIDA DE AZEVEDO

CATARINA DO CARVALHAL

nos inícios de Junho de 1385, tendo os seus bens sido filhados pelo novo monarca. No entanto, apesar de confiscada, Aguiar da Pena acabaria por não sair, momentaneamente, da família: D. João I entrega a Terra a Lopo Dias de Azevedo, que era casado com Joana Gomes da Silva, filha de Aires Gomes da Silva⁽¹⁰⁵⁾. Inicia-se então o percurso desta Terra pelas mãos da última família que a deteve, a dos Azevedos.

O sucessor de Lopo Dias de Azevedo é o seu quarto filho, João Lopes de Azevedo, que encontramos na tenência de Aguiar em 1417⁽¹⁰⁶⁾. Por motivos que desconhecemos — talvez a morte do seu titular — a Terra passaria depois para um irmão, Lopo de Azevedo, que era o seu detentor nas vésperas da Batalha de Alfarrobeira. Partidário do infante D. Pedro — muito embora não tenha tomado parte activa no célebre reencontro por ter permanecido em Coimbra — Lopo de Azevedo sofreria as consequências de ter aderido à facção que saiu derrotada, tendo os seus bens sido confiscados pelo monarca, D. Afonso V⁽¹⁰⁷⁾. O diploma que em 15 de Junho de 1449 clarifica a situação de Aguiar da Pena, entregando a sua posse a Diogo Lopes de Azevedo, filho primogénito de João Lopes de Azevedo e sobrinho de Lopo de Azevedo, retrata bem a situação, valendo a pena recordar aqui os seus principais passos:

«Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, alem de muytas maldades que contra nos cometeo Lopo dAzevedo, seendo do nosso comselho, ficou em Coymbra, per mandado do yffante dom Pedro, despoys que sse o dito yfante della partyo, rrolldamdo e vellamdo contra nosso seruiço e estado, premdemdo e malltrautamdo os nossos subditos e naturaaes que seguramente vinham per nossas estradas ssem fazendo algũu mall a nenhũua pessoa, e assy continuou seu maaõ preposito ataa yffante, per semelhante, nos poer batalha, em que morreo. Por a quall rrazom, aalem da pena corporall que ello mereçe, nos apricamos e apropiamos aa coroa de nossos rregnos todos seus bens mooues e de rrays e todollos outros de qualquer comdiçom e callidade que seiam, que elle avia ao tempo da dita batalha.

E porque nos somos çerto que, a esse tempo, o dito Lopo dAzevedo trazia de nos e dos rrex que amte nos foram a terra dAguiar da Pena com o nosso castello, que esta edificado em ella; querendo nos fazer graça e merçe a Diego Lopez dAzevedo, fidalgo e cauallero de nossa casa, pollos seruiços que nos fez e esperamos ao diante rreçeber delle, fazemoslhe pura, imrreuogauell doaçom, amtre os viuos valledoyra, da dita terra e castello, com todas suas rremdas, dereitos, foros, trabutos, prooes e com toda sua juridiçom çiuell e crime, mero e misto jmperio, rresaluando per nos as alçadas.

(...)

A qual doaçom lhe fazemos da dita terra e castello, pera elle e hũu seu filho, a saber, ho mayor barom lidemo que, per seu fallecimento fiquar, e mays nom; em tall gisa que, per falecimento seu e do dito seu filho, a dita terra e castello fique liure e ysemtamente a nos e aa coroa de nossos rregnos, pera de todo fazermos e hordenarmos o que nossa merçee for.

(...)

E porque nos o dito Diogo Lopez disse que elle emtendia mostrar, per derecho, que a dita terra e castello lhe perteçia aver de juro e herdade, pera ssey e pera todos seus desçendemtes, per virtude e vigor de hũua doaçom, fecta pello viturioso e famoso rrey dom Joham, meu avoo, da gloriosa memoria, a Lopo Dias dAzevedo, avoo delle, dito Diogo Lopez, queremos e mandamos que, em todo tempo que elle mostrar peramte nos como lhe a dita terra e castello pertemçem de assy aver de juro e herdade, nos lhe fazemos sobre ello compridamente guardar todo seu direito.»⁽¹⁰⁸⁾.

Diogo Lopes de Azevedo, como filho primogénito de João Lopes de Azevedo e neto de Lopo Dias de Azevedo, parece ter dado particular relevo aos seus direitos à Terra, recordando a D. Afonso V a sua ascendência. A doação que então obtém do monarca contemplava a transmissão da Terra e do Castelo ao seu filho primogénito. Será em consequência disso que, após o seu falecimento, vamos encontrar Diogo de Azevedo à frente dos destinos de Aguiar da Pena.

⁽¹⁰⁵⁾ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, op. cit., vol. II, Lisboa, I. N.C.M., 1973, p. 10, 30 e 40.

⁽¹⁰⁶⁾ Cf. Virginia RAU, *Feiras Medievais Portuguesas*, 2.^a Ed., Lisboa, 1982, p. 186-187. No documento em que D. João I concede autorização para se realizar feira em Ribeira de Pena refere-se *Joham Lopez d'Azevedo nosso vassallo e criado* acrescentando-se mais adiante *em a dicta terra da Penna que he sua*.

⁽¹⁰⁷⁾ Cf. Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira*, 2.^a Ed., vol. II, Coimbra, 1979, p. 1016. Veja-se também vol. I, p. 417, nota 44, e p. 418.

⁽¹⁰⁸⁾ Publicado in *Monumenta Henricina*, vol. X, Coimbra, 1969, doc. 53, p. 83-86.

O CASTELO DE AGUIAR DA PENA

Tal como acontece com a Terra de Aguiar, também as origens do Castelo nos escapam. A obra que hoje se ergue data de plena Baixa Idade Média, com profundas alterações nos fins do século XIV, ou no mais tardar, inícios da centúria seguinte. Das alegadas origens romanas — a mistificante versão de Cauca e do imperador Teodósio — nenhum testemunho nos chegou, até porque, pela evidência arqueológica, nunca terão existido. Mas é bem provável que a penha onde se ergue o Castelo tivesse recebido uma pequena estrutura militar na época da Reconquista, uma vez que esta permitiria a vigilância de um eixo fundamental, ligando Chaves ao Douro e à zona de Lamego. Se ela existiu, não nos deixou quaisquer vestígios.

Percorrendo as fontes documentais, e apesar de, pela sua escassez, não possuímos elementos tão concretos quanto desejaríamos, é possível delimitar o período cronológico em que a actual estrutura do Castelo de Aguiar teve ocupação e utilização. A sua origem remonta pelo menos aos fins do século XII ou, quando muito, inícios do século XIII. Quando em 1220 os inquiridores percorrem Aguiar da Pena, a imagem que nos transmitem não é a de uma fortaleza em construção, mas antes de uma unidade já em funcionamento. No entanto, a sua existência para períodos mais recuados não está por ora comprovada. Os aforamentos colectivos de Sta. Marta da Montanha e Viduedo (1202), e de *Fonte de Muliere* (1206), não fazem qualquer referência ao Castelo, e é só a partir do foral dado a Cidadelhe, em 1224, que ele nos aparece mencionado. Ora, em 1220, registam-se já dezasseis povoações cujos habitantes têm por obrigação ir servir ao castelo (*et vadunt ad castellum*), não se referindo qualquer obra em curso. Essas dezasseis povoações implantam-se todas no planalto do Alvão ou ao longo da Veiga: Telões, Tourencinho, Carrazedo do Alvão, Paredes do Alvão, Gouvães da Serra, Povoação, Afonsim, Parada de Monteiros, Vilarinho, Barbadães de Baixo, Barbadães de Cima, Tinhela de Cima, *Areis* (?), Bornes, Eiriz e Nuzedo. Para outros dois núcleos populacionais, Soutelo de Aguiar e Pensalvos, regista-se que *de illis vadunt ad castellum (...)* *et de illis nom*⁽¹⁰⁹⁾.

Em 1220, a guarnição militar do Castelo de Aguiar era recrutada entre os moradores da vizinha aldeia do Castelo, ainda hoje existente, e que se desenvolveu nas suas imediações, voltada a Norte: *et faciunt servicium illi qui tenet castellum et debent velare Castellum*⁽¹¹⁰⁾. Nesse mesmo ano a sua estrutura era já bem complexa, comportando, com toda a probabilidade, residência senhorial. Esta, se não fosse permanente, seria pelo menos temporária. Em caso de guerra, asseguram-nos as Inquirições de Afonso II, o alcaide recolhia-se na fortaleza, podendo em caso de cerco nela também refugiar-se o abade de S. Salvador de Telões:

«... et quando fuerit guerra et steterit alcaide in Castello debent ei cantare missam et alias oras, et ipse alcaide debet eis dare vitam. Et si evenerit quod veniant incercare ipsum castellum, abbas istius ecclesie debet ibi intrare et stare ibi.»⁽¹¹¹⁾.

A presença de uma residência senhorial fixa no castelo de Aguiar não se encontra totalmente comprovada, mas as características do seu «núcleo monumental» levam-nos a pensar que ela poderá ter existido.

A actuação militar de Aguiar da Pena fazia-se em articulação com outras fortalezas e atalaias. É nítido que a sua presença, tal como a de outras fortalezas, ao longo da bacia tectónica que liga Régua a Verin, não foi obra de mero acaso. O Castelo de S. Tomé, que presidia aos destinos militares da Terra de Panoias, teve uma implantação que se pautou por condicionalismos em tudo idênticos aos que encontramos em Aguiar da Pena⁽¹¹²⁾. Edificada no cimo de uma fraga, na cota mais elevada da Serra do Cabreiro, a fortaleza de Panoias privilegiou igualmente a defesa da Veiga. Sendo avistada sem qualquer dificuldade do Castelo de Aguiar, não seria difícil, em caso de guerra, a arti-

⁽¹⁰⁹⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1220, p. 125 e 126, respectivamente. As referências às anteriores dezasseis povoações encontram-se nas p. 125-127.

⁽¹¹⁰⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1220, p. 126.

⁽¹¹¹⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1220, p. 126. Não sabemos se o castelo tinha ou não capela. Se ela alguma vez existiu, não encontramos actualmente vestígios nem as escavações no-la revelaram. No entanto estamos em crer que não existiria: porque no núcleo monumental não se encontra espaço compatível, porque o recinto inferior muito provavelmente apenas se destinou a recolher e defender populações temporariamente, sem estruturas de habitat estáveis.

⁽¹¹²⁾ Augusto Botelho da Costa VEIGA, *Estudos de História Militar Portuguesa. I Corografia militar do Noroeste de Portugal (1220-1258)*. Lisboa 1936, p. 185-186. Manuel de AZEVEDO, *Notícias Archeológicas de Trás-os-Montes. O "Castelo" de S. Thomé. O Arch. Port.*, Lisboa, I, 1895, p. 93-96. A concentração de castelos junto de pontos de passagem, vigiando e defendendo vias naturais de comunicação, é fenómeno comum na Idade Média, tendo sido já realçado, entre outros, por Gabriel FOURNIER, *Le Château dans la France Médiévale. Essai de sociologie monumentale*, Paris, Ed. Aubier Montaigne, 1978, p. 161-168; e Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as origens a 1220*, Porto, 1978, p. 44.

culação das duas fortalezas, como parte de um mesmo sistema defensivo da Veiga e da sua via de comunicação.

Dentro da Terra de Aguiar, o Castelo contava com o apoio de algumas atalaias. O papel destas foi fundamental para a defesa do território a Norte, acima da portela onde se implantara Jugal, uma vez que toda essa vasta e importante área escapava irremediavelmente aos horizontes do Castelo de Aguiar. As Inquirições de 1220 registam que Capeludos, num dos pontos mais setentrionais de Aguiar da Pena, *habent eciam pro foro quod quando fuerit guerre debent tenere atalaias, et dare sabedoria ad castellum*⁽¹¹³⁾. É bem provável que a atalaia de Capeludos se implantasse no alto do monte do Crastro (Est. I, n.º 11), onde em inícios deste século surgiu uma estátua de guerreiro proto-histórica. Pode também ter-se instalado nos Fogos, monte que mantém um topónimo bem sugestivo.

Uma outra atalaia — ou, até mesmo, um castelo secundário — deve-se ter localizado nos Castelos, promontório rochoso sobranceiro a Rebordochão (Est. I, n.º 10), e que surge referido nos limites da área abrangida pelo seu foral de 1255: *et inde ad castellum dAlmaageres*⁽¹¹⁴⁾. Era ela que controlava a área Norte do Vale de Vila Pouca de Aguiar, sendo ainda visíveis as ruínas da sua estrutura, já citadas por Félix Alves Pereira em 1930⁽¹¹⁵⁾.

A articulação destas duas atalaias garantia a defesa da zona acima da portela de Vila Pouca, cujo espaço, como dissemos, não era directamente vigiado pelos ocupantes do Castelo de Aguiar. Também para o vale de Ribeira de Pena, fora do seu alcance, deveria contar com o apoio de outra atalaia. Embora a documentação a não mencione, é provável que se implantasse no Alto do Facho, junto da portela de Sta. Eulália (Est. I, n.º 12). Para além de o topónimo ser sugestivo, a sua implantação garantia a defesa da via e do vale de Ribeira de Pena.

Valoura, situada a Nordeste, tinha em 1220, tal como Capeludos, um importante papel na defesa de Aguiar da Pena. Cobia-lhe a missão de fiscalizar os movimentos militares dos exércitos leoneses: *et vadunt in mandatum ad Legionem ut sciatur per ipsos quod facit rex Legionensis*⁽¹¹⁶⁾. Viviam-se ainda os efeitos da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs, que culminara em verdadeira guerra civil em 1211-1212. Em Março ou Junho de 1212 o território português fora invadido pelos exércitos de Afonso IX de Leão, em apoio da causa de D. Teresa e de D. Sancha. Nessa altura, para além de terem sido tomados vários castelos, «os distritos de Barroso, Vinhais, Montenegro, Chaves, Laedra, Lampazas, Aguiar, Panoias e Miranda, isto é, os que abrangiam a maior parte da moderna província de Trás-os-Montes, foram postos a ferro e fogo»⁽¹¹⁷⁾. A situação parece ter acalmado ainda em Novembro de 1212, com a assinatura de um acordo de paz renovado na primavera do ano seguinte. Mas os estigmas do conflito arrastaram-se até bem mais tarde, e só em 1223 é que seriam em grande parte ultrapassados. O castelo de Sto. Estevão de Chaves ficaria na posse de alcaides leoneses até 1231, ano em que voltaria de novo a ser confiado aos portugueses⁽¹¹⁸⁾. Não temos provas documentais que nos ajudem a caracterizar o papel que Aguiar da Pena desempenhou neste conflito, mas o facto de se encontrar no centro da área mais afectada pela guerra civil leva-nos a pensar que, provavelmente, este foi o único momento em que o Castelo de Aguiar se viu realmente envolvido num conflito bélico. A referência de 1220 revela-nos que Valoura estava encarregada de vigiar os movimentos dos exércitos leoneses na Terra de Chaves, de que era vizinha, e não propriamente além-fronteiras.

Das Inquirições de 1220 às de 1258 assiste-se a importantes mutações em Aguiar da Pena. José Mattoso anotou, recentemente, que

«... é possível que se possa distinguir uma fase mais antiga em que os senhores vivem sobretudo em castros, outra, posterior, em que eles apenas aí deixam guarnições militares e vão viver para paços e quintãs, ou centros dominiais. A primeira metade do século XIII deve ser a

⁽¹¹³⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1220, p. 126.

⁽¹¹⁴⁾ P.M.H., *Leges*, p. 647-648.

⁽¹¹⁵⁾ Félix Alves PEREIRA, À vista das Pedras Salgadas (Bosquejo Arqueológico), *Portucale*, Porto, III, 16, 1930, p. 287-288.

⁽¹¹⁶⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1220, p. 127.

⁽¹¹⁷⁾ Alexandre HERCULANO, *História de Portugal*, Ed. Crit. José Mattoso, vol. II, Lisboa, Liv. Bertrand, 1980, p. 215.

⁽¹¹⁸⁾ Veja-se, entre outros, Alexandre HERCULANO, *História de Portugal*, Ed. Crit. José Mattoso, vol. II, Lisboa, Liv. Bertrand, 1980, p. 212 e seg.; José ANTUNES, António Resende de OLIVEIRA e João Gouveia MONTEIRO, Conflitos políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 6, 1984, p. 47-62, e sobretudo p. 56-57; Maria Teresa VELOSO, A questão entre Afonso II e suas irmãs sobre a detenção dos direitos senhoriais, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, XVIII, 1980, sobretudo p. 216 e doc. 7.

época de transição. Durante a segunda metade deste século os castelos isolados devem ter sido completamente abandonados. O domínio da terra faz-se então a partir dos centros urbanos e não das fortalezas roqueiras.»⁽¹¹⁹⁾.

Não sabemos até que ponto as mutações foram tão profundas em Aguiar da Pena, mas é bem notória uma perda de importância do Castelo, a qual se traduz na acentuada libertação de encargos das populações de Aguiar, entre 1220 e 1258. Enquanto que na época de D. Afonso II dezasseis povoações, para além da aldeia do Castelo (que lhe fornecia a guarnição), estavam sujeitas a servir o Castelo, em 1258 apenas sete mantinham essa obrigação (Carrizado do Alvão, Trandeiras, Parada de Monteiros, Monteiros, Telões, Montenegro e Pontido)⁽¹²⁰⁾. Por outro lado é possível que em 1258 decorressem obras no Castelo: os moradores dessas povoações têm de *ire ad castellum faciendum de Aguiar* ou *hiebant ad faciendum castellum*. É bem provável que nos meados da centúria se procedessem a restauros na fortaleza, talvez uma das várias obras que a parede Leste da sala da Seteira nos documenta. No entanto, convém salvaguardar que se trata de uma mera hipótese. Efectivamente, a expressão *faciendum* pode não querer indicar obras, mas apenas que as populações iam trabalhar no castelo. É nesse sentido que foi usada em 1220 quando se diz que os homens da aldeia do Castelo nele *faciunt servicium*, isto é, prestam serviço.

Para além dessas sete povoações que mantinham obrigação de contribuir com o seu trabalho para o Castelo, acrescentava-se Vilarinho, cuja situação, em 1258, é mais confusa. Nas Inquirições tanto se regista que os seus moradores tinham de *ir facere in castelo quando vocaverint*, como, mais adiante, se esclarece que *non debent facere in castello ergo tarent madeyram in mato et leixarent illam ibi*, ou seja *facere fachaes pro ad castellum de Aguiar*⁽¹²¹⁾.

Por outro lado, em 1258, referem-se obrigações não só para com o Castelo de Aguiar, mas também para com o Castelo de Chaves, o que constitui um sintoma da crescente importância daquela fortaleza urbana de fronteira, e, conseqüentemente, de um certo declínio de Aguiar da Pena. Os moradores de Monteiros, para além de terem de servir o Castelo de Aguiar, tinham também de se deslocar a Chaves (*hiebant ad castellum de Chavias ad faciendum*)⁽¹²²⁾. Enquanto que as fortalezas da primeira linha de defesa fronteiriça mantinham toda a sua importância, os castelos que poderemos designar de segunda linha, encarregados da defesa de pontos de penetração em caso de invasões, e nos quais Aguiar da Pena se pode integrar, pareciam perder algo da importância que outrora lhes fora atribuída.

O Castelo de Aguiar, no entanto, manteve-se operacional durante os séculos XIII, XIV e XV. Quando em meados da centúria de quatrocentos Diogo Lopes de Azevedo toma posse da Terra de Aguiar o diploma que lhe confere esses poderes revela-nos uma estrutura ainda em funcionamento. O abandono definitivo pode, portanto, ser balizado entre os fins do século XV e 1527. Efectivamente, no Numeramento de 1527 regista-se que

«... o comcelho d'Aguiar he concelho chão, sem cerqa nem castello, somente tem hũ castello em hũ môte omde nam vyve nẽgẽ.»⁽¹²³⁾.

Nesse ano o concelho de Aguiar era o infante D. Luís, filho de D. Manuel I.

Se o problema cronológico da edificação e dos primórdios a utilização do castelo se mantém em aberto após os trabalhos arqueológicos que ali desenvolvemos em 1982 e 1984, o seu declínio e abandono parece estar comprovado, quer do ponto de vista documental, quer do ponto de vista arqueológico.

⁽¹¹⁹⁾ José MATTOSO, *Identificação de um País*, I, Lisboa, 1985, p. 94.

⁽¹²⁰⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1258, p. 1366, 1367, 1369, 1370 e 1374. É provável que esta tendência reflecta, também, o afastamento definitivo dos estigmas da guerra civil de 1211-1212, com a composição de 1223 entre D. Sancho II e suas tias, e com a restituição do castelo de Sto. Estevão de Chaves à coroa portuguesa em 1231. Se em 1220 esses estigmas ainda estavam presentes (do que a situação de Valoura é um exemplo), quando em 1258 se procedem a novas Inquirições gerais a conjuntura era já bem diferente. Por isso talvez seja prudente esbatermos um pouco este contraste, que provavelmente se ficou a dever à conjugação de dois factores distintos: o declínio de certas fortalezas de interior, como Aguiar da Pena, e o afastamento definitivo dos estigmas da guerra civil de 1211-1212.

⁽¹²¹⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1258, p. 1366.

⁽¹²²⁾ P.M.H., *Inquisitiones*, 1258, p. 1368.

⁽¹²³⁾ Anselmo Braamcamp FREIRE, Povoação de Trás-os-Montes no século XVI, *Arquivo Histórico Português*, Lisboa, VII, 1909, p. 274.

A ESTRUTURA CASTELAR (Est. IV)

O actual acesso ao castelo de Aguiar pode ser realizado por meio de uma estreita vereda que, partindo do estradão que liga o Pontido à aldeia do Castelo, conduz ao início do recinto amuralhado, junto da sua possível «Porta da Traição». O interior deste recinto é dominado por enormes batólitos graníticos (Foto 1), que presidiram à organização do seu espaço, bem como ao traçado das muralhas, tendo em vista um melhor aproveitamento possível. Interrompendo-se de encontro aos rochedos, a linha exterior de muralha serviu-se ao máximo da sua presença, unindo os espaços livres ou colmatando as aberturas inferiores criadas pelo encosto de vários batólitos. São ainda visíveis vestígios desta linha de muralha, que circundava o castelo e lhe definia o recinto inferior, vasto e sumariamente circular. O seu estado ruinoso, evidenciado derrubes importantes, e a densa vegetação que invadiu este perímetro defendido, dificultam a visão de certos troços.

Tudo leva a crer que, originalmente, o acesso ao castelo não se fazia pelo lado Norte, como actualmente, mas antes por Sudeste/Este, partindo da direcção de Telões e Pontido. O seu recinto amuralhado possuía pelo menos uma compartimentação interna, que visava dificultar o acesso a quem, vindo desta direcção, procurasse alcançar o reduto central da fortaleza. Nessa muralha de compartimentação interna abria-se uma porta, de que hoje restam apenas os encaixes do sistema de tranca, abertos num rochedo. Sensivelmente a meio da sua extensão são ainda visíveis os alicerces de um torreão circular, que reforçava a defesa do espaço interno, coroando um pequeno batólito granítico.

Contornados alguns obstáculos de natureza topográfica, depara-se com o núcleo monumental da fortaleza, composto por três espaços distintos — barbacã, sala de seteira e acrópole — aos quais correspondem cotas progressivamente mais elevadas. Uma vez alcançada a acrópole, de onde se disfruta de um vasto campo de visão, o desnível que a separa da muralha inferior ultrapassa os quinze metros.

Um primeiro recinto, de planta quase rectangular e reduzidas dimensões, faculto o acesso ao interior do núcleo monumental. Nunca deve ter recebido cobertura e funcionaria como uma barbacã, possibilitando o acesso (defendido por tiro vertical) à sala de seteira e, através desta, à acrópole da fortaleza. Penetra-se nesta barbacã por intermédio de uma porta de arco quebrado, com um sistema de duas meias-portas e batente central. São ainda visíveis os encaixes de tranca bem como os quatro engates dos eixos laterais da porta. No interior, à sua direita, encontra-se semi-ruída, uma escada de pedra que conduz a um patamar intermédio. A partir deste, e já sem necessidade de escada, alcança-se a porta de acesso à sala seteira.

Na parede onde se abre a porta de barbacã é possível distinguir claramente duas fases de construção, com uma acentuada evolução no domínio da técnica de trabalho de pedra (Est. XXII, n.º 1). Essa distinção — de um corpo à esquerda, que engloba a porta, e outro à direita — tem correspondência, como veremos de seguida, na análise do aparelho de construção do muro Este da sala de seteira. Pela grande evolução no trabalho de cantaria, coincidente com a entrada em labor de um segundo «atelier» de pedreiros, somos levados a colocar estas obras nos finais do século XIV. Não sabemos se esta segunda fase correspondeu a uma ampliação do espaço deste compartimento ou se foi apenas o resultado de um restauro profundo do castelo. Se correspondeu a uma ampliação de espaço, então a solução de acesso que se pode observar, e utilizar, é resultado já dessa segunda fase, tendo de se admitir outro tipo de acesso para a fase anterior.

A sala de seteira, onde se implantou uma das áreas de sondagem dos trabalhos arqueológicos (sector II), e que possibilitou a exumação de abundante espólio, é um amplo compartimento de planta quase rectângular, em cuja parede menor se abre a única seteira ainda sobrevivente em toda a estrutura castelar, voltada para a aldeia do Castelo (Est. XXIII, n.º 1). Tal como descrevemos para a barbacã, também na parede Este da sala de seteira se podem observar duas fases bem distintas, com união em junta directa (Est. XXII, n.º 2). E a semelhança do que se passa com a barbacã, também aqui não sabemos se a essas obras terá correspondido uma ampliação do seu espaço, ou se foram apenas trabalhos de consolidação, tendo obrigado ao apeamento de uma parte considerável dos muros. No entanto, a análise da superfície do batólito leva-nos a considerar a última hipótese como mais plausível. Não encontramos aí qualquer marca, ou negativo, para assentar muro que se pudesse associar a um compartimento de área menor. Pelo contrário, os sulcos abertos no alto do rochedo para melhor apoiarem as paredes, apresentam uma continuidade ao longo de toda a sala, tanto para a fase I, como para a fase II, convidando-nos a considerar que esse compartimento desde cedo utilizou a área total disponível. É pois provável que as obras da fase II tenham correspondido a uma reforma dos muros na extensão que virtualmente ameaçava ruína. Foi então que se aproveitou para criar um novo sistema de cobertura da sala. Ao longo das suas paredes Oeste e Este, quase junto ao remate superior, corre uma fiada de pedras salientes, para apoio do traveja-

mento do telhado que cobria esta sala (Est. XXIII, n.º 3). Três fiadas acima, as paredes são rematadas por pedras bem trabalhadas, apresentando uma «caleira» de perfil em □ junto à face interna. É pois provável que a estrutura do telhado, que se apoiava na fiada de pedras salientes onde corria um sobrado, morresse junto a essa «caleira» onde se daria o escoamento das águas pluviais. A extensão superior do muro, cuja secção oscila entre 1,60 e 1,70 m de largura, teria servido de caminho de ronda. Dos seus merlões nenhum sobreviveu até hoje *in situ*.

Do patamar da barbacã comunica-se com a sala da seteira através de uma porta de arco quebrado, a qual apresenta um sistema de dois volantes com batente central. Em cima, junto do arranque do arco, é em baixo, ao nível da soleira, são visíveis os encaixes para neles funcionarem os respectivos eixos. Porém, a porta fora, numa primeira fase, rematada por um arco de volta perfeita, como ainda se documenta na sua face interna (Est. XXII, n.ºs 2 e 3). A adaptação para arco quebrado deu-se numa das várias alterações que essa parede ostenta, em plena fase I, sendo visível que as obras apenas operaram na superfície exterior, não tendo afectado a totalidade do muro. A nova porta de arco quebrado «encosta» à parede anterior, mas não está «travada» nesta, como seria natural se o muro tivesse sido apeado até essa cota. A análise exterior da parede mostra-nos, de resto, que ela comporta pelo menos três momentos na sua fase mais antiga.

A utilização desta sala mantém-se problemática, embora as sondagens tenham revelado grande densidade de cerâmica comum e a presença de restos osteológicos. Esta circunstância parece apontar para uma utilização quotidiana, de carácter doméstico, aliás corroborada pela existência de uma pia em pedra, na parede Oeste, actualmente partida em dois fragmentos (Est. XXIII, n.º 3). Encontrava-se, outrora, integrada na parede, como comprova a permanência de um fragmento seu, correspondente ao canal de escoamento de águas, atravessando-a de lado a lado e prolongando-se ainda um pouco para além⁽¹²⁴⁾. À sua esquerda, uma abertura rectângular na parede sem qualquer sistema de chaminé mas com duas pedras salientes nos vértices à maneira de apoios, parece-nos também ter tido uma utilização doméstica, se bem que desconhecida (Est. XXIII n.º 3). Igualmente estranhámos que neste compartimento, onde a arqueologia nos revelou a maior densidade de testemunhos de actividades quotidianas, não exista qualquer lareira nem, aparentemente, espaço para a instalar.

Na parede do topo desta sala, opondo-o axilamente à seteira, abria-se a terceira porta do castelo, servida por uma escada da qual nada nos resta. Mesmo dessa porta, hoje quase totalmente derruída, resta-nos apenas uma das ombreiras e a primeira aduela do seu arco. Por ela se tinha acesso ao último bastião do castelo, o recinto que coroa o mais alto batólito de entre os que serviram para a implantação da Fortaleza. Esta área, de onde se podia fazer tiro sobre quase todo o recinto amuralhado e sobre a barbacã, encontra-se rodeada por um pano de muralha que acompanha, *grosso modo*, a configuração do alto do rochedo, aproveitando ao máximo a sua área disponível. O acesso ao adraive fazia-se por meio de uma escada adossada ao pano, que se encontra hoje em mau estado de conservação (Est. XXIV, n.º 1). É neste último recinto que se encontra a sala abobadada, o único compartimento ainda hoje coberto, com uma abobada de canhão e uma só entrada, pelo nível superior (Est. XXIV, n.º 3)⁽¹²⁵⁾. A sua funcionalidade é também discutível. Cremos que uma sala coberta com abobada mas com uma parede lateral Sul tão frágil, dificilmente poderia ter servido de cisterna. Assim sendo, a única hipótese que vemos para a existência de uma sala com tais características — toda ela encerrada e com uma única entrada, pelo centro da abóbada — é a de que tivesse funcionado como masmorra. No entanto, como a existência de uma cisterna se afigurava vital para a vida no castelo, é possível que a fragilidade da parede lateral Sul não constituísse obstáculo significativo para que a sala abobadada de Aguiar da Pena fosse a cisterna da estrutura castelar. O problema não foi definitivamente esclarecido com o seu estudo estratigráfico. No nível superior da sala abobadada assentaria pelo menos um outro compartimento, de que nos resta apenas parte do seu lajeado pétreo (Est. XXIV, n.º 3). Os resultados da sondagem desenvolvida na sala abobadada parecem apontar para a existência do nível superior de uma estrutura coberta com telha tradicional — tipo «imbrex» — dada a abundância de fragmentos encontrados no interior da sala, corroborada pela maior densidade destes nas áreas perpendiculares à abertura da abóbada. A existência deste compartimento superior é mais um elemento que parece invalidar a utilização da sala abobadada como cisterna.

Uma análise sumária dos aparelhos de construção do Castelo de Aguiar permite-nos, à partida, distinguir dois tipos de aparelho diferentes. Um, mais antigo e tecnicamente mais arcaico, é evi-

⁽¹²⁴⁾ No Castelo de Bragança, junto da sua Torre de Menagem, encontra-se uma pia com características idênticas e ainda inteira, embora deslocada do seu contexto original.

⁽¹²⁵⁾ Muito embora posteriormente tenham sido removidas algumas pedras laterais, criando assim outra entrada, mas artificial. A única entrada que existia na Idade Média era a abertura quadrangular no centro da abóbada.

dente na sala abobadada, nas muralhas da acrópole e, ainda, em parte das paredes voltadas a Este da barbacã e sala da seteira. Outro, mais recente, de maior cuidado e mestria no trabalho da pedra, utilizado nas obras de restauro da sala da seteira e na barbacã. No entanto, e como referimos, uma análise mais atenta leva-nos a considerar três etapas dentro da fase I da parede Este da sala da seteira, enquanto que num momento intermédio entre as duas grandes obras — fase I e fase II — se teria de colocar a construção do murete que coroa o batólito superior, a Norte, sobranceiro à barbacã (Est. XXIV, n.º 2).

A distribuição das siglas de canteiro (Est. V) não nos permite estabelecer uma distinção cronológica nítida entre um e outro aparelho. Ambos os grupos de símbolos lapidários são bastante semelhantes e distribuem-se de uma forma irregular e pouco significativa. Em muitas pedras não é possível encontrar qualquer sigla, quer porque a erosão nalguns casos se encarregou de as diluir, quer porque noutros exemplos elas se situam provavelmente em alguma das faces ocultas do silhar. No entanto, estamos em crer que o aparelho mais antigo deverá datar dos fins do século XII ou inícios do século XIII, enquanto que o mais recente poderá remontar ao século XIV. Uma das sub-fases que se documenta no aparelho mais antigo da sala da seteira corresponde provavelmente às obras que se operariam na fortaleza quando, em 1258, os inquiridores régios percorreram Aguiar da Pena.

A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA (1982-1984)

Os trabalhos arqueológicos que desenvolvemos em Aguiar da Pena ao longo de duas campanhas incidiram, sobretudo, na análise exaustiva do seu núcleo monumental — onde se abriram cinco sectores — e numa sondagem na zona inferior, defendida pela primeira linha de muralha — três outros sectores, abrangendo uma área com relativa unidade e que se afigurava como uma das mais propícias para a presença de vestígios da vida sedentária.

Ao definir as áreas de trabalho e suas quadriculas, procurou-se incidir nos pontos mais problemáticos ou mais aliciantes da estrutura castelar (Est. IV). As quadriculas foram abertas de acordo com os condicionalismos que as estruturas visíveis recomendavam. Por isso, e porque entendemos ser a metodologia mais correcta, não se optou por uma quadriculagem uniforme (1m × 1m, ou 2m × 2m). Foram, sempre que tal se afigurou necessário, mantidos testemunhos para nos fornecerem leituras estratigráficas, de que se publicam agora as mais elucidativas. No entanto em certos casos em vez da manutenção de testemunhos, optou-se pela abertura alternada de quadriculas, tendo sempre em vista a obtenção de leituras diacrónicas que a estratigrafia potencialmente nos poderia oferecer. Infelizmente, como veremos, a estratigrafia não se revelou tão elucidativa quanto seria de desejar, retratando de forma muito deficiente essa diacronia que tão necessária se impunha para uma correcta equação da vivência medieval naquela fortaleza.

Os trabalhos de ambas as campanhas incidiram em áreas onde dificilmente poderiam aparecer novas estruturas. E, tal como se previa, nenhuma foi detectada para além das que afloraram à superfície do terreno. Apenas nas três sondagens na zona inferior, onde as nossas esperanças pareciam ter mais consistência, a desilusão constitui maior surpresa. Contribuíram, no entanto, para um conhecimento mais coerente do Castelo e da sua orgânica de funcionamento bem como para uma primeira abordagem da civilização material que lhe esteve associada.

O sector I

O sector I implantou-se no interior da sala abobadada, em plena acrópole da fortaleza, tendo correspondido à escavação total do preenchimento estratigráfico daquele que é, actualmente, o único compartimento coberto de todo o castelo. Foram abertas quatro quadriculas de 2m × 2m, junto da sua parede Sudeste (Est. IV), englobando a totalidade da área em que o afloramento granítico estava coberto por pequena camada de terra. A leitura estratigráfica (Est. V), feita num testemunho situado entre as quadriculas 1 e 2, revelou-nos que a acumulação de terras em apenas metade da superfície da sala — e atingindo uma potência máxima de cerca de 40 cm — correspondia à inclinação do batólito onde a sala foi edificada. Permitiu a identificação de duas camadas distintas, ambas de destruição e remeximento, sendo:

- Camada 1 — camada com uma espessura oscilante entre 5 e 15 cm, de terra castanha acizentada, com profundos remeximentos recentes, onde, associados a detritos contemporâneos, apareceram raros materiais medievais e fragmentos de telha tradicional, tipo «imbrex».

Camada 2 — camada com uma espessura de 10 a 20 cm, constituída por terra castanho amarelada, bastante compacta e arenosa, com muita pedra miúda, abundantes fragmentos de telha tradicional tipo «imbrex» e maior densidade de cerâmica medieval.

Na separação destas duas camadas surgiu-nos um estreito nível, com 2 a 3 cm de espessura, de terra negro-escura, onde predominavam as cinzas. Era bastante compacto e estéril em material arqueológico.

Esta leitura estratigráfica denuncia a presença de uma camada de remeximentos muito recentes (camada 1), secundada por um estrito nível de incêndio e, finalmente, uma última camada de destruição, atribuível ao período imediatamente posterior ao abandono da estrutura.

Denotou-se, ao longo dos trabalhos de decapagem, uma maior densidade de fragmentos de telha nas zonas centrais da sala, na perpendicular da abertura quadrangular existente no tecto da abóbada, os quais pertenciam ao sistema de cobertura da sala que se desenvolvia no piso superior. Embora na maioria os fragmentos fossem lisos, alguns apresentavam singela decoração obtida por meio da impressão dos dedos em sulcos, formando meandros irregulares com tendência para se organizarem ao longo do eixo maior das peças.

A escavação deste primeiro sector em nada ajudou a clarificar a função deste compartimento. No entanto, a abundância de telha oriunda de um comportamento superior é mais um elemento que contradiz a sua possível função de cisterna. O seu espólio foi escasso — seis escórias de fundição, um fragmento de placa de ferro decorada com onze incrustações de cobre, em forma de pequenas rosetas, e perto de duas centenas de fragmentos cerâmicos.

O sector II

Os trabalhos desenvolvidos no sector II, implantado na sala de seteira, vieram a revelar-se mais importantes, quer em termos qualitativos, quer quantitativos. Iniciados em 1982 e concluídos em 1984, comportaram a escavação de todo o preenchimento estratigráfico deste compartimento, tendo-se aberto 12 quadrículas, que se adaptaram aos condicionalismos impostos pela configuração da sala.

Verificou-se que a potência estratigráfica das quadrículas era maior junto à parede da seteira (Q.1 e Q.2), diminuindo progressivamente até se anular. Acompanhava, assim, a configuração do rochedo onde a sala foi edificada, nivelando-o.

A leitura estratigráfica (Est. VI) levou-nos a considerar três camadas constituídas por terras de textura diferente, embora dentro dos mesmos parâmetros de coloração. Individualizamos:

Camada 1 — terra humosa, de cor castanho escura, com fraca densidade de material arqueológico. A sua homogeneidade revela ausência de grandes revolvimentos ou violações, selando a camada seguinte.

Camada 2 — caracterizada por terra também castanho escura, embora ligeiramente mais arenosa, foi nela que exumamos a maior percentagem do espólio metálico e cerâmico, bem como a maioria dos numismas.

Camada 3 — camada inferior, junto ao afloramento, caracterizável por uma terra mais escura, menos arenosa e de textura mais fina. Nesta camada, que apenas se regista junto das paredes da sala e em algumas quadrículas (Q.1, Q.3 e parte de Q.5) compensando os desníveis mais acentuados, a densidade de materiais arqueológicos medievos voltou a diminuir de forma sensível.

Junto da primeira fiada de pedras das paredes da sala foi possível detectar-se uma bolsa de terra muito saibrosa, com abundante cascalho e pedra miúda (Est. XXIII, n.º 2). Fora ali depositada aquando da construção dos muros, colmatando e consolidando-os junto dos sulcos abertos no afloramento para apoio da primeira fiada dos silhares. A constatação desses cortes, para nivelar as superfícies de assentamento das construções em afloramentos de acentuada curvatura, não constitui novidade em Portugal. São conhecidos numerosos exemplos de castelos cujo único testemunho actual é a existência desses sulcos. Alguns são bem elucidativos do tipo de construção que sustentavam, como é o caso de Penafiel de Bastuço ou até do núcleo central de S. Martinho de Mouros. Noutros, como em Neiva, a situação é mais complexa, encontrando-se a leitura espacial um pouco mais dificultada. O que nos parece novidade em Aguiar da Pena é o facto de estarmos perante a mesma solução construtiva, com a totalidade dos seus pormenores técnicos, de que a arqueologia nos deu uma leitura bem significativa.

Por outro lado, na quadrícula 4, junto da parede Este e dentro da camada 2, foi detectado um bocado de solo⁽¹²⁶⁾ correspondente à ocupação mais tardia. Depois de delimitado em toda a sua extensão, e devidamente registado, foi feito um corte paralelo ao testemunho, possibilitando o conhecimento da sua estrutura. Compunham-no três camadas — uma de terra argilosa de cor ocre, compacta, outra de terra cinzenta, de ainda maior compactidade, e uma última de terra castanho escura, menos compacta — tendo-se verificado a inclusão de fragmentos cerâmicos na construção da sua camada intermédia.

A sequência estratigráfica na sala da seteira indica-nos a presença de uma camada (1) de terras de origem humosa, recente, de deposição posterior ao abandono do castelo, a qual se sobrepõe a uma camada (2) que consideramos da última fase de ocupação ou imediatamente posterior a ela. Foi nesta camada que se exumou a maior percentagem dos materiais arqueológicos. Ignoramos a razão porque no momento de abandono, ou logo após ele, se procedeu a um revolvimento tão profundo nesta sala, levando inclusive à destruição quase total do seu piso. Que essa destruição teve lugar num momento que não se deve afastar muito do abandono garante-nos a continuidade da camada 1, que selava o nível inferior na sua totalidade. A presença deste revolvimento teve graves consequências no estudo do espólio recolhido neste sector. Efectivamente, ele veio invalidar a separação diacrónica dos materiais, misturando-os num nível uniforme. Ignoramos se entre esses materiais, que apresentam características tão semelhantes, se encontram elementos provindos de níveis cronologicamente distintos ou se, porventura, aquando das últimas remodelações medievas verificadas nesta sala, foram eliminados os testemunhos de ocupações anteriores.

Por último, e apenas nas áreas contíguas às paredes da sala, e nas zonas de declive mais acentuado, encontramos a camada 3, um estrato de nivelamento que compensava a curvatura periférica do batólito. Nele se abrem as bolsas de terra saibrosa com abundante pedra miúda que colmatavam a união da primeira fiada de silhares com a vala de fundação aberta no afloramento granítico, e cuja ocorrência já tivemos oportunidade de valorizar.

O sector III

Localizado no batólito superior do núcleo monumental do Castelo, na área exterior da sala abobadada, este sector (Foto 9) incidiu numa zona de contenção de terras que se ficou a dever à presença de dois muretes de pedra, articulados em ângulo agudo (Est. IV). Quando se começou a proceder à decapagem das suas 11 quadrículas, afigurava-se a hipótese de estarmos na presença de uma pequena estrutura habitacional, facto que parece ter sido plenamente comprovado. Vários indícios concorrem para justificar tal ilação: primeiro, a ocorrência de abundante espólio cerâmico e metálico de uso quotidiano; segundo, a existência de uma espessa e ininterrupta camada de telhas, originada pelo abatimento do seu sistema de cobertura; terceiro, o aparecimento, no afloramento rochoso, de uma pequena depressão circular extremamente polida, tudo indicando que tenha sido o local de apoio de um eixo metálico (rodízio de porta ou outro). Todas as quadrículas apresentam dimensões uniformes (1m × 1,5m), excepto uma, de forma triangular, que completou a sondagem do sector.

A estratigrafia do sector III apresentou-se mais elaborada do que a do sector II, permitindo a leitura de cinco camadas (Est. VI):

Camada 1 — terra humosa com cobertura vegetal.

1A — bolsa de terra humosa com presença de areia grossa.

Camada 2 — bolsa de violação, constituída por terra argilosa e apresentando escombros (pedra miúda e fragmentos de telha tradicional, tipo «imbrex»).

Camada 3 — nível de destruição originado pelo abatimento do telhado, com alguma pedra miúda e abundantes fragmentos de telha, alguns de grande tamanho; no interior da estrutura a mancha de telha era contínua e apresentava quase sistematicamente a sobreposição de duas ou mais telhas; no lado externo notou-se a quase ausência de telha.

3A — bolsa originada pelo desmonte do murete e constituída por elementos arenosos e argilosos, de coloração esbranquiçada, componentes do interstício da construção; a sua presença, extremamente localizada, ficou a dever-se ao desmonte parcial da face externa do murete na sua zona terminal.

⁽¹²⁶⁾ Na realidade a nossa interpretação vacila entre considerá-lo como um fragmento de solo *in situ* ou a sucessão de três camadas de preparação de um solo cuja superfície de circulação desapareceu. A sua camada superior não apresentava a compactidade necessária para esclarecer em definitivo este problema.

Camada 4 — nível de ocupação e abandono da estrutura, no qual surgiu a maior percentagem de espólio exumado neste sector; era constituído por terra de côr castanho escura, com alguns elementos granulosos, alguma pedra miúda e escassos fragmentos de telha.

Camada 5 — camada de cascalho miúdo e terra saibrosa castanho clara, contemporânea da construção desta estrutura e ali depositada para o nivelamento do piso interno, compensando a configuração superior do batólito granítico onde assenta.

A presença desta estrutura habitacional na acrópole da fortaleza corrobora a nossa suspeita de que o castelo poderá ter comportado residência senão permanente pelo menos por certos períodos de tempo. No entanto a sua cronologia ainda se apresenta algo problemática. As numismas que aqui se exumaram são todas da segunda dinastia, apontando portanto para uma data tardia, concordante com a última fase de ocupação do castelo. No entanto, o muro que delimita a Norte esta construção, e que se apresenta sobranceiro à barbacã, parece incluir-se dentro de uma fase intermédia entre a fase I e a fase II. O seu aparelho, tosco e pouco característico, não parece ter sido obra do «atelier» de pedreiros que trabalhou na fortaleza na sua fase II, mas não pode pertencer, de forma alguma, ao período da primeira construção. Assim, apenas nos resta considerar que esse muro Norte possa ter existido antes da construção da restante estrutura habitacional, que essa sim será obra tardia, contemporânea da segunda dinastia. A evidência arqueológica nada tem a obstar a tal interpretação, e o próprio espólio exumado, quer cerâmico, quer metálico, parece concordar com tal hipótese.

O sector IV

Implantando na área fronteira à sala abobadada, o sector IV compreendeu a escavação de uma pequena superfície delimitada a Norte pela estrutura de acesso ao adarve, e a Oeste e Sul pela presença da muralha superior (Est. IV). Abriram-se três quadrículas, duas delas com 2m × 2m, respectivamente Q.1 e Q.2, e uma terceira com área triangular definida pela própria muralha.

A limpeza desta zona, onde também se processara uma larga contenção de terras, permitiu-nos constatar a presença de uma diacronia entre o período de construção da muralha superior e o da elevação do acesso ao adarve. Efectivamente os silhares que compõe as escadas que permitiam alcançar o caminho de ronda não se encontram travados com os que integram a muralha, antes encostando-se a eles. De resto o acesso ao adarve implantou-se sobre um nível de solo (camada 6 e 6A), devendo, pois, corresponder a um segundo momento de obras na fortaleza, posterior ao que se documenta na sua fase I, e provavelmente contemporâneo da fase II.

Em termos estratigráficos, o sector IV possibilitou-nos um dos cortes com leitura mais interessante, de entre todos os registados em Aguiar da Pena, os encontrando paralelo no corte principal do sector III. Encontrava-se organizado da seguinte maneira (Est. VI):

Camada 1 — terra humosa com cobertura vegetal.

Camada 2 — terra castanho escura comportando abundantes elementos arenosos de médio e grande calibre.

Camada 3 — terra castanho mais escura, com alguma pedra miúda.

Camada 4 — bolsas arenosas de coloração cinzento acastanhado, quase sem terra, constituídas pelos componentes do interstício das fiadas superiores da muralha, entretanto derrubadas.

Camada 5 — terra castanho escura com granulos arenosos de médio e grande calibre, de onde se exumou a maior percentagem do espólio arqueológico proveniente deste sector; corresponde ao nível de abandono da estrutura castelar.

Camada 6 — nível de solo; bolsas descontínuas de terra muito argilosa, bem consolidada, componentes da camada de preparação do solo de ocupação deste sector.

6A — solo; pequena bolsa de argamassa de cal com areão, extremamente consolidada; entre os componentes desta argamassa encontravam-se alguns pequenos fragmentos de cerâmica.

Camada 7 — estrato de nivelamento contemporâneo das obras iniciais, com muito cascalho; horizontalizava o declive do afloramento rochoso, possibilitando o assentamento de um nível de solo regular, de que apenas encontramos alguns vestígios descontínuos (camada 6A).

A sua estratigrafia denuncia-nos a presença de vários níveis posteriores ao abandono da estrutura fortificada (camadas 1 a 4), bem como o próprio momento de abandono que, à semelhança do que encontramos na sala da seteira (sector II), foi acompanhado por uma destruição profunda do solo de ocupação, com seu revolvimento. Tal não impediu que, embora de uma forma descontínua,

fossem encontrados testemunhos significativos dele. Infelizmente o nível que o secundava não dá testemunho da fase anterior de ocupação, mas sim do momento de obras e nivelamento deste recanto da acrópole. Momento que, de resto, nem está muito bem caracterizado do ponto de vista cronológico, uma vez que pode ser contemporâneo da fase I, da edificação do pano de muralha superior, ou algo posterior. Era, no entanto, seguramente anterior à construção do acesso ao adarve, uma vez que este lhe assenta em cima. As sondagens neste sector não demonstraram a existência de qualquer estrutura secundária, revelando um espólio relativamente escasso, composto por alguns objectos metálicos e cerca de meio milhar de fragmentos de cerâmica medieval.

Nas zonas de cota inferior defendidas pela primeira linha de muralhas, implantaram-se três sectores de trabalho — V, VI e VII — que procuraram esclarecer algumas dúvidas que se levantavam em relação a uma área que se afigurava mais propícia — topográfica e estrategicamente — para uma ocupação sedentária. Efectivamente, depois de analisada toda a área defendida pela muralha verificou-se que a superfície que se desenvolvia imediatamente a Norte da muralha de compartimentação interna (Est. XXV, n.º 1) era a que melhor hipótese tinha para se encontrarem testemunhos de uma possível ocupação mais prolongada. De todo o recinto inferior era a zona que mais directamente se articulava com o núcleo monumental, sendo suficientemente aplanada e convidativa. Encaixada entre enormes blocos graníticos, tinha «camuflagem» e defesas naturais. Combinava em si características que permitiram elegê-la como uma área privilegiada para o estudo arqueológico. Registe-se que este, para o recinto inferior delimitado pela muralha, não se pretendia exaustivo, mas apenas como sondagem de perspectivas: tentar esclarecer, sobretudo, se tinha albergado estruturas de habitação ou se apenas se destinaria a receber temporariamente as populações, durante períodos mais conturbados.

O sector V

O primeiro dos três sectores que se implantaram na área defendida pela linha exterior de muralha, o sector V, procurou sondar o que convencionamos designar por «estrutura periférica» (Est. XXVI, n.º 1). Tal estrutura, com uma configuração rectangular, aflorava à superfície do terreno tendo sido detectada em prospecções levadas a cabo antes de se iniciarem os trabalhos de 1982. Evidenciando um estado extremo de ruína, com o seu interior literalmente repleto pelo derrube de grandes pedras trabalhadas, apresentava um aparelho de construção pouco característico. Numa primeira análise dir-se-ia que a sua elevação se fizera à custa de pedras reaproveitadas, que ao serem sobrepostas não tinham recebido qualquer argamassa. No entanto, e atendendo ao grau avançado de destruição, as interpretações eram sempre demasiado falíveis. A sua implantação no extremo dessa área aplanada, nas imediações da linha exterior de muralhas, reforçava a hipótese de se tratar de uma estrutura medieval, mas o seu aspecto lembrava mais um curro moderno do que uma construção sincrónica com as ruínas do Castelo de Aguiar. Para esclarecer melhor a sua natureza programamos uma pequena intervenção arqueológica de que resultou o sector V. Os meios técnicos de que dispunhamos apenas permitiram a abertura de uma pequena sondagem em «L», auscultando as potencialidades estratigráficas da zona, com o fim primordial de se tentar esclarecer a cronologia desta estrutura. Foram marcadas seis quadrículas, tendo-se procedido à limpeza superficial e à decapagem da sua camada de terra humosa, aprofundando-se de seguida apenas quatro quadrículas (Q.1, Q.2, Q.5 e Q.6). Embora a zona se revelasse pobre em espólio arqueológico, a sua estratigrafia assegurou-nos a cronologia recente da estrutura periférica, permitindo individualizar cinco camadas (Est. VII):

- Camada 1 — terra humosa com cobertura vegetal no exterior da estrutura, e com grandes pedras derrubadas no seu interior.
- Camada 2 — estrato de terra castanho escura acizentada com alguns elementos granulosos, sendo comum ao interior e exterior da estrutura e posterior ao seu abandono.
 - 2A — sub-camada que nos surge apenas no exterior e que, apesar de possuir características idênticas a 2, apresenta maior abundância de elementos granulosos; deve ser contemporânea da utilização da estrutura.
- Camada 3 — surge apenas no interior da estrutura, cobrindo o lajeado, e era composta por terra muito argilosa, de coloração castanho clara, podendo corresponder a um nível de solo associado ao lajeado, que selava em toda a sua extensão.
- Camada 4 — terra castanho escura que preenchia os interstícios do lajeado, tendo surgido, tal como este, apenas no interior da estrutura.

Camada 5 — solo medieval que se apoiava directamente no afloramento; trata-se de um piso distinto dos que nos surgiram no núcleo monumental do Castelo, apresentado na sua constituição terra castanho escura muito compactada, com pedra miúda e alguns fragmentos de cerâmica com reduzidas dimensões.

A articulação da estratigrafia com a estrutura revelou a sua cronologia pós-medieval. Efectivamente esta assenta quer directamente sobre a terra quer no afloramento granítico, tendo o seu interior preenchido por um lajeado rudimentar. A uma cota inferior, no interior e exterior da estrutura, foi encontrado o nível de solo medieval. Pelo facto de a estrutura assentar a uma cota superior à do piso medieval, e em alguns casos — mormente em Q.1 — directamente em terra, por utilizar um nível de solo (interior) igualmente mais elevado, e pelo tipo de aparelho de construção — irregular e rude —, estamos em crer que se trata de uma estrutura popular pós medieval, muito provavelmente um curro. Facto importante, que reforça esta conclusão, foi o aparecimento em Q.2 de um grande fragmento de bordo, indubitavelmente medieval, que repousava sobre o solo medieval numa zona selada pelo lajeado granítico.

O sector VI

Implantou-se numa área contígua ao grande batólito granítico em que se situa a acrópole da fortaleza, dela se demarcando pela acentuada diferença de cotas — mais de quinze metros na perpendicular, com possibilidade de tiro vertical. Nesta zona, e para além de existirem restos evidentes da parte terminal da muralha de compartimentação interna (Est. XXV, n.º 2), encontravam-se abertos num dos pequenos rochedos fronteiros a esta os encaixes para um duplo sistema de tranca que faziam supôr a existência de uma porta (Est. XXV, n.º 3). A sondagem revelou-se infrutífera quanto a este último aspecto, uma vez que não foram encontrados os vestígios da soleira dessa porta. De resto, a pedra onde se abrem os encaixes de tranca deve estar algo deslocada para Sul, o que se explica facilmente se atendermos ao acentuado declive da área.

Antes de entrarmos na pormenorização dos resultados deste sector, vale a pena abordar a problemática que se desenvolve em torno da muralha de compartimentação interna. Trata-se de uma sub-estrutura defensiva do núcleo monumental de Aguiar da Pena, cuja elevação se encontra relacionada com o acesso original ao coração da fortaleza. Quem, vindo da direcção de Telões e Pontido, procurasse alcançar o Castelo de Aguiar, e depois de flanqueada a muralha externa, deparava-se com esta segunda linha de defesa. Para vencer o íngreme acesso até à porta desta muralha existiam degraus pétreos, de que hoje ainda é possível encontrar alguns, por entre as numerosas pedras de derrube que cobrem esta área. Como qualquer abertura de uma muralha, esta porta era potencialmente um ponto fraco no sistema defensivo e, por isso, estava associada a um reforço deste. A sua implantação colocava-a ao alcance de tiro vertical feito a partir de um pequeno bastião que se desenvolvia nas traseiras da sala abobadada, na acrópole. Um pouco a Leste, possuía um torreão circular adossado ao pano de muralha, o qual reforçava a defesa deste troço de muro.

Uma análise atenta desta muralha de compartimentação interna permite-nos verificar que a sua elevação não foi isenta de dificuldades, comportando uma mudança de orientação. Efectivamente, o trecho maior da muralha apresenta uma direcção ligeiramente divergente do lanço terminal, que ligava da porta à base do grande batólito da acrópole. Tal alteração ficou a dever-se à existência de um bloco granítico que lhe ficava no caminho. Tentou-se cortá-lo, criando-se para o efeito dezanove profundas cunhas, mas o insucesso deve ter obrigado a uma mudança de orientação da muralha. Assim, passou a contar com um corpo um pouco avançado, onde se abria a porta, e o restante troço — que desta se desenvolve para Leste — ficou um pouco recuado. Por último registemos que a muralha, no pano que se desenvolve a Leste da porta, apresenta uma dupla face interna. Esta corresponde a um reforço estrutural criado pela colocação de mais duas fiadas de pedras a toda a altura, que se encostavam à parede anterior engrossando a sua secção, sem que apresentem qualquer travamento. Que a porta nela aberta possuía arco, garante-nos o facto de o bloco granítico onde se abrem os encaixes de tranca apresentar a sua superfície superior aplanada, para melhor receber as aduelas (Est. XXV, n.º 3). Dele, como de grande parte da altura do pano de muralhas, nada nos resta. Derrubes sucessivos, potenciados pela queda de pedras da acrópole, quinze metros acima — sobretudo as que integravam o compartimento superior da sala abobadada e de um pequeno bastião que se implantava nas suas traseiras — encarregaram-se do desmonte de parte significativa do muro. A abundância de pedras talhadas a Sul do sector VI é disso testemunho.

O corte estratigráfico obtido em Q.6-Q.8 revelou-nos uma estratigrafia pobre e pouco esclarecedora. Apresenta a face da muralha onde são bem visíveis os efeitos dos derrubes a que nos referimos, e que desmontaram parte da sua face externa. Permitiu verificar a quase ausência de acumula-

ção de terras nesse lado, embora para o interior a presença do muro tivesse dado lugar a uma pequena contenção. Aí reconheceram-se três camadas (Est. VII):

Camada 1 — terra humosa com cobertura vegetal.

Camada 2 — terra castanho clara com elementos arenosos.

Camada 3 — terra cinzento escura composta por elementos relativamente finos.

A muralha apoia-se directamente no granito alterado, aparentemente sem ter tido necessidade de abrir qualquer vala de fundação para o nivelar, e a potência estratigráfica verificada de encontro à sua face interna ficou-se a dever a escorrimientos oriundos das cotas superiores, para cuja presença contaram com o auxílio do pendor acentuado da zona que liga daí à porta da Barbacã. O escasso espólio exumado deste sector encontrava-se disperso um pouco por todas as camadas, evidenciando pelas suas características a proveniência de outras áreas.

Um dos objectivos iniciais propostos para a abertura deste sector era a determinação da soleira da porta que nesta muralha se abria. Sabíamos, à partida, que o rochedo onde existiam os encaixes do seu sistema de trancas estava deslocado para Sul, sendo previsível que a soleira se encontrasse entre Q.6 e Q.7. As sondagens realizadas revelaram-se infrutíferas, tendo-se atingido o afloramento de base sem encontrar qualquer vestígio da soleira. Alargada a sondagem para Sul, também em Q.15 os resultados foram nulos. Salientamos apenas que, na transição entre Q.1 e Q.6, o afloramento se encontrava aplanado artificialmente, dando a impressão de que ali se apoiara um lajeado de que não quedaram vestígios.

O sector VII

A abertura deste sector foi igualmente decepcionante. Procuramos sondar nesta área a muralha de compartimentação interna e, ao mesmo tempo, avaliar das possibilidades de alguns dos grandes batólitos graníticos terem sido aproveitados para receberem estruturas de habitat, adossadas a eles. A concentração de pedras sumariamente talhadas, que encobriam grande parte da superfície desta zona, podia ter origem em alguma estrutura parcialmente ruída, embora depois da limpeza e desobstrução da área nenhum traço aflorasse à superfície. Marcaram-se nove quadriculas em «L», que permitiram sondar simultaneamente a zona compreendida entre os dois rochedos e a muralha interna na sua perpendicular. Procedeu-se à escavação de Q.1 e Q.2 junto da muralha, e de Q.5 a Q.9 entre os rochedos. Nestas últimas cinco quadriculas as sondagens revelaram uma inexpressiva estratigrafia, com duas camadas, alcançando rapidamente o afloramento rochoso. Em Q.1 e Q.2 a potência era maior, mas a leitura não foi muito além em termos qualitativos, com a agravante de a zona ter sofrido alguns remeximentos profundos. Só assim se explica o aparecimento de fragmentos de cerâmica pré-histórica — nomeadamente um pequeno fragmento de bordo com decoração penteadada — na camada superficial de terra humosa. O espólio deste sector é composto por cerca de oito centenas e meia de fragmentos cerâmicos medievais e alguns objectos metálicos, entre os quais se salientam o achado de uma chave medieval completa e de fragmentos de um dinheiro, ambos na camada de terra humosa, reforçando a nossa convicção de que em época recente se verificaram nesta área revolvimentos que perturbaram a ordem estratigráfica.

O sector VIII

A última área de trabalho aberta durante a campanha de 1984 — o sector VIII — implantou-se no interior da barbacã, tendo-se procedido à limpeza de duas pequenas superfícies: uma na reentrância fronteira à entrada para a sala da seteira (zona 1) e outra no patamar intermédio da barbacã, que se desenvolve ao cimo das escadas (zona 2) (Est. IV). Pelas reduzidas dimensões das duas zonas e pela fraca potência estratigráfica que à partida se adivinhava, não foram delimitadas quadriculas. A zona 1 era uma pequena faixa de terras cujas fixação se ficara a dever à presença de uma fractura no grande afloramento em que se apoia a sala da seteira, no lado exterior. A acumulação de terras, embora em pequena escala, escondia um afeiçoamento artificial, nivelador desta reentrância, tornando-a apta a receber o apoio de uma estrutura. Cremos que aí assentaria uma das traves de sustentação de um segundo patamar, em madeira, que no lado oposto se apoiava num murete de pedras talhadas que se erguia junto da escada (Est. IV). Desse murete que, simultaneamente, definia a Oeste a caixa da escada e recebia o travejamento do patamar em madeira, apenas nos restam algumas pedras. Era este estrado que facultada a passagem do patamar em pedra que se ergue ao cimo das escadas e a porta de entrada na sala da seteira. A zona 2 deste sector VIII implan-

tou-se precisamente no patamar pétreo ao cima das escadas da barbacã, onde se depositara uma pequena camada de terra que encobria o seu pavimento, procurando determinar o seu tipo de revestimento. Uma vez removida a delgada camada de terra verificou-se que este era constituído por um piso de pequenas pedras imbrincadas uma nas outras, não sendo de excluir que tenha tido um acabamento final mais requintado, do qual nenhum testemunho sobreviveu até aos nossos dias. Tal como as próprias características deste sector VIII faziam antever, o seu espólio revelou-se pouco numeroso. Apresenta uma acentuada familiaridade com o conjunto exumado na sala da seteira, de onde provém na sua maioria.

AS NUMISMAS DE AGUIAR DA PENA E AS PERSPECTIVAS CRONOLÓGICAS

O conjunto monetário do Castelo de Aguiar da Pena, embora não seja particularmente rico ou importante, permite delinear algumas conclusões de ordem cronológica. É composto por dezanove exemplares, entre os quais se contam duas moedas (n.ºs 1 e 2) que surgiram há alguns anos, sendo hoje propriedade de um particular da aldeia do Pontido. Dos restantes dezassete exemplares, cinco integram o espólio da campanha de 1982 (n.ºs 3 a 7), sendo os outros doze fruto da intervenção de 1984. Resumimos no Quadro 3 as suas características gerais, bem como as identificações possíveis e o contexto arqueológico em que ocorreram.

Uma análise sumária deste conjunto monetário permite constatar que seis numismas pertencem à primeira dinastia e que outras treze são da dinastia de Avis, comportando globalmente uma diacronia que se estende entre o reinado de D. Sancho II e o de D. João II. Se nos abstrairmos das duas moedas encontradas no Castelo antes de 1982, e para as quais desconhecemos o local exacto do achado, do lote de dezassete numismas exumadas entre 1982 e 1984 podemos retirar algumas ilações. Primeiro, que as moedas do Castelo de Aguiar vêm ao encontro do que a parca documentação nos revela sobre a vida da estrutura castelar. A origem da actual estrutura não deve afastar-se muito da transição dos séculos XII para XIII, tendo sido abandonada em fins do século XV ou inícios de XVI. Em 1527, como vimos, a estrutura encontrava-se abandonada. Em segundo lugar, que a passagem para os Azevedos, no seguimento da crise dinástica do século XIV, deve ter representado um momento de revitalização muito significativo para o Castelo. Deve ter sido por esta altura que se procederam a importantes obras na fortaleza, documentadas na sua fase II. No entanto, a situação que transparece do espólio monetário — e que encontra eco, quer nos diferentes aparelhos de construção, quer no espólio exumado — parece traduzir um interesse muito claro pelo núcleo monumental e um desprezo pelo recinto amuralhado inferior. É no primeiro que se encontram todas as numismas da dinastia de Avis (sectores II, III e IV), enquanto que nas sondagens realizadas na área inferior (sectores V, VI e VII) apenas foram encontradas moedas da primeira dinastia. A reestruturação que nos fins do século XIV se opera no Castelo de Aguiar deve estar ligada a uma adaptação do núcleo monumental para a estadia senhorial, votando ao abandono a zona inferior, protegida desde cedo pela linha exterior de muralha. Por outro lado, as obras do século XIV devem estar na origem da ausência de elementos seguros sobre a diacronia do núcleo monumental. Devem ter sido acompanhadas por um «esvaziamento» estratigráfico importante que, muito provavelmente, eliminou a quase totalidade dos testemunhos arqueológicos respeitantes ao período anterior. E se alguns deles quedaram, diluíram-se entre o espólio mais tardio, sendo hoje difícil estabelecer uma distinção clara. A conjugação dos elementos cronológicos proporcionados pelas numismas com os dados que a estratigrafia revelou são um bom espelho dessa situação, lamentavelmente pouco elucidativa sobre as diferentes fases de ocupação do alto da penedia. É importante realçar aqui que a camada 3 da sala da seteira (sector II) nos proporcionou duas numismas de D. João I, que podem ser apontadas como uma base para a datação, quer desse estrato inferior, quer das obras de remodelação correspondentes à fase II do edifício. A camada que se lhe segue, de ocupação e abandono, comporta, como seria de esperar, uma maior diversidade de moedas, desde D. João I a D. Afonso V e D. João II. É provável que a ocorrência de moedas de D. João II (1481-1495) nos retrate o momento final de ocupação do castelo de Aguiar da Pena. O mesmo horizonte tardio encontramos noutras sondagens no núcleo monumental. Do sector III foram exumadas seis moedas da segunda dinastia. Entre elas encontramos um ceitel de D. Afonso V, que jazia imediatamente abaixo do nível de telhas, originado pelo abatimento da cobertura neste recanto da acrópole. O seu estrato 4, que corresponde à ocupação e abandono da estrutura, está caracterizado pela exclusiva presença de numismas da dinastia de Avis, entre as quais se contam o ceitel de D. Afonso V, que já referimos, bem como outro ceitel, cuja classificação por ora é impossível, e que nos surgiu associado a duas pontas de dardo com cabeça triangular. No sector IV, fronteiro à sala abobadada, a única numisma exumada foi um ceitel de D. João II que apareceu na camada superficial. Não pode ser considerado um elemento cronológico seguro, até porque não caracteriza qualquer estrato. Porém é mais um elemento que concorre para a mesma perspectiva.

A concorrência das moedas da dinastia de Avis nos sectores do núcleo monumental de Aguiar da Pena reforçam, portanto, a ideia geral de que a fase de ocupação que hoje melhor se documenta nestas zonas é tardia, correspondendo ao período em que a família dos Azevedos tomou posse da Terra. O contraste entre este lote de treze moedas e as quatro numismas exumadas nos sectores de cota inferior é bem significativo, embora estas nos tenham surgido nas camadas superficiais de terra humosa e, portanto, desinseridas do contexto arqueológico original. Tratam-se exclusivamente de moedas da primeira dinastia, que parecem testemunhar uma ocupação efêmera desta zona durante a primeira fase de vida da estrutura castelar. O facto de elas terem sido exumadas em níveis superficiais diminui significativamente o seu valor cronológico uma vez que não nos podem datar qualquer estrato ou material. Mas não deixam de ser sintomáticas, tanto mais que não surgiu qualquer numisma da segunda dinastia nestes sectores. A ocupação da zona inferior defendida pela linha exterior de muralha deve ter sido ocasional, temporária, tendo albergado populações num ou noutro momento mais conturbado, de cuja existência as fontes documentais são quase omissas.

QUADRO 3

| N.º | Moeda | Monarca | Metal | Módulo máx. | Espessura máx. | Classificação F.V. | Implantação do Achado | | | | Contexto/Obs. |
|-----|-------------------|---------------------------|--------|-------------|----------------|--------------------|-----------------------|----------|--------|--------|---|
| | | | | | | | Sector | Quadric. | Camada | Cota | |
| 1 | Dinheiro | D. Sancho II | Bolhão | 16,9 mm | 0,8 mm | ?? | — | — | — | — | Col. particular |
| 2 | Dinheiro | D. Dinis | Bolhão | 16,1 mm | 0,6 mm | Di.03 | — | — | — | — | Col. particular |
| 3 | Real de 10 soldos | D. João I | Bolhão | 24,4 mm | 0,9 mm | J1.20 | SII | Q.5 | c.2 | 19 cm | |
| 4 | Ceítíl | D. João II | Cobre | 19,6 mm | 0,9 mm | J2.56? | SII | Q.5 | c.2 | 20 cm | |
| 5 | Meio Real "PO" | D. João I | Bolhão | 17,7 mm | 0,5 mm | J1.131 | SII | T. Q1-Q3 | c.3 | 60 cm | |
| 6 | ?? | (2.ª dinastia D. João I?) | Cobre | 18,7 mm | 0,9 mm | ?? | SII | Q1 | c.3 | 66 cm | |
| 7 | ?? | (2.ª dinastia D. João I?) | Bolhão | 26,4 mm | 1,0 mm | ?? | SII | Q5 | c.2 | 20 cm | |
| 8 | Ceítíl | D. Afonso V | Cobre | 22,9 mm | 0,8 mm | A5.100? | SII | Q9 | c.2 | 16 cm | Junto com lingote de prata |
| 9 | Ceítíl? | (2.ª dinastia) | Cobre | 16,2 mm | 1,2 mm | ?? | SIII | Q9 | c.1 | 2-5 cm | |
| 10 | Ceítíl | (2.ª dinastia) | Cobre | 21,7 mm | 1,0 mm | ?? | SIII | Q3 | c.4 | 35 cm | Associado a duas pontas de virotão |
| 11 | ?? | (2.ª dinastia) | Cobre | 17,8 mm | s.e. | ?? | SIII | Q4 | c.4 | 14 cm | |
| 12 | ?? | (2.ª dinastia) | Cobre | 20,0 mm | s.e. | ?? | SIII | Q4 | c.4 | 14 cm | |
| 13 | ?? | (2.ª dinastia) | Cobre | 21,5 mm | s.e. | ?? | SIII | T. Q4-Q6 | c.4 | 14 cm | |
| 14 | Ceítíl | D. Afonso V | Cobre | 19,7 mm | 0,8 mm | A5.?? | SIII | Q11 | c.4 | 50 cm | Imediatamente abaixo do nível de telhas |
| 15 | Ceítíl | D. João II(?) | Cobre | 19,4 mm | 0,8 mm | J2.?? | SIV | Q2 | c.1 | 2-5 cm | |
| 16 | Dinheiro | (1.ª dinastia) | Bolhão | 15,0 mm | 1,0 mm | ?? | SV | Q1 | c.1 | 5-8 cm | Acima do 1.º piso de argila da estrutura periférica |
| 17 | Dinheiro | (1.ª dinastia) | Bolhão | 15,9 mm | 0,6 mm | ?? | SV | Q6 | c.1 | 5 cm | |
| 18 | Dinheiro | D. Dinis? | Bolhão | 16,0 mm | 0,7 mm | Di.?? | SVI | Q9 | c.1 | 14 cm | |
| 19 | Dinheiro | (1.ª dinastia) | Bolhão | s.e. | s.e. | ?? | SVII | Q7 | c.1 | 8 cm | Sobrevivem apenas alguns frag. |

Obs.: Para a classificação das numismas seguimos a obra de J. Ferraro Vaz e Javier Salgado, *O Livro das Moedas de Portugal*, Braga 1984.
— s.e. = sem expressividade, utilizado no módulo ou espessura para os casos em que devido a grande alteração da moeda esses valores deixam de ser mensuráveis ou significativos.

A FUNDIÇÃO DE PRATA

Um dos conjuntos que se afigura de maior interesse entre o espólio total do Castelo de Aguiar da Pena é aquele que documenta uma linha de fundição de prata, para a qual possuímos vestígios que caracterizam praticamente todos os passos da actividade metalúrgica. Integram-no sete elementos exumados no núcleo monumental da fortaleza, onde a fundição parece ter tido lugar:

- uma escória de fundição de prata, com 4,33 gr. de peso e configuração arredondada, que deve ter sido obtida pelo arrefecimento súbito de prata fundida quando mergulhada em água (S.II, Q.10, Camada 2) (Est. XXVI, n.º 2, E).
- um lingote de prata, completo, com 16,02 gr de peso, sendo visíveis os traços de ter sido rebatido a martelo para se atingir a forma espalmada que apresenta actualmente (S.II, Q.9, Camada 2) (Est. XXVI, n.º 2, B).
- um fragmento de lingote de prata rebatido a martelo e truncado com o uso de cinzel e martelo; corresponde à parte central, tendo de peso 4,09 gr (S.II, Q.10, Camada 2) (Est. XXVI, n.º 2, C).
- um fragmento central de lingote de prata rebatido a martelo e truncado com uso de cinzel e martelo, com 3,13 gr de peso (S. VIII, zona 1, Camada única) (Est. XXVI, n.º 2, D).
- molde de fundição em cerâmica, de configuração externa paralelepípedica, com pequena fractura num dos seus ângulos; sensivelmente ao centro abre-se uma pequena cavidade rectangular com 36,0 mm × 8,5 mm × 5,2 mm, que era utilizada para enformar os lingotes de prata; tem por dimensões externas 45,0 mm × 27,0 mm × 13,5 mm (S.III, Q.4, Camada 4) (Est. XXVI, n.º 2, A).
- anel de prata completo, sem vestígios de uso prolongado, decorado por três singelas caneluras que preenchem, paralelamente, a superfície exterior do anel; nunca deve ter tido mesa ou pedra, apresentando uma secção sub-rectangular; a sua face interna é lisa, sendo visíveis ainda as irregularidades devidas ao uso de lima para o acabamento final; tem 19,6 mm de diâmetro externo, 17,2 mm de diâmetro interno, e uma espessura de 1,2 mm; o seu aro apresenta 3,2 mm de largura, decorado com as caneluras a que nos referimos, pesando 1,65 gr (S.II, Q.5, Camada 2) (Est. XXVI, n.º 2, F).
- anel de prata com vestígios de uso prolongado, particularmente intensos na face inferior do seu aro; embora esteja incompleto são seguros os elementos que denunciam ter havido uma pequena mesa circular ou redonda, provavelmente destinada a receber monograma ou pedra decorativa; sobrevivem os vestígios da soldadura, patentes nas duas extremidades do seu aro; este era quase totalmente liso, apenas com duas pequenas incisões junto de cada aresta, nas respectivas extremidades, e um leve tracejado paralelo; a sua secção é sub-rectangular muito delgada; tem 64,1 mm de comprimento, 0,7 mm de espessura e 3,2 mm de largura; quando lhe foi retirada a mesa ou pedra ficou com a curvatura bastante de formada, apresentando-se ainda hoje assim; pesa 0,94 gr (S.VIII, zona 1, Camada única) (Est. XXVI, n.º 2, G).

A este pequeno lote de objectos devem-se acrescentar cerca de 60 fragmentos de vários cadinhos de fundição, em cerâmica. Apresentam paredes com uma secção relativamente delgada, que se acentua ainda mais no fundo, e espessas camadas de elementos fundidos e vitrificados a elas associados. Embora neste lote de cerâmica seja previsível a existência de 4 ou 5 cadinhos, tem-se afigurado extremamente difícil o seu restauro e reconstituição. Sabemos que eram formas com fundos finos, talvez para facilitar a fundição do metal. As paredes eram curvas, e uniam-se aos fundos sem qualquer aresta viva, facilitando assim a transmissão do calor para as paredes laterais. Os bordos, verticais e simples, apresentam uma deformação para o bico, permitindo o escoamento mais seguro do metal quando fundido. Eram peças de reduzidas dimensões, sem qualquer pega ou asa, sendo portanto manuseadas com tenazes.

A análise deste espólio permite-nos reconstituir quase todos os passos da linha de fundição de prata do Castelo de Aguiar. Possuímos uma pequena escória de prata arrefecida em água, que tomou assim uma configuração arredondada. É provável que ela corresponda a um excedente de fundição e que, portanto, estivesse destinada a ingressar novamente noutra lingote. Possuímos também os cadinhos de fundição, bem como o molde que enformava a prata dando origem a pequenos lingotes paralelepípedicos, os únicos ausentes. Mas o teste que fizemos veio comprovar a nossa perspectiva: o volume de prata que podia ser moldado no negativo dessa pequena peça cerâmica é *rigorosamente* aquele que encontramos no lingote completo rebatido a martelo. Este testemunha-nos uma nova fase da linha de fundição. Os lingotes rebatidos não se destinavam à conservação do metal, mas antes encontravam-se prestes a serem novamente fundidos para darem origem a peças mais elaboradas. Por isso, o lingote exumado em S.II-Q.9 chegou até nós graças a um mero acaso: encontrava-se já rebatido e pronto a ser cortado para dar origem a qualquer artefacto argenteo. Dessa fase última antes da nova fundição são testemunho os dois fragmentos de lingotes truncados, não com turquez mas antes com martelo e cinzel. Garantem-nos isso os negativos de instrumento metálico com gume em "V" em apenas uma das faces do lingote.

É provável que a oficina metalúrgica do Castelo de Aguiar tenha sido a responsável pelos dois anéis de prata ali exumados e que integram o conjunto mais rico do seu espólio. Só análises futuras, que irão ser realizadas em breve, nos poderão elucidar quer sobre este aspecto, quer sobre a composição da liga e, quem sabe, talvez mesmo sobre a origem do metal presente em Aguiar da Pena.

Um elemento significativo é o facto de o lingote completo, exumado em S.II-Q.9, ter surgido associado a um ceitel de D. Afonso V (n.º 8), proporcionando-nos assim uma aproximação cronológica para a actividade da oficina metalúrgica do Castelo de Aguiar.

Creemos que os testemunhos indiscutíveis da presença de fundição de prata no Castelo de Aguiar são um dos elementos mais interessantes de entre todos os que as duas campanhas nos forneceram. Eles vêm abrir uma nova perspectiva em Portugal, uma vez que não se conhecem exemplos tão transparentes de uma actividade artesanal com semelhantes implicações económicas em outras fortalezas medievais portuguesas. Relançam, assim, a aliciante problemática que se centra em torno da tridimensionalidade do castelo medieval: a dimensão estratégico-defensiva, a dimensão simbólica e catalizadora da organização do território e do povoamento, e a dimensão económica. Aguiar da Pena é um exemplo claro em que as três componentes básicas estão sempre latentes.

PONTAS DE DARDO E DE SETA

O espólio bélico de Aguiar da Pena é pobre. A guerra, situação que mais favorece a ocorrência deste tipo de artefactos, parece raras vezes ter chegado até esta fortaleza. Mas da defesa passiva dos seus muros quedaram alguns testemunhos. Integram este conjunto onze pontas de dardo, duas pontas metálicas maciças e uma ponta de seta tipo virote.

- ponta de dardo em ferro, com cabeça triangular e secção hexagonal, apresentando alvado próprio para receber a haste, ligeiramente deformado (S.II, Q.1, Camada 2 — Est. VIII, n.º 1 e Est. XXVI, n.º 3, A).
- ponta de dardo em ferro, com cabeça triangular e secção hexagonal, muito alterada pela oxidação, e com alvado próprio para receber a haste (S.II, Q.4, Camada 2 — Est. VIII, n.º 2 e Est. XXVI, n.º 3, B).
- ponta de dardo em ferro, de pequenas dimensões, com cabeça triangular, secção triangular embora bastante alterada pelo processo de oxidação; o seu alvado encontra-se muito incompleto (S.II, Testemunho Q.1/Q.2, Camada 2 — Est. VIII, n.º 3).
- Ponta de dardo em ferro, com cabeça triangular incompleta, secção provavelmente circular, e fragmentada na parte terminal junto do alvado, de que apenas sobrevive o seu início (S.II, Testemunho Q.11/Q.12, Camada 2 — Est. VIII, n.º 4 e Est. XXV, n.º 4, C).
- ponta de dardo em ferro, de pequenas dimensões, com cabeça triangular, secção circular e início do alvado, faltando-lhe o remate terminal (S.III, Q.1, Camada 4, — Est. VIII, n.º 5).
- ponta de dardo em ferro, com cabeça triangular e de secção circular, muito adulterada pelo processo de oxidação, com alvado incompleto (S.III, Q.3, Camada 4 — Est. VIII, n.º 6). Surgiu associada a um ceutil, tal como o exemplar que se segue.
- ponta de dardo completa, com cabeça triangular, secção circular e alvado completo; a adulteração pela oxidação impede a localização do orifício de fixação (S.III, Q.3, Camada 4). Associada à ponta de dardo referida anteriormente e a um ceutil. (Est. VIII, n.º 7 e Est. XXVI, n.º 3, D).
- ponta de dardo muito fragmentada, apenas representada pela parte dianteira; tem cabeça triangular e secção provavelmente circular (S.III, Q.7, Camada 4 — Est. VIII, n.º 8).
- ponta de dardo com cabeça triangular, secção provavelmente circular, apresentando-se muito fragmentada; apenas sobrevive a zona dianteira (S.III, Q.7, Camada 4 — Est. VIII, n.º 9).
- ponta de dardo de que sobrevive apenas a metade dianteira; tem cabeça triangular, secção circular e início de alvado (S.III, Q.8, Camada 4 — Est. VIII, n.º 10).
- ponta de dardo em ferro, com cabeça triangular e secção circular, com alvado quase completo, apenas fragmentado junto do orifício terminal destinado à fixação, com pequena tacha, à haste (S.IV, Q.2, Camada 5 — Est. VIII, n.º 11).

A análise deste pequeno núcleo de onze pontas de dardo revela-nos uma grande uniformidade. Tratam-se de peças destinadas ao tiro de besta, que quando completas apresentam a metade dianteira maciça e relativamente pesada. A sua metade terminal, ôca e com um pequeno orifício para receber uma tacha de fixação, destinava-se ao “encabamento”. É sabido que a haste, quer no seu comprimento, quer no tipo de madeira, estava dependente do peso global da ponte metálica. O tiro de besta, muito mais potente do que o tiro de arco, necessita de pontas mais pesadas, por forma a que o centro de gravidade da peça se situe o mais próximo possível do ponto de transição entre o primeiro e o segundo terço da peça⁽¹²⁷⁾. Assim o alcance do disparo era maior e a trajectória do dardo mais precisa, aproximando-se da linha recta. Todas as pontas de dardo de Aguiar da Pena apresentam cabeça triangular que, de resto, parece ter sido a solução dominante neste tipo de artefacto bélico no Norte de Portugal. Por outro lado, a secção destas peças na sua zona de transição entre o alvado e a cabeça, na sua parte maciça, apresenta como solução dominante a configuração circular, havendo, é certo, dois exemplares com secção hexagonal e outro triangular. Parece-nos importante realçar aqui a concorrência dos dois exemplares de S.III — Q.3, que surgiram associados a um ceutil. Embora o estado de conservação desta numisma não possibilite, por agora, uma identificação mais precisa, a sua integração na dinastia de Avis constitui um importante elemento cronológico que nos ajuda a caracterizar estas peças como obra tardia. Reforçam, assim, a impres-

⁽¹²⁷⁾ Cf. Jean-Pierre SARRET *et alii*, *Montségur. 13 Ans de Recherche Archeologique (1964-1976)*, Groupe de Recherches Archeologiques de Montségur et environs, Cracassone, 1980, p. 114-117.

são que se vem tendo da análise de espólios de outros castelos do Norte de Portugal. Por último, realçamos a diferença acentuada entre as tipologias destas pontas de dardo em Portugal, e exemplares de função e cronologias idênticas da Europa mediéfica⁽¹²⁸⁾.

A completar o espólio bélico do Castelo de Aguiar encontramos mais três exemplares, respectivamente duas pontas em ferro, maciças, e uma ponta de seta tipo virote.

- ponta de seta maciça, de secção circular bastante adulterada pelo processo de oxidação, sem apresentar alvado (S.II, Q.6, Camada 2).
- parte de uma ponta da seta (?) maciça, em ferro, correspondente à sua zona central; apresenta-se bastante característica uma vez que não possuímos elementos que definam quer a parte dianteira quer a solução de encabamento (S.II, Q.7, Camada 2).
- ponta de seta tipo virote, incompleta e ôca; falta-lhe a ponta, apresentando junto da zona terminal um orifício próprio para fixar a haste ao alvado, com o auxílio de pequena tacha; a ponta seria, por certo, circular, prolongando as linhas convergentes do seu alvado e corpo (S.II, Q.2, Camada 2 — Est. VIII, n.º 12).

Destes três artefactos o mais interessante é a ponta de seta tipo virote. Trata-se de uma peça semelhante a outras conhecidas em fortalezas portuguesas, totalmente ôca, procurando assim alcançar a maior leveza possível. É igualmente obra tardia, cuja cronologia não se deve afastar da proposta aqui para as pontas de dardo. Os testemunhos sobreviventes das duas pontas de ferro maciças são demasiado incaracterísticos, deixando bastantes dúvidas.

OUTRO ESPÓLIO METÁLICO

O restante espólio metálico de Aguiar da Pena é pobre e escasso, reflectindo a limitada importância desta fortaleza no contexto da sociedade medieval portuguesa. A inexistência de uma residência senhorial fixa no Castelo pode encontrar aqui um dos seus maiores argumentos, já que pelas estruturas sobreviventes ela podia ter tido lugar. Mas esta ausência de fausto que se retrata bem, quer no espólio metálico, quer nas numismas, e, como veremos de seguida, também na cerâmica, parece ser o principal argumento a contradizer tal hipótese. A comparação do espólio metálico do Castelo de Aguiar, quase todo ele em ferro, com o rico e diversificado espólio do Castelo de Faria, é um bom sintoma da distância que separa as duas fortalezas: uma, cabeça de uma Terra do interior, quase esquecida, que provavelmente não conseguiu — pelo menos na sua última fase — atrair suficientemente os seus senhores, a outra, cabeça de uma importante Terra junto da orla marítima e com residência senhorial bem documentada. No entanto, e apesar da escassez, Aguiar da Pena proporcionou a exumação de uma ou outra peça com algum interesse, de que abordaremos em seguida as mais significativas:

- fivela, em ferro, completa, com configuração trapezoidal e secção quadrada, a qual foi exumada já sem o seu fuzilhão (S.II, Q.5, Camada 2 — Est. VIII, n.º 15 e Est. XXVI, n.º 3, G).
- pequeno aplique em ferro provavelmente pertencente a uma peça de vestuário (S.II, Q.1, Camada 2 — Est. VIII, n.º 14). Tipologicamente assemelha-se bastante a um exemplar proveniente de Conimbriga (Cf. *Fouilles de Conimbriga*, vol. VIII, Est. XXI, n.º 81 e p. 101). As cronologias das duas peças são, no entanto, muito distintas.
- pequena argola em ferro, com 12,0 mm de diâmetro máximo e 2,5 mm de espessura; é difícil determinar qual terá sido a sua função, mas atendendo às semelhanças que apresenta com alguns exemplares de Montségur identificados como pertencentes a cotas de malha, poderemos aventar essa mesma função como hipótese (S.II, Q.5, Camada 2 — Est. VIII, n.º 13).
- grande argola em ferro, com 39,6 mm de diâmetro e 8,5 mm de espessura, com secção sub-circular; pode ter preenchido múltiplas funções (S.IV, Q.2, Camada 5).
- fragmento de lâmina em ferro, com 83,4 mm de comprimento, 13,6 mm de largura e 1,5 mm de espessura média (S.II, Q.9, camada 2).
- pequeno fragmento de lâmina em ferro, com 23,0 mm de comprimento, 13,5 mm de largura e 2,0 mm de espessura média; pode ter pertencido ao mesmo exemplar que o fragmento descrito anteriormente, ou a outro com características muito semelhantes; qualquer deles deve ter tido uma função doméstica (S.II, Testemunho Q.5/Q.6, Camada 2).
- uma chave completa em ferro, evidenciando alterações profundas originadas pelo adiantado processo de oxidação; pelas suas reduzidas dimensões (70,4 mm de comprimento) e pelos seus sistemas de "dentes" não deve ter pertencido a fechadura de porta, mas antes a uma fechadura de móvel (S.VIII, Q.1, Camada 1 — Est. VIII, n.º 16 e Est. XXVI, n.º 2, H).

⁽¹²⁸⁾ Compare-se, por exemplo, com o rico espólio do Castelo de Montségur, a celebrizada fortaleza dos cátaros, onde se estabeleceu uma tipologia para estes artefactos (*op. cit.*, pp. 114-123), ou ainda com Jean-Pierre Riebb e Charles-Laurent Salch, *Aspects de la vie au Moyen Age et à la Renaissance. Dix ans de Fouilles*, Strasbourg, Centre D'Archéologie Médiévale de Strasbourg, 1973, p. 15/17, Figs. 1 a 50. Não nos foi possível ter acesso a J. P. RIEBB, *Points de flèches et carreaux d'arbalètes: techniques et typologie, Operation Taupe*, n.º 4, C.A.M.S., 1968, que por certo enriqueceria este ponto do espólio de Aguiar da Pena.

- pequena foice em ferro, completa mas fragmentada; apresenta um corpo rectilíneo, com uma tímida curvatura na sua parte dianteira onde termina em “bico”; o sistema de encabamento era assegurado por um alargamento na parte terminal, que era dobrado e rebatido, abraçando o cabo de madeira, certamente comprido (S. VI, Q.9, Camada 3 — Est. IX, n.º 6 e Est. XXVI, n.º 2, I); um exemplar idêntico encontra-se ilustrado na célebre iluminura do Apocalipse do Lorrão que retrata uma cena de ceifa e vindima (fl. 172, v.), segurado pelo segundo vindimador; assemelha-se aos exemplares que ainda hoje são utilizados para podar as vinhas ou para cortar pequenos ramos (cf. Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Alfaia Agrícola Portuguesa*. 2.ª ed., Lisboa 1983, p. 266-268).
- fragmento de ferradura em ferro, correspondente a quase metade da peça, e apresentando três orifícios de configuração rectangular destinados a receberem os cravos (S.II, Q.3, Camada 2 — Est. X, n.º 1 e Est. XXVI, n.º 3, E).
- fragmento de ferradura em ferro, com três orifícios completos e início de um quarto, de configuração rectangular, destinados a receberem os cravos (S. VIII, Zona 1, Camada única — Est. X, n.º 3).
- fragmento de ferradura em ferro, com três orifícios completos e rectangulares para os cravos (S.III, Q.2, Camada 4 — Est. X n.º 2 e Foto 16, F).
- dois fragmentos de uma placa rectangular em ferro, decorada com várias incrustações em cobre (pequenas rose-tas) organizadas em grupos de nove e dispostos linearmente atravessando a peça de um lado ao outro (S.I, Q.3, Camada 2 e S.IV, Q.2, Camada 4).
- duas cunhas em ferro, de configuração trapezoidal e secção rectângular (S. VI, Q.9 e S. VII, Q.6).

Para além deste pequeno lote de peças, foram exumados em Aguiar da Pena alguns pequenos fragmentos de chapa de cobre, por vezes com rebites, pertencentes a vasilhas ou ao revestimento de objectos em madeira, mas pelas suas reduzidas dimensões nada nos podem adiantar ao estudo. Foram ainda encontrados 58 pregos ou fragmentos de prego, todos eles próprios para madeira e que, tipologicamente, poderíamos agrupar em cinco grandes tipos (Est. IX):

- Tipo 1 — pregos de secção quadrangular e cabeça sub-rectangular que se desenvolve para dois lados opostos, encontrando-se rebatida nos outros lados; a sua cabeça é achatada; são quase exclusivos do espólio da sala da seteira (sector II), e apenas três dos dezanove exemplares recolhidos surgiram fora deste compartimento, embora — significativamente — tenham ocorrido no sector VIII, junto da entrada desta sala; é provável que tivessem pertencido à estrutura do sobrado que corria no piso superior desta sala.
- Tipo 2 — pequenas tachas decorativas com eixo curto e de reduzido diâmetro, afilado e rebatido; apesar da sua fragilidade, apresentam grande cabeça com fins decorativos, rectangular e ligeiramente abaulada; foram exumados três exemplares em S.II e outros três em S. IV.
- Tipo 3 — o único exemplar pertencente a este tipo foi exumado no sector VI; trata-se de um grande prego em cobre — o único de todo o espólio que não usa o ferro — com eixo recto e secção circular de grande diâmetro; apresenta uma grande cabeça quadrangular quase plana; faz lembrar os exemplares que integram o espólio tardio do Castelo de Faria, embora alguns destes sejam mais elaborados e decorados.
- Tipo 4 — pequenos pregos afilados, rebatidos lateralmente, e com um desenvolvimento em apenas dois sentidos; a sua cabeça não se chega a diferenciar do eixo, sendo conseguida por um alargamento progressivo deste; surgiram dez exemplares, dois em S.III, um em S.IV, cinco em S.VI e dois em S.VII.
- Tipo 5 — pregos idênticos aos descritos no tipo 1, com cabeça quadrangular diferenciada em todas as faces do seu eixo; este apresenta secção quadrangular; surgiram seis exemplares em S.II.

Para além destes cinco grandes grupos, que englobam 42 exemplares, temos a acrescentar 10 fragmentos de prego que não permitem individualizar qualquer tipologia, e outros quatro pouco característicos. Para concluir, registemos a ocorrência de duas “cavilhas” rebatidas nas suas duas extremidades. Todos os exemplares referidos, com excepção do que integra o grupo 3, são em ferro.

O ESPÓLIO CERÂMICO

A cerâmica constitui o espólio mais abundante de Aguiar da Pena. Elevam-se a vários milhares os fragmentos exumados durante as duas campanhas de escavação, encontrando-se ainda em fase de estudo. Por isso, não iremos tratar aqui com a exaustividade necessária este importante núcleo ceramológico, o que faremos oportunamente, mas apenas ilustrar alguns dos dados mais significativos.

O espólio cerâmico do Castelo de Aguiar encontra-se globalmente datado da segunda metade do século XIV e centúria seguinte. Corresponde, portanto, grosso modo ao período em que a família dos Azevedos esteve na posse do Castelo e da Terra. Já tivemos oportunidade de salientar que a fortaleza sofreu uma destruição profunda pouco depois de ter sido abandonada. Desconhecemos os motivos, mas eles talvez se prendam com o reaproveitamento de materiais para outras construções. As suas consequências traduziram-se no revolvimento da camada de ocupação e na destruição sistemática dos solos, dos quais apenas sobreviveram alguns fragmentos. A leitura estratigráfica ficou, assim, bastante empobrecida. Num mesmo nível misturaram-se testemunhos materiais correspondentes a épocas distintas, tornando-se agora difícil estabelecer a sua correcta cronologia. No entanto, as limitações que este momento destrutivo veio introduzir no estudo do espólio de Aguiar podem não ser tão graves quanto em uma primeira análise parece. A escavação de algumas zonas onde esse revolvimento tardio fora menos intenso, tendo sido detectados alguns fragmentos de solo

(S.II e S.IV), revelou-nos que, nas camadas subjacentes aos pisos, o homem medieval incluíra predominantemente fragmentos cerâmicos correspondentes a formas mais grosseiras, de utilização estritamente doméstica: alguidares e talhas. As formas de paredes mais finas encontravam-se muito mal representadas. Assim, e a confirmar-se esta tendência, a maioria do espólio exumado durante as escavações deve corresponder à ocupação da fortaleza na segunda metade do século XIV e no século XV. Às obras que marcaram o início desta derradeira fase de ocupação da fortaleza correspondera, de resto, um esvaziamento do preenchimento estratigráfico dos séculos anteriores. Creemos que as destruições posteriores ao abandono da fortaleza apenas vieram prejudicar a leitura diacrónica do espólio cerâmico de século e meio de vivência.

A cerâmica de Aguiar da Pena compreende formas de utilização quotidiana, que se podem agrupar em sete grandes tipos: olas, potes, púcaros, jarros, taças, alguidares e talhas. Integram, lado a lado com outros objectos talhados em madeira ou metálicos, o equipamento doméstico do castelo. De entre todas, as mais abundantes são as olas e os potes, formas sub-esféricas munidas de fundo plano ou concavo, embora este seja menos representativo. Ostentam, quase sempre, vestígios de fuligem nas paredes externas e manchas escuras no interior, indícios de terem servido para cozinhar. Jarros, taças, alguidares e talhas são menos numerosos. As duas primeiras formas, porque se destinavam muitas vezes a servir à mesa, saindo da cozinha, foram peças modeladas numa argila mais cuidada. Salientemos que, de entre toda a cerâmica do castelo de Aguiar, as únicas peças que apresentam uma cozedura nitidamente oxidante, com uma coloração avermelhada, são as taças, formas baixas de uso mais personalizado. São também os objectos com uma pasta mais homogénea e depurada. Todas as restantes formas, incluindo os jarros, apresentam colorações predominantemente cinzentas, numa vasta gama que pode ir desde os cinzentos claros até aos cinzentos acastanhados e enegrecidos. É também sintomático que, dentro da numerosíssima família das cerâmicas cinzentas de Aguiar da Pena, a forma que nos apresenta uma pasta mais depurada, com desengordurantes finos, e melhor cozedura sejam os jarros, que também se deslocavam à mesa. No extremo oposto, com pastas muito grosseiras, grandes desengordurantes, paredes espessas e cozedura menos cuidada, estão as talhas, logo seguidas dos alguidares. Integram o grupo das peças mais desprezadas. As olas, os púcaros e os potes, embora mantivessem uma utilização exclusiva na cozinha, foram concebidas numa pasta bastante mais apurada, muito embora não consigam igualar a qualidade dos jarros.

O espólio de Aguiar da Pena pode ser considerado pobre. As cerâmicas limitam-se a preencher uma funcionalidade, rareando a exteriorização de requintes. A decoração é pouco cuidada e monótona. Predominam as linhas incisivas, os meandros, os cordões plásticos com dedadas e as incisões profundas e alongadas. As olas e os potes, como dissemos formas dominantes, são na sua maioria lisas e quando recebem decoração ela compreende normalmente simples linhas horizontais incisivas, conseguidas com a peça em rotação, ou meandros superficiais, normalmente organizados no bojo da peça. Os cordões plásticos com dedadas são a decoração mais usada nos alguidares e nas talhas, embora surjam também numa ou noutra asa, aqui organizados verticalmente e conjugados com incisões alongadas. Nos alguidares e talhas dispõem-se em faixas paralelas e horizontais, cintando a peça desde o bordo e contribuindo, também, para aumentar a sua resistência. Os jarros receberam uma decoração mais cuidada, predominando as incisões leves junto do bordo, ao longo das caneluras do colo alto. Curiosamente não se encontraram fundos altos, que são comuns nestas peças. As asas receberam a maior concentração de motivos decorativos, obedecendo a um gosto tipicamente medieval. São sobretudo asas de fita, largas e sub-elípticas, embora também tenham surgido alguns exemplos de asas de rolo — correspondentes a formas pequenas — e um único fragmento de asa torça, recolhido em prospecção de superfície. Nas asas de rolo encontramos incisões profundas como a única solução decorativa, mas nas asas de fita, cuja superfície alargada convida à ornamentação, os motivos são um pouco mais variados. Predominam ainda as incisões alongadas, dispostas verticalmente e obedecendo a uma preocupação de simetria axial. Por vezes surgem cordões plásticos com dedadas, associando-se ou não a incisões. Um punção, com um pentalfa inserto em círculo, decorou três asas e a parede de uma ola junto do bordo constituindo o motivo mais elaborado em Aguiar da Pena. Mas, por ser excepcional, não consegue encobrir a pobreza do panorama cerâmico do Castelo. Só raras vezes o acabamento final das peças ultrapassou o simples alisamento, e é comum a presença de estrias mais ou menos violentas no interior das formas, estendendo-se nalguns casos para a superfície externa. O alisamento mais cuidado é raro, e a decoração grafitada resume-se a uma escassa meia dúzia de fragmentos.

Em Aguiar da Pena predominam os fundos planos, conhecendo-se alguns exemplos de soluções concavas. O contacto entre o bojo e o fundo tanto pode ser anguloso como um pouco suavizado, embora a primeira solução seja mais comum. Dois fragmentos constituem excepção, sendo os únicos testemunhos de fundos em disco, um remate vulgar nos alguidares de épocas um pouco mais recuadas. A sua presença no Castelo pode testemunhar a sobrevivência extemporânea desta moda

numa zona interior. Podem, no entanto, serem oriundos de estratos de nivelamento, com espólio mais antigo, destruídos aquando da pilhagem que se sucedeu ao abandono do Castelo.

Embora a proporção relativa dos diferentes tipos em Aguiar da Pena seja concordante com o que costuma ocorrer em estações similares, dando um largo predomínio para as olas e os potes, sendo as restantes formas muito menos representadas⁽¹²⁹⁾ — das talhas parece haver apenas testemunhos de um exemplar — temos de reconhecer que a fraca representação dos testos é anómala.

A cerâmica do Castelo de Aguiar foi modelada com uso de torno rápido, sendo ainda bem visíveis os traços da sua utilização, que o alisamento posterior não conseguiu encobrir totalmente. Apenas em relação às talhas parece não ter sido utilizado o torno rápido, o que se explica facilmente se atendermos ao tamanho da peça e às espessas paredes. A cerâmica é extremamente dura e resistente, aparentando uma boa cozedura.

É de estranhar que para uma cronologia tão avançada ainda não se encontrem presentes as cerâmicas vidradas que por toda a Península começavam a ser frequentes nas residências mais abastadas. É este um dos aspectos que pode negar a existência, no Castelo de Aguiar, de uma residência senhorial fixa. Mas não podemos deixar de notar que todo o espólio de Aguiar apresenta como característica dominante um certo arcaísmo, se o compararmos com espólios contemporâneos oriundos de zonas mais próximas de centros urbanos e da faixa litoral. As diferenças regionais marcam profundamente o universo cerâmico medieval. Em Aguiar da Pena personifica-se um mundo rural, para o qual as influências urbanas e inter-regionais parecem estar ainda muito distantes. Embora seja possível que o espólio mais rico tivesse sido retirado antes de a fortaleza ter sido definitivamente abandonada — é significativa a ausência de recipientes metálicos e de espólio mais sumptuoso — as cerâmicas do Castelo são singularmente rudes, se atendermos a que estamos perante a civilização material dos fins da Baixa Idade Média.

CATÁLOGO DAS CERÂMICAS ILUSTRADAS

Os fragmentos escolhidos para ilustrarem uma primeira abordagem da cerâmica do Castelo de Aguiar são quase todos procedentes do estrato de abandono da estrutura — S.II - C.2; S.III - C.4; S.IV - C.5 — à excepção dos fragmentos de S.VII, que foram exumados na camada superficial.

- nove fragmentos de bojo e bordo de uma ola; pasta de coloração cinzenta escura na face interna e acastanhada na externa; apresenta alisamento sumário e foi decorada com um punção com pentalfa inserto em círculo (S.III, Q.5 e Q.6 — Est. X, n.º 7).
- dois fragmentos do bojo e bordo de uma ola; pasta cinzenta arenosa, alisada sumariamente no exterior, e evidenciando marcas dos dedos do oleiro na face interna; foi decorada com um sulco em meandro no bojo (S.II, Q.6 e T.1/2 — Est. X, n.º 8).
- três fragmentos do bordo de uma ola; pasta cinzenta enegrecida na face interna e acastanhada na externa, com vestígios de fuligem; recebeu alisamento sumário (S.III, Q.4, Q.5 e T.8/9 — Est. XI, n.º 1).
- fragmento do bordo de uma ola; pasta de coloração cinzenta clara, com desengordurantes médios e grandes; acabamento irregular (S.IV, Q.2 — Est. XI, n.º 2).
- fragmento de bordo de uma ola; pasta com coloração castanha acinzentada na face externa, onde se notam vestígios de fuligem, e enegrecida na face interna; desengordurantes médios e grandes; recebeu alisamento irregular e sumário (S.IV, Q.3 — Est. XI, n.º 3).
- fragmento de bordo; pasta cinzenta escura, com desengordurantes médios e alisamento sumário (S.VII, Q.7 — Est. XI, n.º 4).
- fragmento de bordo de ola; pasta castanha enegrecida, arenosa, com alisamento irregular e vestígios de fuligem na face externa, e coloração enegrecida na interna (S.II, T.9/10 — Est. XI, n.º 5).
- quatro fragmentos de uma ola ou pote; pasta cinzenta acastanhada, depurada e alisada, com vestígios de uso na face interna (S.III, Q.4 e Q.11 — Est. XI, n.º 6).

⁽¹²⁹⁾ Veja-se, por exemplo, o Quadro Resumo da Cerâmica Medieval de Sto. Estevão da Facha, in C.A. Ferreira de ALMEIDA, Teresa SOEIRO, C.A. Brochado de ALMEIDA e António José BAPTISTA, *Escavações Arqueológicas em Sto. Estevão da Facha*. Sep. de *Arquivo de Ponte de Lima*, Ponte de Lima 1981, p. 24. A publicação do espólio de Sto. Estevão da Facha continua a ser a melhor publicação de que dispomos sobre a cerâmica medieval do Norte de Portugal. Para um enquadramento com outras estações veja-se D. Domingos de Pinho BRANDÃO, O "Alto" ou "Monte do Castelo", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, XXII, 1973, p. 289-294. O Castro da Curalha (Chaves) tem proporcionado, insistentemente, cerâmica medieval afim da de Aguiar da Pena, embora venha sendo publicada sem assim ser entendida (Cf. Adérito Medeiros FREITAS e J.R. Santos JÚNIOR, O Castro da Curalha, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, XXIII, 4, 1980, p. 393-405 e Est.; XXIV, 2, 1982, p. 265-291; XXIV, 4, 1984, p. 589-617; XXV, 1, p. 5-29). Para a Galiza veja-se, por exemplo, Francisco FARINA, Contribucion ao estudio de cerâmica medieval en Galicia, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XXIX, 1974-1975, p. 51-64, e Paloma ACUÑA FERNANDEZ, *et alii*, Prospecciones arqueológicas en la "Torre de Meira" (Moaña, Pontevedra), *Boletim Avriense*, Ourense, VI, 1976, p. 183-198 e Est.. Por fim, e na impossibilidade de se inumerarem todos os trabalhos referentes à Península Ibérica que importam ao estudo das cerâmicas cinzentas medievais, tenham-se em conta os importantes contributos insertos em *La Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale*, Paris, C.N.R.S., 1980, e *Cerâmica Grisa i Terrissa Popular de la Catalunya Medieval*, *Acta Mediaevalia*, Annex 2, Barcelona 1984.

- fragmento de bordo de um pote; pasta cinzenta acastanhada, com alisamento; vestígios de fuligem no bordo, junto da face interna (S.II, T.5/7 — Est. XII n.º 1).
- fragmento de bordo; pasta cinzenta clara, bem depurada e alisada, sem vestígios de fuligem (S.II, Q.7 — Est. XII, n.º 2).
- fragmento de bordo; pasta muito depurada e homogénea, de coloração avermelhada; bem alisada (S.IV, Q.3 — Est. XII, n.º 3).
- fragmento de bordo de uma ola; pasta cinzenta com desengordurante finos e médios, sendo mais clara na face interna do que na externa (S.VII, Q.7 — Est. XII, n.º 4).
- fragmento de bordo de uma taça sub-esférica; pasta com coloração cinzenta clara, muito depurada e com bom alisamento; recebeu como decoração três sulcos paralelos, feitos ao torno, junto do seu bordo; não apresenta sinais de fuligem (S.IV, Q.2 — Est. XII, n.º 5).
- fragmento de bordo de taça; pasta de coloração avermelhada, muito depurada e homogénea; bom alisamento (S.II, Q.1 — Est. XII, n.º 6).
- fragmento de bordo de jarro; pasta de cor cinzenta, com desengordurantes finos e alisamento regular (S.II, Q.5 — Est. XII, n.º 7).
- fragmento de bordo de jarro; pasta de cor cinzenta, com desengordurantes finos e médios, alisada (S.II, Q.3 — Est. XII, n.º 8).
- três fragmentos de pote ou púcaro; pasta de coloração cinzenta, com desengordurantes de médio calibre; superfície exterior estriada; recebeu três incisões finas e profundas no bordo; apresenta vestígios de fuligem na face externa e manchas de uso no interior (S.IV, Q.2 — Est. XIII, n.º 1).
- vários fragmentos de bordo de pequeno púcaro; pasta cinzenta, com desengordurantes finos; vestígios de fuligem na parede ao longo da face externa, e na parte extravasada do bordo (S.II, Q.11 — Est. XIII, n.º 2).
- quatro fragmentos de fundo; pasta de coloração cinzenta acastanhada na face externa, onde apresenta vestígios de fuligem, e cinzenta escura na face interna; arenosa e sumariamente alisada; a peça foi modelada pelo menos em duas fases, apresentando testemunho da união (S.III, Q.3 e Q.11 — Est. XIII, n.º 3).
- fragmento de bojo com arranque do fundo de pequena panela (?); pasta cinzenta, homogénea, com desengordurantes finos, sem vestígios de fuligem; alisamento superficial (S.IV, Q.4 — Est. XIII, n.º 4).
- fragmento de forma baixa (candeia??), compreendendo bordo e fundo; pasta castanha clara, depurada; apresenta no bordo o início de deformação da curvatura para o bico; sem grande alisamento nem vestígios de fuligem (S.II, Q.1 — Est. XIII, n.º 5).
- oito fragmentos de um púcaro, incluindo parte significativa do bojo e fundo completo; pasta cinzenta enegrecida, arenosa, com violentos sulcos na face interna; vestígios de fuligem na superfície exterior e de uso na face interna (S.II, Q.1, Q.5, Q.6, T.1/2 e T.1/3 — Est. XIII, n.º 6).
- quatro fragmentos de fundo de pequeno jarro; pasta de coloração beje acastanhada, alisada sumariamente; fundo plano; estrias e irregularidades na face interna; sem vestígios de fuligem (S. VII, Q.1 — Est. XIII, n.º 7).
- sete fragmentos de um pote; pasta acastanhada com manchas mais escuras na face externa e de uso na interna; apresenta como decoração duas caneluras concêntricas na aba, junto do bordo (S.III, Q.4 — Est. XIV, n.º 1).
- dois fragmentos de um pote; pasta de coloração cinzenta escura na face interna e enegrecida na externa; pasta apurada, com alisamento superficial e sinais de fuligem na face externa (S.II, T.3/5 — Est. XIV, n.º 2).
- quatro fragmentos de uma panela; pasta cinzenta acastanhada com cerne cinzento escuro; manchas de uso na face interna e vestígios de fuligem no exterior (S.III, Q.4 — Est. XIV n.º 3).
- vinte e um fragmentos que permitiram a reconstituição total de um pote de fundo plano, sem vestígios de asa; pasta acastanhada com cerne mais escuro, depurada e com desengordurantes finos; extensos vestígios de fuligem na face externa e manchas de uso no interior; a sua superfície foi alisada, apresentando na face interna, de forma suave, os sulcos dos dedos do oleiro; externamente, o alisamento deixou uma série de estrias finas junto do colo (S.III, Q.2, Q.5, Q.6 e maioritariamente Q.4 — Est. XIV, n.º 4).
- fragmento cerâmico de coloração acastanhada, tom claro, grosseiro e pouco homogéneo; é provável que se trate de um fragmento de testo, podendo ter tido ou não “botão” central; o seu correcto posicionamento tanto pode ser como representamos como invertido (S.VII, Q.1 — Est. XIV, n.º 5).
- fragmento de bordo; pasta cinzenta clara, bastante depurada, com desengordurantes finos (S.II, Q.9 — Est. XV, n.º 1).
- fragmento de bordo e bojo de um pote; pasta de coloração cinzenta acastanhada, alisada apenas no exterior, onde se notam vestígios de fuligem (S.II, Q.2 — Est. XV, n.º 2).
- quatro fragmentos de bordo e bojo de um pote; pasta arenosa, de coloração cinzenta clara na face interna, algo mais escura na externa onde são visíveis vestígios de fuligem; a sua superfície foi sumariamente analisada, apresentando como decoração uma pequena canelura (S.II, Q.1, Q.2, Q.3 e T.1/2 — Est. XV, n.º 3).
- fragmento de bordo; pasta de coloração castanha acinzentada, com desengordurantes finos (S.II, Q.11 — Est. XV, n.º 4).
- fragmento de bordo de pote; pasta cinzenta clara, arenosa, com desengordurantes médios e sem vestígios de alisamento; na superfície externa observam-se vestígios de fuligem (S.III, Q.1 — Est. XV, n.º 5).
- fragmento de fundo de uma bilha (?) ou forma fechada; pasta cinzenta acastanhada na face externa e cinzenta escura na face interna, onde são bem visíveis os negativos dos dedos do oleiro; teve alisamento superficial e não apresenta vestígios de fuligem (S.IV, Q.3 — Est. XV, n.º 6).
- fragmento de bordo de um pote (?); pasta cinzenta clara, bem depurada e alisada (S.IV, Q.2 — Est. XV, n.º 7).
- fragmento de bordo de um jarro; pasta de cor beje, bem apurada, com alisamento superficial; é decorado com leves sulcos oblíquos e paralelos, numa faixa junto do bordo (S.II, Q.11 — Est. XVI, n.º 1).
- fragmento de bordo de uma taça; pasta cinzenta avermelhada, com pequena carena onde se abrem, irregularmente, pequenas incisões oblíquas; teve alisamento (S.II, Q.1 — Est. XVI, n.º 2).
- fragmento de bordo de um jarro; pasta cinzenta clara, bem depurada; apresenta cordão anguloso junto do bordo onde nele se abrem incisões oblíquas; depois de fracturado, este fragmento esteve parcialmente exposto ao fogo, como testemunha o enegrecimento das paredes e da superfície de fractura (S.II, Q.4 — Est. XVI, n.º 3).
- fragmento de bordo da taça sub-esférica; pasta homogénea, de coloração cinzenta clara, com alisamento superficial (S.II, Q.7 — Est. XVI, n.º 4).
- fragmento de bordo de jarro (?); pasta de coloração cinzenta, bem depurada; junto ao bordo apresenta uma faixa plástica decorada com leves incisões oblíquas alongadas (S.II, Q.5 — Est. XVI, n.º 5).

- fragmento de bordo de púcaro ovoide; pasta de cor cinzenta, arenosa, com bordo anguloso quase vertical, decorado com leves sulcos (S.II, Q.5 — Est. XVI, n.º 6).
- fragmento de bordo de jarro de colo alto e estreito; pasta cinzenta clara, depurada, com desengordurantes finos; apresenta na curvatura do bordo o início de deformação para o bico (S.II, Q.8 — Est. XVI, n.º 7).
- dois fragmentos de um pequeno púcaro pasta cinzenta escura, homogênea, com desengordurantes finos e alisamento superficial; apresenta o arranque de uma asa de fita que nasce junto do bordo; são visíveis duas incisões profundas na zona de arranque, tendo em vista uma melhor consolidação e fusão das duas partes; no bordo, horizontal e ligeiramente alargado, foi incluída uma original decoração reticulada (S.II, Q.1 e T.1/2 — Est. XVI, n.º 8).
- dois fragmentos de um grande vaso, com bordo curto e vertical; pasta grosseira, castanha, arenosa, com superfície externa irregular onde se notam muitas estrias, e face interna sem alisamento; apresenta manchas enegrecidas no lado externo; feito a torno lento ou manualmente (?) (S.III, Q.1 e Q.2 — Est. XVII, n.º 1).
- fragmento de fundo em disco; pasta cinzenta acastanhada, com desengordurantes finos e médios; apresenta duas bandas de singela decoração e falta-lhe o arranque da parede do alguidar (S.II, Q.7 — Est. XVII, n.º 2).
- fragmento de fundo em disco; pasta grosseira, com desengordurantes de tamanho médio, com alisamento superficial; coloração externa acastanhada e interna acinzentada (S.II, Q.5 — Est. XVII, n.º 3).
- dois fragmentos de uma asa de fita; pasta arenosa de coloração cinzenta clara, com profundas incisões organizadas verticalmente, mas com desvios axiais significativos; em cima, junto do seu arranque, são visíveis três incisões leves e alongadas (S.II, Q.1 e Q.5 — Est. XVIII, n.º 1).
- dois fragmentos de uma asa de fita; pasta cinzenta arenosa, decorada com incisões profundas, organizadas axialmente (S.II, Q.1 e Q.6 — Est. XVIII, n.º 2).
- fragmento superior de uma asa de fita, com arranque de bordo; pasta cinzenta, depurada e bem alisada; a asa encontra-se decorada, ao centro, por um cordão plástico com dedadas; à sua volta três punçamentos com um pentalfa inserto em círculo (S.II, Q.6 — Est. XVIII, n.º 3).
- fragmento inferior de uma asa de fita; pasta cinzenta arenosa, depurada, com alguns vestígios de fuligem; decorada com um punção com pentalfa inserto em círculo (S.II, Q.1 — Est. XVIII, n.º 4).
- fragmento de asa com arranque superior; pasta cinzenta acastanhada, depurada; decorada com três bandas verticais de leves e contínuas incisões (S.IV, Q.1 — Est. XVIII, n.º 5).
- arranque inferior de uma asa de fita; pasta acastanhada, bem depurada; decorada com quatro incisões, duas das quais axiais, sendo as duas restantes mais pequenas (S.VII, T.1/2 — Est. XIX, n.º 1).
- pequeno fragmento de uma asa de secção ovalada; pasta de coloração enegrecida, decorada com duas incisões leves e alargadas (S.VII, Q.2 — Est. XIX, n.º 2).
- fragmento de bordo com arranque de asa de fita; pasta cinzenta escura com vestígios de fuligem na face interna; decorada com três leves incisões convergentes para um único ponto (S.II, Q.5 — Est. XIX, n.º 3).
- fragmento de asa de fita com secção sub-elíptica; pasta cinzenta arenosa, sem evidenciar grande alisamento; decorada com três incisões profundas e alongadas (S.II, Q.5 — Est. XIX, n.º 4).
- asa de fita; pasta cinzenta arenosa sem grande alisamento; decorada com dois punçamentos com pentalfa inserto em círculo, dispostos axialmente na parte superior da asa, não longe do arranque do bordo (S.II, Q.6 e Q.10 — Est. XIX, n.º 5).
- asa de fita; pasta cinzenta clara com desengordurantes finos e médios; decorada com três incisões profundas e alongadas, organizadas axialmente (S.VII, Q.6 — Est. XIX, n.º 6).
- trinta e três fragmentos de um vaso de armazenamento; pasta de coloração cinzenta acastanhada na face externa e cinzenta escura no interior; sem alisamento; surgiu quase todo em S.III Q.5 Camada 4 (apenas 6 fragmentos em S.III, T.Q.4/Q.6) (Est. XX, n.º 1).
- vinte e seis fragmentos de um vaso de tipologia inédita cuja funcionalidade desconhecemos; pasta de coloração cinzenta, algo mais escura no interior, sem vestígios de fuligem; desengordurantes médios e alisamento superficial; surgiu todo em S.VII, Q.9, Camada 1 (Est. XX, n.º 2).

ESPÓLIO DIVERSO

Para completar o estudo do espólio de Aguiar da Pena resta-nos referir um pequeno conjunto de objectos que, pela heterogeneidade das suas características, dificilmente se poderiam incluir em qualquer dos capítulos anteriores. Integram este derradeiro capítulo duas contas de colar, cinco cossoiros e alguns fragmentos de vidro.

- pequena conta de colar (?), concebida em argila, de secção sub-cilíndrica, com 11,7 mm de diâmetro e 4,1 mm de espessura; apresenta uma perfuração central com 2,3 mm de diâmetro (S.II, Q.5, Camada 2 — Est. VIII, n.º 7).
- conta de colar em azeviche, de forma sub-esférica, com 15,3 mm de diâmetro, apresentando orifício central de secção cilíndrica, com 2,1 mm de diâmetro (S.II, Q.1, Camada 2 — Est. VIII, n.º 8).
- quatro cossoiros exumados em S.II, todos com perfuração central, e um quinto procedente de S.VII, este sem orifício central; foram todos concebidos a partir do reaproveitamento de paredes de vasos, utilizando-se fragmentos pertencentes ao bojo de formas de uso doméstico; ilustramos dois exemplares procedentes de S.II (Q.10 e T.Q.3/Q.5, Camada 2 — Est. IX, n.º 5 e 4, respectivamente) e o ocorrido em S.VII (Q.8, Camada 1 — Est. IX, n.º 6).
- cinco fragmentos de vidro exumados em S.II, e pertencentes a três objectos distintos; dois deles, de cor amarelada, pertencem ao bordo, e apresentam reduzida espessura (Q.5, Camada 2); outro, de cor verde-gelo, com pequena bolha de ar (Q.8, Camada 2); por último, dois fragmentos de vidro, com espessura maior, apresentando-se muito alterada pelo processo de irisação (Q.5 e T.Q.3/Q.5, Camada 2).
- sete fragmentos de uma taça ou copo, de pé alto; sobreviveram fragmentos da base, concava, de cujo centro arrancava o seu pé; vidro de coloração neutra, decorado lateralmente com pequenas “lágrimas” da mesma coloração, ostentando algumas bolhas de ar (S.III, Q.5 e Q.10, Camada 4).

O ESPAÇO

A escavações no castelo de Aguiar revelaram uma estrutura cujo espólio, embora pobre e pouco diversificado, facultou alguns elementos interessantes. Privilegiando particularmente a derradeira ocupação da fortaleza — fins do século XIV e século XV — não conseguiu esclarecer muitos aspectos sobre a evolução da estrutura para tempos mais recuados. É ainda obscura a origem do castelo, uma vez que as ruínas sobreviventes são fruto de uma ocupação relativamente recente, que balizamos, grosso modo, entre fins do século XII e inícios da centúria seguinte, com reformas no último quartel do século XIV, quando já se encontrava nas mãos dos Azevedos. É provável que esta estrutura castelar tivesse sido antecedida por outra, talvez relacionada com a fase da Reconquista. Como já referimos, Chaves desempenhou papel de relevo no quadro da Reconquista após ter sido tomada por presúria pelo conde Odoário. A progressão das forças cristãs para Sul deve ter acompanhado o vale do Corgo, como via natural de acesso ao Douro e à zona de Lamego. Nessa perspectiva, é plausível que a penha onde hoje se implantam as ruínas do Castelo tenha servido para a instalação de uma estrutura defensiva, sem dúvida mais modesta que a sobrevivente. Ela permitiria a vigilância de um eixo fundamental. No entanto, não possuímos qualquer vestígio comprovativo da sua existência. A fortaleza que se ergue em Aguiar da Pena é fruto de época posterior e, nessa fase (século XIII), comportava um recinto muralhado inferior, como era comum a outros castelos contemporâneos. As sondagens que aí realizamos, embora muito restrictas, parecem apontar para a ausência de estruturas fixas de habitat. Seria, portanto, um recinto de refúgio para as populações vizinhas e seus bens, mormente o gado⁽¹³⁰⁾. É significativo que aqui apenas tenham ocorrido numismas da primeira dinastia, o que parece comprovar o desinteresse a que foi votado este recinto após as reformas do fim do século XIV. Quando a família dos Azevedos toma posse do Castelo, a sua atenção centrou-se no núcleo monumental onde se operaram importantes obras de restauro que afectaram, sobretudo, a barbacã e a sala da seteira. Tudo parece indicar que as obras dos fins do século XIV não adulteraram muito o espaço que vinha a ser utilizado desde inícios do século XIII. Por essa ocasião, e à semelhança do que se passou com a barbacã, a sala da seteira veria uma grande parte dos seus muros serem reconstruídos. As escavações aqui realizadas permitiram exumar espólio de utilização doméstica que, articulado com a existência de uma pia na sua parede, nos asseguram a sua funcionalidade quotidiana. Ao cimo dos seus muros corria um sobrado que se apoiava numa fiada de paredes salientes, sendo este piso coberto por um telhado cuja solução não se deveria afastar muito da que hoje vemos reconstruída na Torre de Menagem do Castelo de Lanhoso. Uma parte significativa das suas telhas deve ter sido reaproveitada, pois ao contrário do que aconteceu em S.I e S.III, a decapagem deste sector não nos revelou uma percentagem significativa de fragmentos. A espessura dos muros desta sala — cerca de 1,70 m — foi aproveitada para completar o circuito do adarve que, quando os muros se encontravam erguidos, devia apresentar uma solução de continuidade com a muralha da acrópole. Para se aceder a este último espaço utilizava-se uma porta — de que sobrevivem parcos testemunhos — cuja serventia era facilitada por alguns degraus. A acrópole do castelo de Aguiar, parcialmente cercada por muralha, incluía duas estruturas construídas. A escavação do sector III revelou-nos a presença de um espaço de habitação coberto com telhado, cujo abatimento selou um estrato de abandono, onde se encontrou espólio de uso doméstico. Fronteira a esta estrutura encontra-se a sala abobadada, cuja funcionalidade não ficou definida (masmorra?). A ela sobrepunha-se um compartimento amplo, cujo lajeado pétreo resistiu parcialmente ao desgaste do tempo e do homem. Este seria, provavelmente, a aula da fortaleza, com acesso pelo adarve, como comprova o encaixe de um eixo de porta nele implantado. O conjunto formado pela sala abobadada e pela aula devia funcionar como verdadeira Torre de Menagem a qual podia ser, ou não, coroada por um último caminho de ronda. A sua cobertura era em telha, como nos garantem os múltiplos fragmentos encontrados durante a decapagem do sector I.

Apesar de exíguo, o espaço do Castelo de Aguiar devia comportar residência senhorial. Mas a modéstia evidenciada pelo seu espólio parece aconselhar que se lhe reserve um carácter temporário. Também a sua guarnição militar fixa não devia ser muito numerosa. De resto, a vizinhança da aldeia do Castelo, onde eram recrutados os seus homens, permitia que a maioria destes se deslocasse diariamente durante os períodos de tempo em que aí tinham de servir. Apenas um escasso número devia quedar-se à noite na fortaleza, garantindo a sua defesa.

⁽¹³⁰⁾ A presença destes redutos defensivos associados com castelos e destinados ao abrigo de pessoas e do gado é relativamente comum no Norte de Portugal, de que são bom exemplo os castelos de Castro de Laboreiro e de Pitões das Júnias. Cf. Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as origens a 1220*, Porto 1978, p. 53.

O Castelo de Aguiar é uma fortaleza pobre: pouco retratada na documentação medieval e com uma diacronia mal caracterizada do ponto de vista arqueológico. A Terra medieval a que presidia foi uma Terra quase esquecida pela historiografia portuguesa, talvez porque não jogou nenhum papel de relevo na História de Portugal ou porque para ela poucas referências documentais se conhecem. Procuramos integrar o Castelo no seu território, compreender a complementaridade e o equilíbrio que durante a Idade Média se conjugou entre a fortaleza, os homens e o espaço, o qual permitiu que um território sem particulares incentivos económicos sobrevivesse durante alguns séculos. A análise arqueológica e histórica de um castelo, como nos diz Gabriel Fournier, “ne prend toute sa signification que si elle est étendue, d’une part, à tous les éléments du site et du paysage environnant avec lesquels ils ont été en relations d’une manière ou d’une autre (routes, églises, villages, terroirs cultivés ou incultes), d’autre part, à tous les hommes qui ont vécu dans leur dépendance plus ou moins directe (...)”⁽¹³¹⁾. Se temos consciência que muitos aspectos nos escaparam e que outras tantas ideias se empobreceram muito no momento em que se passaram para o papel, esperamos mesmo assim que Aguiar da Pena seja o testemunho da necessidade — e potencialidade — de estudos monográficos sobre os mais importantes castelos medievais portugueses.

Porto, Janeiro de 1986.

⁽¹³¹⁾ Gabriel FOURNIER, *Le Château dans la France Médiévale. Essai de sociologie monumentale*, Paris Ed. Aubier Montaigne, 1978, p. 5.

ANEXOS

Quando decorriam as escavações arqueológicas no Castelo de Aguiar foram recolhidos vários elementos susceptíveis de serem analisados em laboratório. Neles se incluem: 1) os restos osteológicos mais significativos que ocorreram durante a decapagem dos extractos da Sala da Seteira (sector II); 2) amostras do granito utilizado na construção medieval e dos afloramentos vizinhos desta; 3) amostras do solo que surgiu na decapagem do sector IV, fronteiro à Sala Abobadada, e das camadas 1 e 2 do solo ocorrido na Sala da Seteira (Q.4); 4) amostra da argamassa de construção dos muros do castelo, correspondente à sua Fase II. As análises que de seguida se publicam ficaram-se a dever à amabilidade da Dra. Teresa Cunha Lopes, da Universidade do Minho, e da Dra. Helena Couto, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, a quem devemos um particular testemunho de gratidão.

A análise do espólio osteológico da Sala da Seteira, ocorrido na camada 2, revelou-nos elementos extremamente interessantes, vindo a reforçar a nossa convicção de que aquele compartimento teria uma utilização quotidiana. Evidenciou, igualmente, uma alimentação que incluía quatro espécies (*gallus*, *capra*, *ovis* e *sus*), de resto concordantes com o que nos revelara a análise da economia de Aguiar da Pena através da documentação do século XIII. Convém, no entanto, realçar duas características: a socorrência de uma população animal jovem — geralmente com cerca de um ano de idade — e o aproveitamento exaustivo das peças. O homem medieval extraía delas tudo quanto se afigurava possível, sendo provável que algumas dessas actividades tivesse lugar dentro do próprio Castelo. São disso bom testemunho os traços que, nos ossos, revelam não só o abate do animal e práticas culinárias, mas também a extração do couro.

A análise do granito utilizado nos silhares do Castelo de Aguiar e de amostras recolhidas nas visinhanças desta fortaleza confirmou — tal como seria de prever — que para a construção castelar o homem medieval utilizou a pedra mais abundante na zona. Evitou, assim, sobrecarregar a já por si dispendiosa elevação de uma construção militar, minimizando também os problemas de transporte de materiais. No entanto, não conseguimos detectar nas imediações do Castelo o local da pedreira medieval, que parece não ter deixado vestígios claros. É provável que ela não fosse uma oficina concentrada num polo único, mas que se repartisse por vários núcleos, alguns inclusive dentro do próprio recinto muralhado inferior.

Não foi possível incluir nos anexos a este artigo o resultado das análises aos solos e argamassas de muros do Castelo de Aguiar, já em curso, e que serão divulgadas oportunamente. De igual modo encontram-se em análise várias amostras do espólio cerâmico de Aguiar da Pena. Esta análises ficam-se a dever ao Laboratório da Direcção Geral de Geologia e Minas (Porto), e encontram-se numa fase de tratamento final. Estão a ser desenvolvidos contactos tendo em vista a análise laboratorial do espólio metálico mais significativo, bem como de fragmentos dos cadinhos de fundição.

ANEXO 1

RELATÓRIO FINAL SOBRE O MATERIAL ARQUEOZOOLOGICO DO CASTELO DE AGUIAR (ESCAVAÇÕES M. BARROCA E A. MORAIS)

NATUREZA E TIPO DA AMOSTRA — CATÁLOGO DAS PEÇAS

REF.* C.A. (Castelo de Aguiar) 1 a C.A. 27

REF. C.A. 1

N.º PEÇAS — 1
N.º F. C. — 1
N.º P. I. — 1
N.º E. I. — 1

Parte esq.: Região orbital, lado esquerdo mais parte do frontal

Espécie — *SUS*

Traços — ao longo da sutura *frontalis* há uma zona de polimento que só pode ser interpretada como sendo os vestígios do desmembramento do animal.

REF. C.A. 2

N.º PEÇAS — 1
N.º F. C. — 1
N.º P. I. — 1
N.º E. I. — 1

Parte esq.: fragmentos da região orbital, lado esquerdo.

Espécie — *SUS*

Traços — Longo traço de corte sobre a parte superior do frontal e corte de desmembramento do crâneo ao longo da sutura *frontalis*

N.M.I. 1 e 2 verificam condições absolutas de exclusividade, pelo que o número mínimo de indivíduos é igual a 2

REF. C.A. 3

N.º PEÇAS — 1
N.º F. C. — 1
N.º P. I. — 1
N.º E. I. — 1

Parte Esq.: Parte posterior crâneo, parietal e começo do occipital

Espécie — *OVIS*

Traços — Zero

REF. C.A. 4

N.º PEÇAS — 1
N.º F. C. — 1
N.º P. I. — 1
N.º E. I. — 1

Parte esq.: fragmento proximal maxilar inferior direito, sobre o qual é visível a articulação com o crâneo, o foramen de alimentação e um M3 definitivo que ainda não saiu.

Espécie — *SUS*

REF. C.A. 5

N.º PEÇAS — 1
N.º F. C. — 1
N.º P. I. — 1
N.º E. I. — 1

Parte esq.: maxilar superior direito

Espécie — *OVIS/CAPRA*

REF. C.A. 6

N.º PEÇAS — 1
 N.º F. C. — 1
 N.º P. I. — 1
 N.º E. I. — 1

Parte Esq.: axis, fragmento transversal cuja identificação é possível pela presença de 2 forâmens.
 Espécie — *OVIS*

REF. C.A. 7

N.º PEÇAS — 1
 N.º F. C. — 1
 N.º P. I. — 1
 N.º E. I. — 1

Parte esq.: fragmento maxilar superior direito com Pm 3 e M 1 de leite
 Espécie — *SUS*

* O código de referência constituído pelas iniciais C.A. e por um n.º de ordem são da nossa exclusiva responsabilidade e têm uma função, puramente funcional.

** Código utilizado: N.º PEÇAS = número de peças
 N.F.C. = número de fragmentos craniais
 N.P.I. = número de peças identificadas
 N.E.I. = número de espécies identificadas.

REF. C.A. 8

N.º PEÇAS — 5
 N.º ESQ. — 5
 Não identificadas

REF. C.A. 9

N.º PEÇAS — 1
 N.º F. C. — 1
 N.º P. I. — 1
 N.º E. I. — 1

Parte esq.: vertebra dorsal de ind. jovem

Espécie — *SUS*

Traços — Na parte proximal há um corte intencional que afectou o início das duas asas. Este corte intencional destinava-se a assegurar o desmembramento da região da coluna vertebral, aproveitando a fragilidade no ponto de articulação.

REF. C.A. 10

N.º PEÇAS — 1
 N.º ESQ. — 1
 N.º P. I. — 0
 N.º E. I. — 0

REF. C.A. 11

N.º PEÇAS — 1
 N.º ESQ. — 1
 N.º P. I. — 1
 N.º E. I. — 1

Parte esq.: fragmento mediano de omoplata

Espécie — *SUS*

Traços — Punctiformes (numerosos)

REF. C.A. 12

N.º PEÇAS — 1
 N.º F. C. — 1
 N.º P. I. — 1
 N.º E. I. — 1

Parte esq.: vertebra cervical

Espécie — *SUS*

REF. C.A. 14

N.º PEÇAS — 1
 N.º ESQ. — 1
 N.º P. I. — 1
 N.º E. I. — 1

Parte esq.: metade de corpo de vertebra

Espécie — *SUS*?

Traços — dois cortes intencionais, dos quais um seccionou o corpo da vertebra longitudinalmente

REF. C.A. 15

N.º PEÇAS — 1
 N.º P. I. — 1
 N.º E. I. — 1

Parte esq.: vertebra quase completa de individuo jovem

Espécie — *OVIS*

Traços — corte lateral intencional

REF. C.A. 16

N.º PEÇAS — 1
 N.º P. C. — 1
 N.º P. I. — 1
 N.º E. I. — 1

Parte esq.: vertebra dorsal

Espécie — *OVIS*

REF. C.A. 17

N.º PEÇAS — 1
 N.º P. C. — 1
 N.º P. I. — 1
 N.º E. I. — 1

Parte esq.: 1.ª? vertebra dorsal de individuo jovem

Espécie — *SUS*

Traços — o corpo da vertebra tem na sua parte inferior um corte obliquo feito com instrumento cortante. Este corte foi efectuado, ap., no momento de separação da cabeça do individuo.

REF. C.A. 18

N.º PEÇAS — 1
 N.º E. P. — 1
 N.º P. I. — 1
 N.º E. I. — 1

Parte esq.: cabeça de fémur direito

Espécie — *SUS*

Traços — corte profundo, mas curto, feito com instrumento cortante, afectando a localização do 2.º trochanter. Desmembramento?

REF. C.A. 19

N.º PEÇAS — 1
 N.º E. P. — 1
 N.º P. I. — 1
 N.º E. I. — 1

Parte esq.: fragmento omoplata comportando a articulação

Espécie — *OVIS*

REF. C.A. 20

N.º PEÇAS — 1
 N.º ESQ. — 1
 N.º P. I. — 1
 N.º E. I. — 1

Parte esq.: omoplata (paleta)

Espécie — *SUS*

REF. C.A. 21

N.º PEÇAS — 1
 N.º ESQ. — 1
 N.º P. I. — 1
 N.º E. I. — 1

Parte esq.: fragmento de omoplata sobre a qual é visível uma parte da asa.
 Espécie — *SUS*

REF. C.A. 22

N.º PEÇAS — 1
 N.º P. C. — 1
 N.º P. I. — 1
 N.º E. I. — 1

Parte esq.: metacarpo direito
 Espécie — *OVIS*

REF. C.A. 23

N.º PEÇAS — 1
 N.º E. P. — 1
 N.º P. I. — 1
 N.º E. I. — 1

Parte esq.: fragmento mediano de omoplata
 Espécie — *SUS*

REF. C.A. 24

N.º PEÇAS — 1
 N.º E. P. — 1
 N.º P. I. — 1
 N.º E. I. — 1

Parte esq.: fragmento da articulação da omoplata
 Espécie — *SUS*
 Traços — corte transversal que individualizou a articulação do corpo da omoplata

REF. C.A. 25

N.º PEÇAS — 1
 N.º ESQ. — 1
 N.º P. I. — 1
 N.º E. I. — 1

Parte esq.: unha esquerda
 Espécie — *SUS*

REF. C.A. 26

N.º PEÇAS — 2
 N.º ESQ. — 2
 N.º P. I. — 1
 N.º E. I. — 1

Parte esq.: fragmento omoplata
 Espécie — *SUS*

REF. C.A. 27

N.º PEÇAS — 1
 N.º ESQ. — 1
 N.º P. I. — 1
 N.º E. I. — 1

Parte esq.: fragmento de bacia sobre o qual é visível o *acetabulum*
 Espécie — *SUS*
 Traços — 3 pequenos cortes paralelos, aparentemente, fruto da "décapage" desta parte do animal.

CASTELO DE AGUIAR — Tipo e natureza da amostra
 CARACTERES INTRÍNSECOS

N.º Peças Ósseas — 37
 N.º Esquírolas — 22
 N.º Peças Completas — 7
 N.º Fragmentos Craniais — 6
 N.º Epífeses Proximais — 3
 N.º Epífeses Distais — Zero
 N.º Apêndices Ósseos — Zero
 N.º Peças Identificadas — 30
 N.º Espécies Identificadas — 3

| ESPÉCIE | Parte esq. representada | N.º vezes |
|-------------------|--------------------------------|-----------|
| <i>SUS</i> | — Crâneo — região orbital | — 2 |
| | — Maxilar inferior direito | — 1 |
| | — Maxilar superior direito | — 1 |
| | — Omoplata | — 6 |
| | — Vértebras | — 3 |
| | — Bacia | — 1 |
| | — Fémur | — 1 |
| <i>OVIS/CAPRA</i> | — Crâneo: parietal + occipital | — 1 |
| | — Maxilar superior direito | — 1 |
| | — Axis + vertebra n. id. | — 2 |
| | — Omoplata | — 1 |
| <i>GALLUS</i> | — Metacarpo | — 1 |
| | — Húmero direito | — 1 |

CASTELO DE AGUIAR

PARTE ESQ.

| ESPÉCIES | CRÂNIO | MAX. | OMOPL. | HÚMERO | VERT. | MTC. | BACIA | FÉMUR | UNHA |
|-------------------|--------|------|--------|--------|-------|------|-------|-------|------|
| <i>SUS</i> | 2 | 2 | 6 | 0 | 3 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| <i>OVIS/CAPRA</i> | 1 | 1 | 1 | 0 | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| <i>GALLUS</i> | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Percentagens relativas

| | |
|-------------------|--|
| <i>SUS</i> | — 16 peças que se repetem por <i>sete</i> itens diferentes |
| <i>OVIS/CAPRA</i> | — 7 peças que se repartem por <i>cinco</i> itens diferentes |
| <i>GALLUS</i> | — 6 (= 1) peças que se repartem por <i>um</i> item diferente |
| TOTAL P. IDENT. | — 30 |
| TOTAL PARTES | |
| Dif. Rep. | — 9 |

CARACTERES EXTRÍNSECOS

A) Traços originados pelo homem

Diversas actividades humanas, entre as quais o corte, o abate, o consumo e a obtenção de couro a partir dos animais, deixam as suas marcas sobre o material ósseo. No entanto, apesar da possível riqueza informativa, poucos são os trabalhos que sistematizaram as observações desenvolvidas pelo estudo dos restos de fauna encontrados em contextos humanos. Se exceptuarmos o trabalho pioneiro de H. MARTIN (1907-1910) teremos que esperar pelas publicações sobre COMBE-GRENAL (França, F. BORDES, 1968) e sobre os NUNAMIUT (Alasca, BINFORD, 1969) para podermos falar de uma real implementação do problema.

Os resultados obtidos por estes dois autores aparecem-nos como extremamente válidos, mas colocam alguns problemas de correlação. Por um lado, eles trabalharam com colecções “selvagens” e, por outro lado o grosso da diagnose foi efectuada sobre animais de médio/grande porte (*CERVUS* ou *EQUUS*).

Ora, o material ósseo de Castelo de Aguiar encontra-se no oposto destes dois parâmetros. Nesta última jazida encontramos-nos em presença de uma colecção “domesticada” e de elementos de médio/pequeno porte. Para além disto, Castelo de Aguiar é uma amostra-testemunho típica de actividades culinárias. No entanto, se as reticências evocadas forem respeitadas, poderemos estabelecer uma lista comparativa de pontos preferenciais, susceptíveis de apresentarem cortes de dissecação do animal.

Foi o que fizemos. Estabelecemos, assim, dois grandes quadros-tipos para *OVIS/CAPRA* e para *SUS* (figuras 1 e 2, respectivamente).

Esta démarche levou-nos a isolar, nos quadros-tipo supra estabelecidos, 3 grandes tipos de marcas:

1 — marcas originadas (ou que têm maior probabilidade perceptual de terem sido originadas por) durante os processos de extração do couro.

2 — Marcas originadas durante o corte do animal.

3 — Marcas de actividades culinárias e marcas de consumo do animal.

No primeiro item teremos os pontos (1); (2) e muito provavelmente (9) e (11).

Na segunda secção poderemos incluir a quase totalidade dos pontos-tipo determinados nas figuras 1 e 2, ou seja: (3); (6); (8); (11); (12); (13); e (15).

Finalmente, (4); (5); (7) e (10) poderão ser tidos como directamente relacionados com o consumo do animal ou com práticas culinárias (por ex: fragmentação-tipo de alimentos cozinhados em recipientes fechados).

No que diz respeito ao material ósseo proveniente do Castelo de Aguiar não há espaço para grandes surpresas. Temos sim, uma série pequena mas bastante elucidativa debaixo do ponto de vista de traços deixados sobre o osso por todas as actividades humanas já mencionadas.

Numa amostra de 37 peças, para além da fragmentação extrema, que ela também é um “factor” humanizado, temos elementos ósseos com traços que se repartem pelas três secções descritas e, um elemento que corresponde a um “factor extra humano”.

Os elementos “parlants”, para utilizar uma expressão francesa, são os seguintes:

C.A. 9

C.A.17 desmembramento

C.A.18

C.A. 1

C.A. 2 aproveitamento da pele

C.A.14

C.A.24 Cozinha + consumo

C.A.27

C.A.11 punctiformes

Para descrição mais elaborada do tipo de traços descritos remeto o leitor para o catálogo das peças cuja consulta é facilitada através da utilização dos códigos da referência.

Nota: ver figuras 1, 2 e 3.

SECÇÕES DE CORTE

CAPRA

OVIS

SUS

SECÇÕES DE CORTE

| | | | | | | | | | |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |

SECÇÕES DE CORTE

MANDÍBULA DE *OVIS*

SPATULA DE *OVIS*

* Nota: As secções de corte para estas peças apresentam-se de maneira semelhante para *SUS*.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Neste capítulo faremos uma referência rápida a dois pontos:

- 1 — a coloração
- 2 — a fragmentação

Quanto à coloração, as peças arqueozoológicas do Castelo de Aguiar apresentam um acastanhado, escuro, bastante uniforme que não apresenta alterações de peça para peça. Esta cor é uma alteração introduzida pela qualidade do solo de fossilização.

O segundo ponto, o da fragmentação, possui algumas características interessantes. Isolemos algumas:

- 1 — em 37 peças temos, representadas, 9 partes diferentes do esqueleto duro.
- 2 — estas 9 partes específicas têm uma representação relativa bastante equilibrada, com uma ponta máxima para os fragmentos craniais ($SUS = (2) + (1) + (1)$); seguindo-se-lhe a omoplata ($SUS = (6)$) e as vertebrae ($SUS = (3)$ e $OVIS = (2)$).

(Nota: veja-se o quadro de frequências do capítulo “caracteres intrínsecos”).

Esta especificidade da fragmentação óssea revela-nos uma utilização completa e plena de todas as possibilidades do animal, utilização esta que se faz dentro do espaço habitacional da jazida de Castelo de Aguiar, espaço em que se verifica o abandono/rejeição da amostra em causa.

CONCLUSÕES

Mais do que acentuar as características desenvolvidas nos capítulos anteriores, interessa-me aqui explorar o lado “moral” do exemplo do Castelo de Aguiar.

Esta jazida constitui, pela sua pequenez material e, ao mesmo tempo, pela sua riqueza informativa, um ótimo exemplo da necessidade de recolher, de preservar, de conservar todo e qualquer dado que surja ao longo de uma escavação, mesmo que este “a priori” nos pareça irrelevante ou ínfimo.

37 pequenos fragmentos, tal é a constituição numérica da amostra do Castelo de Aguiar!!!

Aparentemente, trata-se de um “resto” demasiado pequeno para que a partir dele se possam calcular, a quantidade de proteínas animais consumidas pelo homem de C.A. ou o peso relativo, destas, na dieta diária.

Da mesma maneira, é-nos impossível avançar com dados sobre o peso do stock animal na repartição das tarefas quotidianas do homem de C.A.. Mas, os mesmos 37 fragmentos, mostram uma tal coerência de processos sobre eles actuantes que, somos obrigados a aceitar um completo conhecimento das técnicas de produção animal por parte da comunidade de C.A.. Não há o menor sinal de desperdício em C.A., pelo contrário, temos uma precisão no gesto, seja ele transformatório ou produtivo que nos obriga a aceitar como uma realidade a existência em C.A. de um sistema económico bem controlado.

Seria interessante conhecermos alguns dados sobre a produção vegetal desta comunidade. Se os possuíssemos, poderíamos ter uma imagem integrada do sistema agro-pecuário de produção “en place” no Castelo de Aguiar.

Braga, 13 de Dezembro de 1985
 Teresa da Cunha Lopes
 (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

ANEXO 2:

GRANITO DO CASTELO DE AGUIAR (VILA POUCA DE AGUIAR)

Foram observadas duas amostras de granito. Uma que fazia parte da estrutura do Castelo de Aguiar (mais alterado), outra recolhida num afloramento de granito da região (mais fresco), com o intuito de fazer um estudo comparado entre as duas. Verificamos tratar-se do mesmo tipo de rocha. É um granito biotítico de grão médio, com fenocristais de feldspato dispersos aleatoriamente.

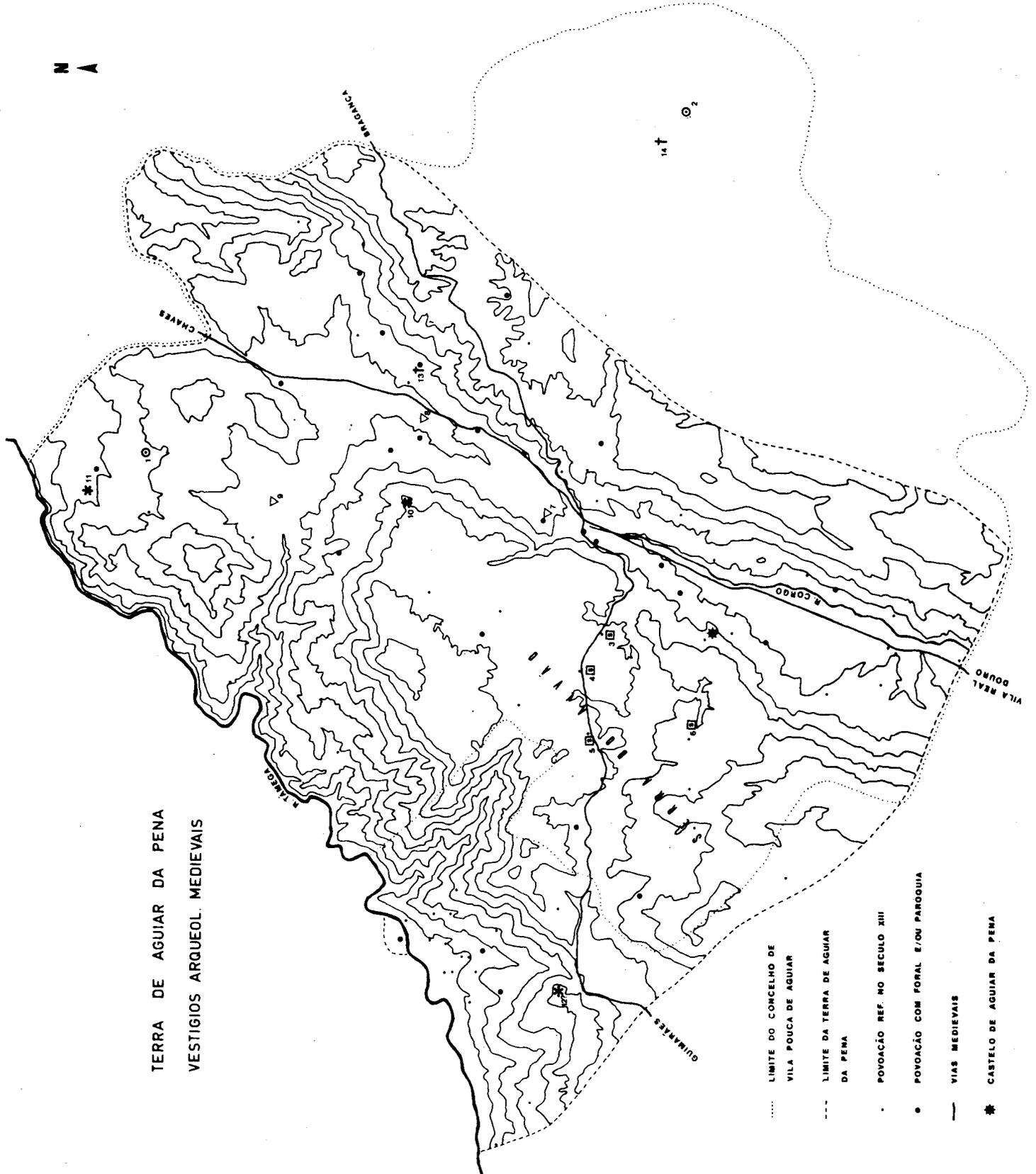
Macroscopicamente são identificáveis os fenocristais de feldspato com dimensão de 1 a 2 cm dispersos numa matriz de grão médio composta de quartzo, micas e plagioclase. Ao microscópio identificaram-se como minerais essenciais o quartzo, microelina micropertítica, oligoclasé — albite e a biotite; como minerais acessórios o zircão, a esfena, a apatite e a alanite. Como minerais secundários temos como produtos de alteração da biotite a fenina, óxidos de ferro e rútilo, e dos feldspatos a sericite e a calcite.

Helena Couto e Benedito de Jesus Rodrigues
(Assistentes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto)

N
A

- NUMISMA VISIGOTICO
- SEPULTURA ESC. ROCHA
- ▽ PONTE
- * ATALAJA
- † IGREJA

TERRA DE AGUIAR DA PENA
VESTIGIOS ARQUEOL. MEDIEVAIS



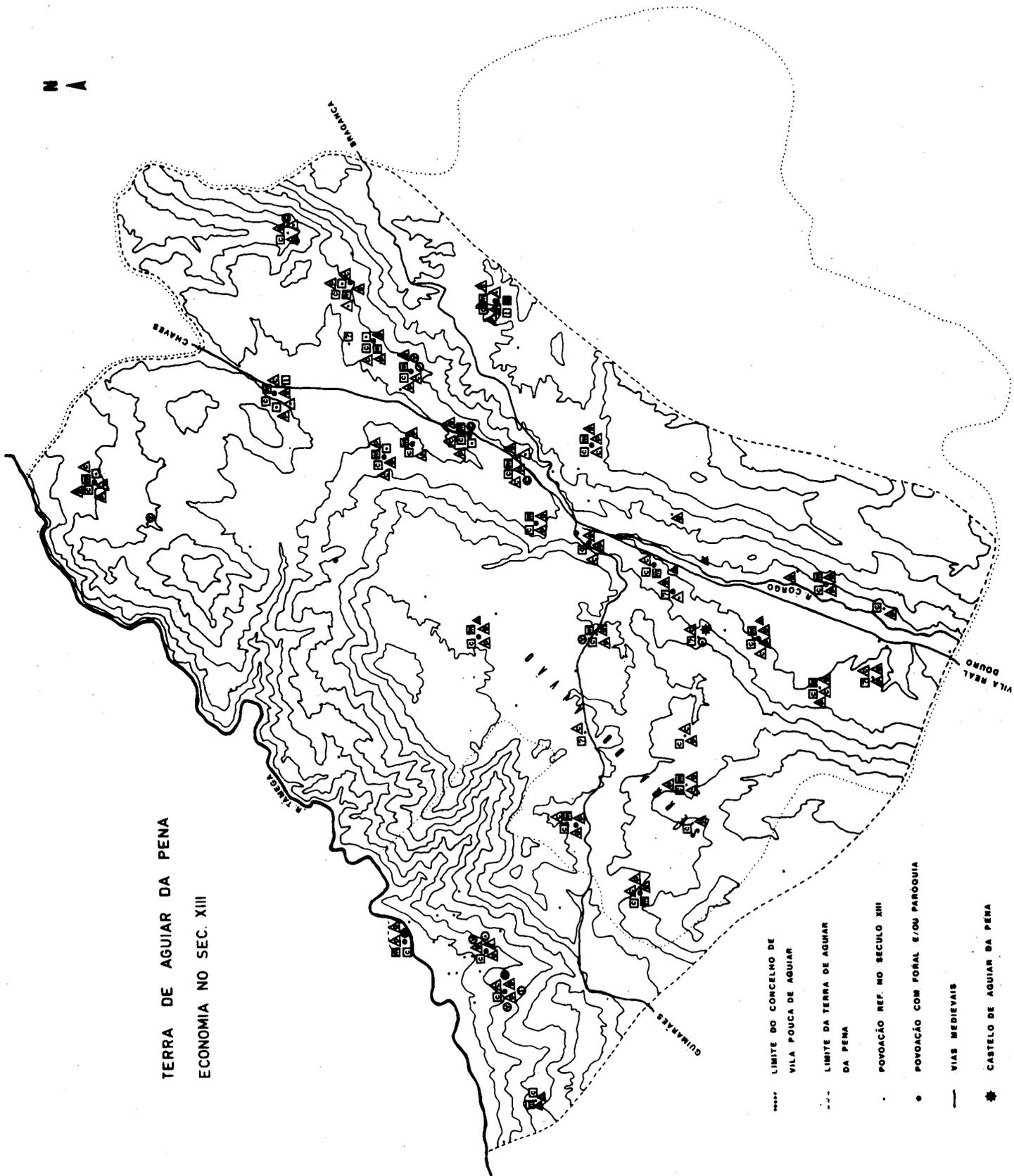
- LIMITE DO CONCELHO DE VILA POUCA DE AGUIAR
- LIMITE DA TERRA DE AGUIAR DA PENA
- POVOAÇÃO REF. NO SECULO XIII
- POVOAÇÃO COM FORAL E/OU PAROQUIA
- VIAS MEDIEVAIS
- * CASTELO DE AGUIAR DA PENA

Cartografaram-se, neste mapa, todos os topónimos identificados com povoações ou estruturas construídas (caso de ermidas) que nos vêm referidos nas Inquirições de 1220 e 1258, bem como nas cartas de foral outorgadas ao longo do século XIII. Apenas excluímos os topónimos cuja localização não encontramos, e os micro-topónimos que ajudam a delimitar a área abrangida pelas cartas de foral e que correspondem apenas a elementos naturais ou marcos de divisão, não nos elucidando, portanto, sobre o povoamento da Terra de Aguiar na centúria de duzentos. Indica-se sempre em primeiro lugar o topónimo actual, e de seguida a forma medieval mais usual.

- | | |
|--|--|
| 1. Escarei (<i>Ascarey</i>) | 31. Capeludos (<i>Capeludos</i>) |
| 1A. Daivões (<i>Davaos</i>) | 32. Sabroso (<i>villa de Soveroso</i>) |
| 2. Ruival (<i>quintana de Ruval</i>) | 33. Valoura (<i>Valloura</i>) |
| 3. Senra de Baixo (<i>Senra</i>) | 34. Barbadães de Cima (<i>Borvadaes de Susanis</i>) |
| 4. Senra de Cima (<i>Senra</i>) | 34A. Monte de Lagoa (<i>Monte de Lagoa</i>) |
| 4A. Quinta de Outeiro (<i>quintana de Outeyro</i>) | 35. Barbadães de Baixo (<i>Barvadaes de Jusao</i>) |
| 4B. Sobrado (<i>Sobratum Novum</i>) | 36. Vreia de Bornes (<i>Sta. Maria de Verea ou Verena</i>) |
| 4C. Carrazedo (<i>Carrazedo</i>) | 37. Eiris (<i>Eriz ou Eyriz</i>) |
| 5. Viela (<i>Veela</i>) | 38. Bornes de Aguiar (<i>Sancto Martino de Bornes</i>) |
| 5A. Paçô (<i>Pacoo</i>) | 39. Bornes (<i>Bornes</i>) |
| 6. Balteiro (<i>Balteryrum</i>) | 40. Lago Bom (<i>Laco Malo</i>) |
| 7. Temporã (<i>Temporaa</i>) | 41. Rebordochão (<i>Revoredo Chano</i>) |
| 8. Granja Velha (<i>Grangia Vetera</i>) | 42. Vila Meã (<i>Villa Mediana</i>) |
| 9. Granja Nova (<i>Grangia Nova</i>) | 43. Tinhela de Cima (<i>Tiela de Susana</i>) |
| 10. Fonte do Mouro (<i>Fonte de Aollo</i>) | 44. Tinhela de Baixo (<i>Tiela de Jusana</i>) |
| 10A. Seixas (<i>Seiyas</i>) | 45. Nuzedo (<i>Nuzedo</i>) |
| 11. Sta. Marinha (<i>Sancte Marine de Pena</i>) | 45A. Sandonho (<i>Sautum de Cendono</i>) |
| 12. Ribeira de Pena (<i>Sancti Salvatoris de Pena</i>) | 45B. Ermida de S. Jorge |
| 13. Bustelo (<i>Bostelo</i>) | 46. Guilhado (<i>Aguilado</i>) |
| 14. Viduedo (<i>Bidoedo</i>) | 47. Cidadelha (<i>Cividadeylia</i>) |
| 15. Sta. Marta da Montanha (<i>Sancta Martha</i>) | 48. Vila Pouca de Aguiar (<i>Villa de Jugal</i>) |
| 16. Pinduradouro (<i>Pendoradoiro</i>) | 48A. Poço de Calvos (<i>Calvos</i>) |
| 17. Lamas (<i>Lamas de Cervia</i>) | 49. Condado (<i>Condado</i>) |
| 18. Gouvões da Serra (<i>Gouvanis</i>) | 50. Montenegrelo (<i>Monte Negrelos</i>) |
| 19. Povoação (<i>Populacione</i>) | 51. Fontes (<i>Fonte de Muliere</i>) |
| 20. Carrazedo do Alvão (<i>Carrazedo</i>) | 52. Soutelo de Aguiar (<i>Sancto Jacobo de Sautelo</i>) |
| 21. Trandeiras (<i>Trandeyras</i>) | 52A. Ermida de S. Pedro (<i>hermida de Sancto Pedro</i>) |
| 22. Lixa do Alvão | 53. Aldeia do Castelo (<i>Castello</i>) |
| 23. Paredes do Alvão (<i>Paredes</i>) | 54. Pontido (<i>Puntido</i>) |
| 24. Afonsim (<i>Alfonsim ou Fonsim</i>) | 55. Telões (<i>Sancto Salvatoris de Pena ou Telones</i>) |
| 25. Reguengo (<i>Regalengo</i>) | 56. Zimão (<i>Ezimam</i>) |
| 26. Cabanes (<i>Cabanis</i>) | 57. Gralheira (<i>Graleiras</i>) |
| 27. Parada de Monteiros (<i>Parada</i>) | 58. Souto (<i>Sauto</i>) |
| 28. Monteiros (<i>Monteiros</i>) | 59. Tourencinho (<i>Taurenzino</i>) |
| 29. Bragado (<i>Blagado</i>) | 60. Vila Chã (<i>Villa Chana</i>) |
| 29A. Pensalvos (<i>Penzalvos</i>) | 61. Agueiro (<i>Agueiro de Barreyro</i>) |
| 30. Vilarinho de S. Bento (<i>Villarino</i>) | 62. Soutelinho (<i>Soutilino de Villa</i>) |
| | 63. Covelo (<i>Covelo</i>) |

N
A

- ☐ CENTEIO
- ▣ MILHO
- ▢ TRIGO
- ▧ CEVADA
- ▩ CEREJAS NÃO ESPECIF.
- CARNEIRO
- ▬ GALINHAS / OVOS
- ▲ PORCO
- △ FRANGÃO
- △ COELHO
- VINHA
- APICULTURA
- LACTICÍNIOS
- CASTANHAS
- LINHO
- ▲ MOINHOS
- FERRARIAS



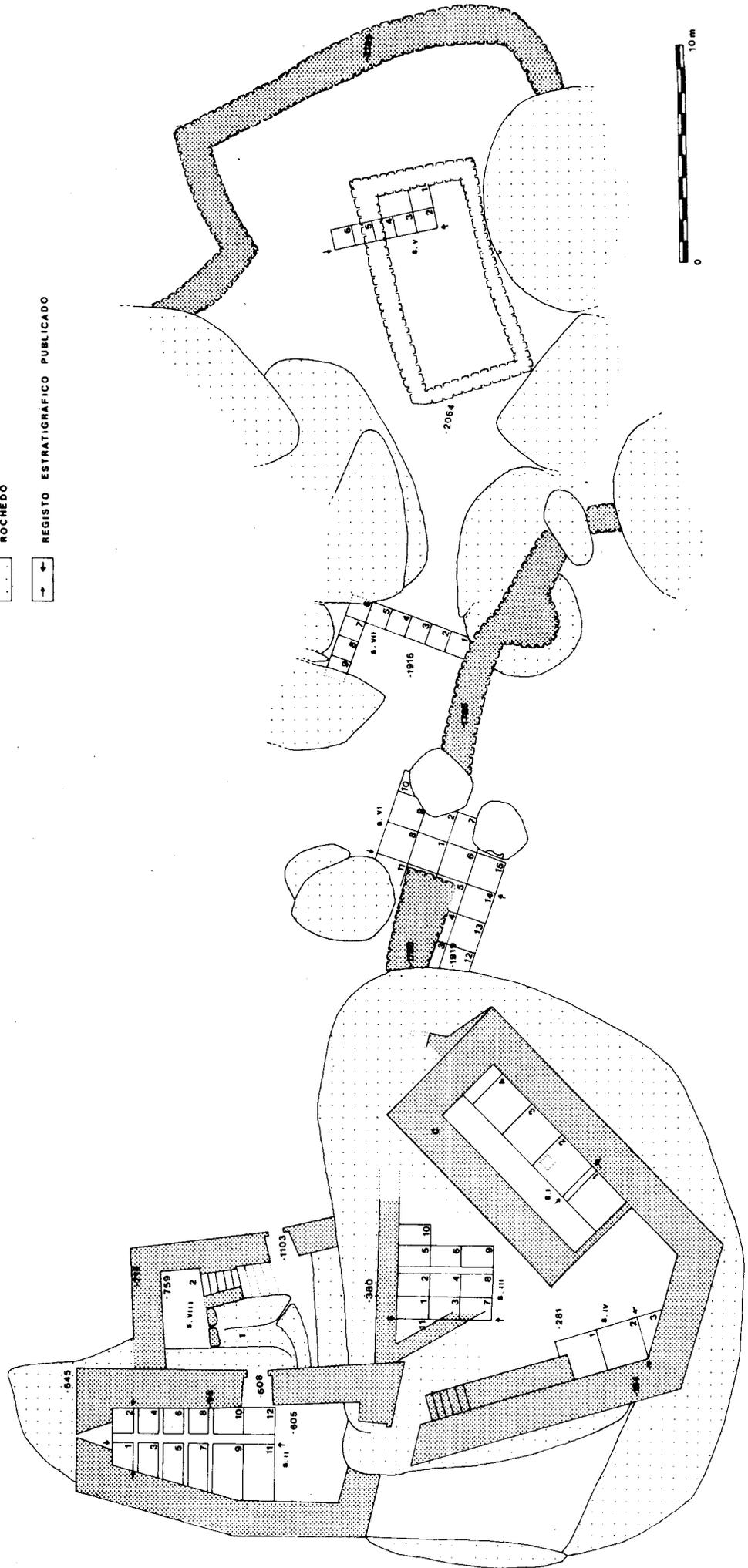
TERRA DE AGUIAR DA PENA
ECONOMIA NO SEC. XIII

- LIMITE DO CONCELHO DE VILA POUCA DE AGUIAR
- LIMITE DA TERRA DE AGUIAR DA PENA
- POVOAÇÃO REF. NO SECULO XIII
- POVOAÇÃO COM FORAL E/OU PAROQUIA
- VIAS MEDIEVAIS
- ✱ CASTELO DE AGUIAR DA PENA

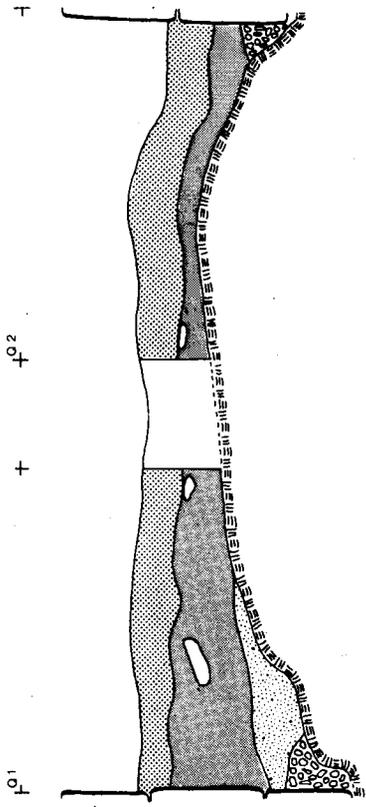
CASTELO DE AGUIAR DA PENA

SECTORES DE ESCAVAÇÃO

-  CONSTRUÇÃO MEDIEVAL
-  ROCHEDO
-  REGISTO ESTRATIGRÁFICO PUBLICADO

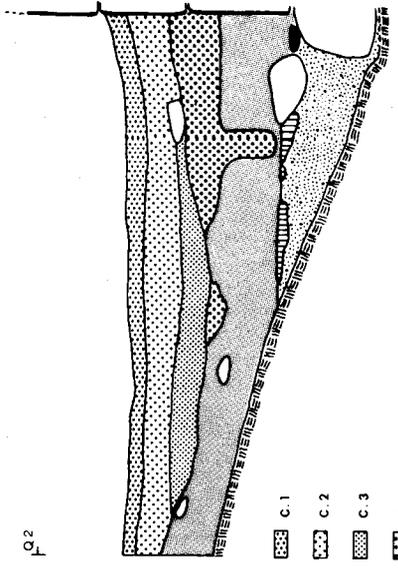
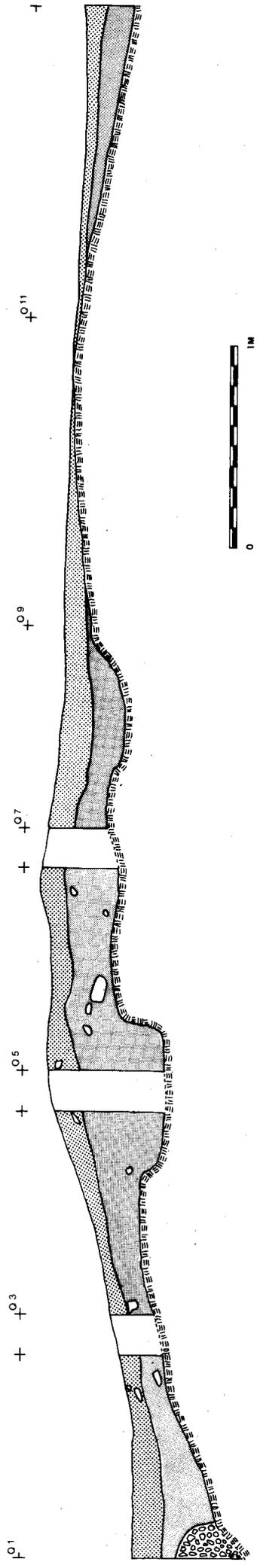


Est. VI



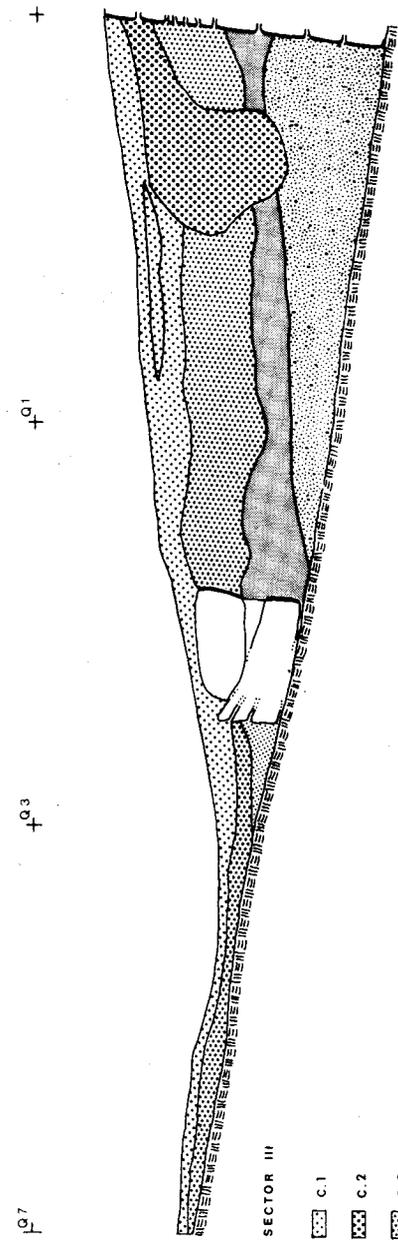
SECTOR II

- C.1
- C.2
- C.3
- CASCALHO



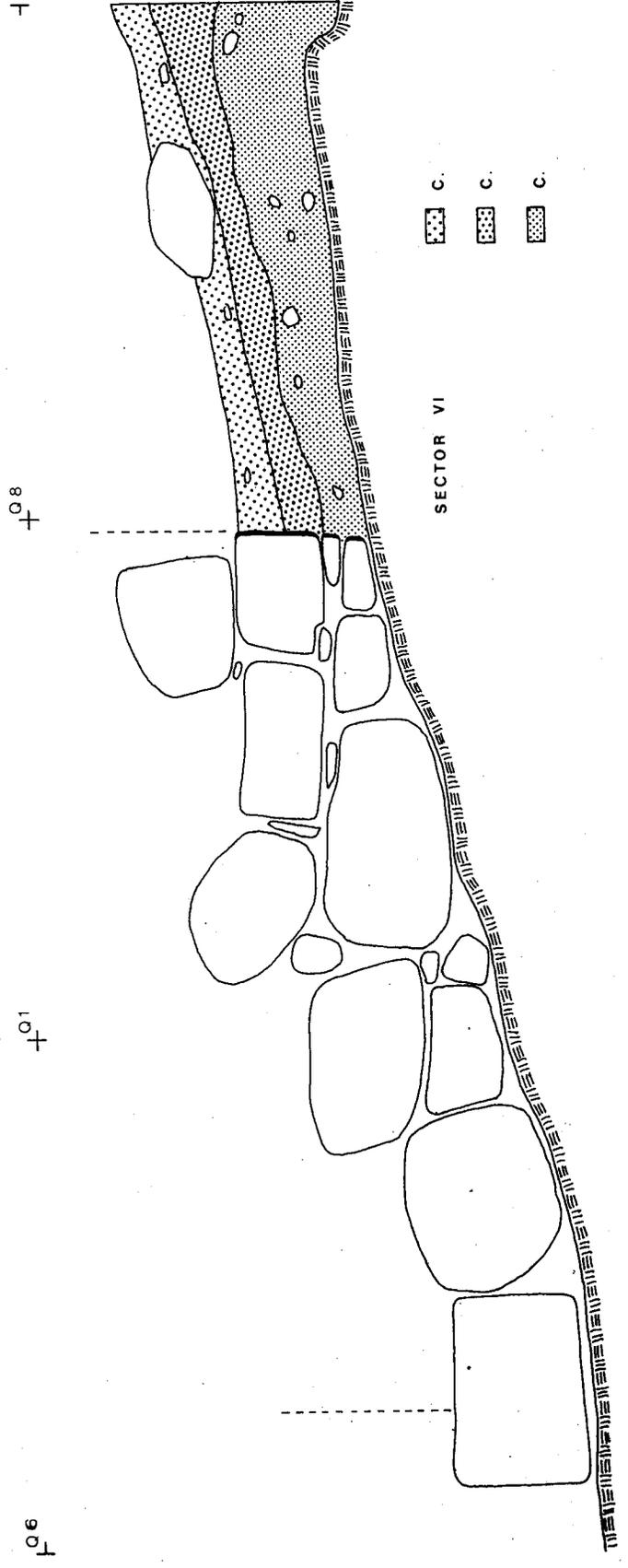
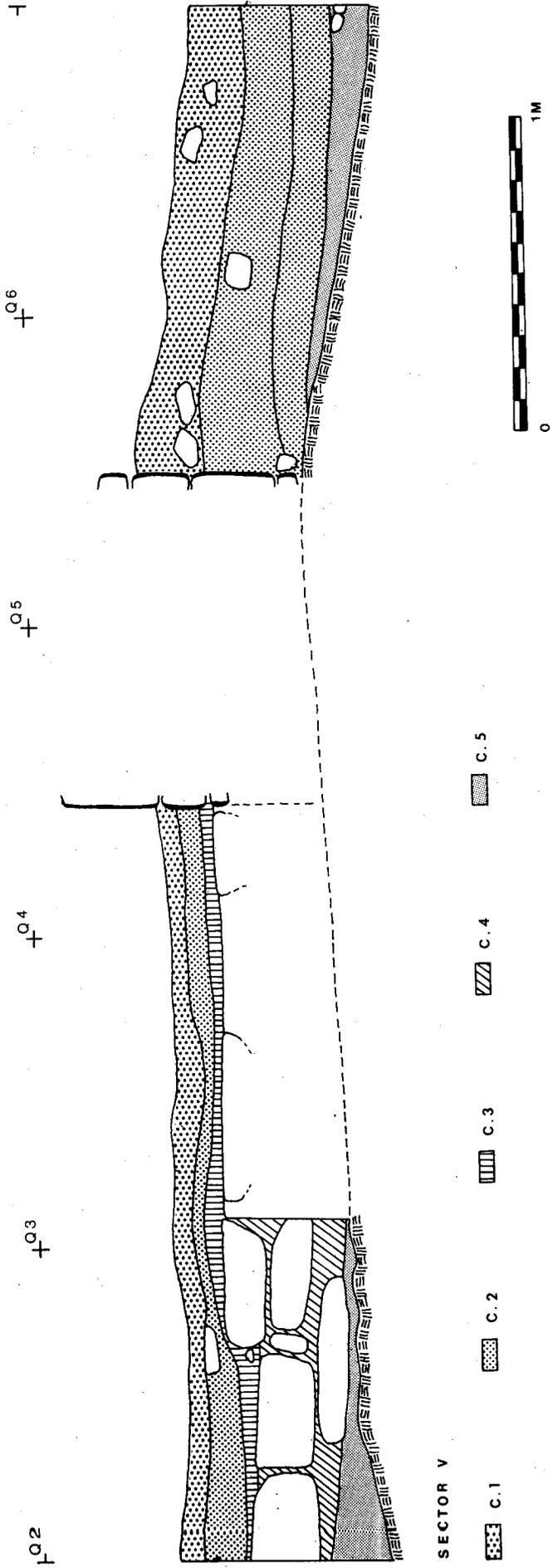
SECTOR IV

- C.1
- C.2
- C.3
- C.4
- C.5
- C.6
- C.6A
- C.7

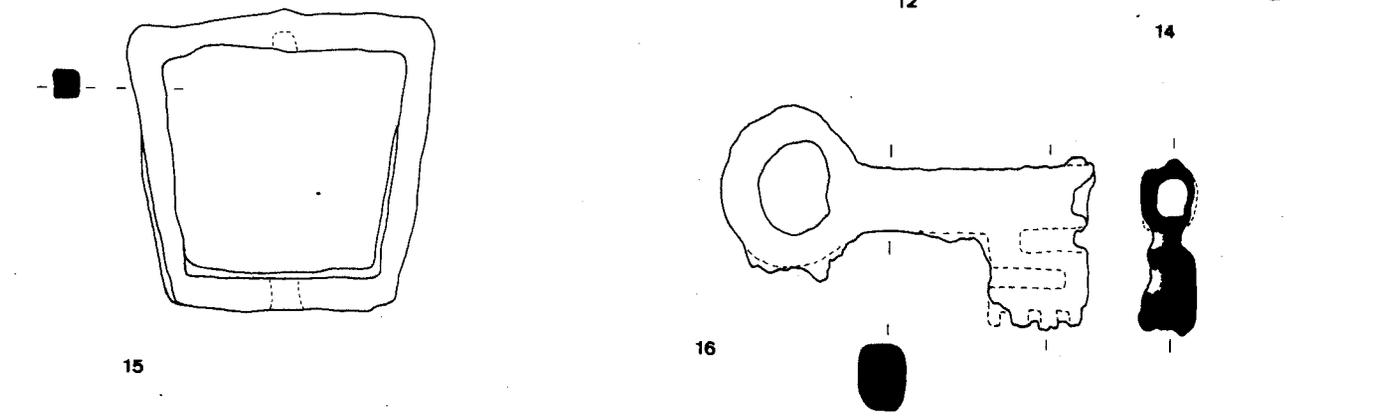
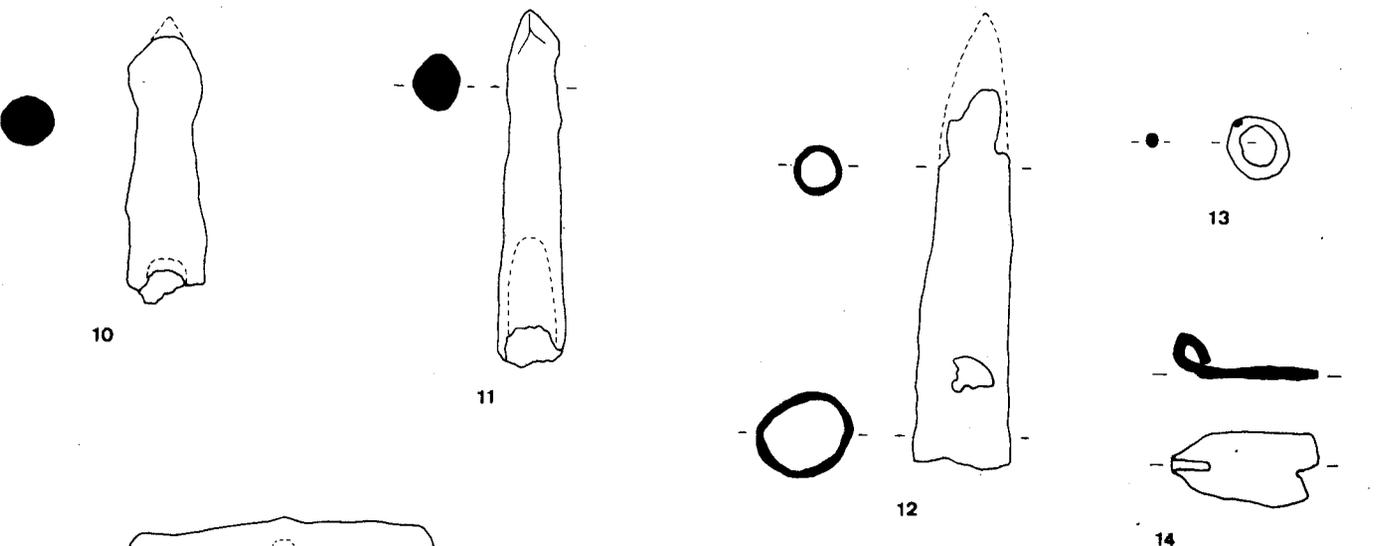
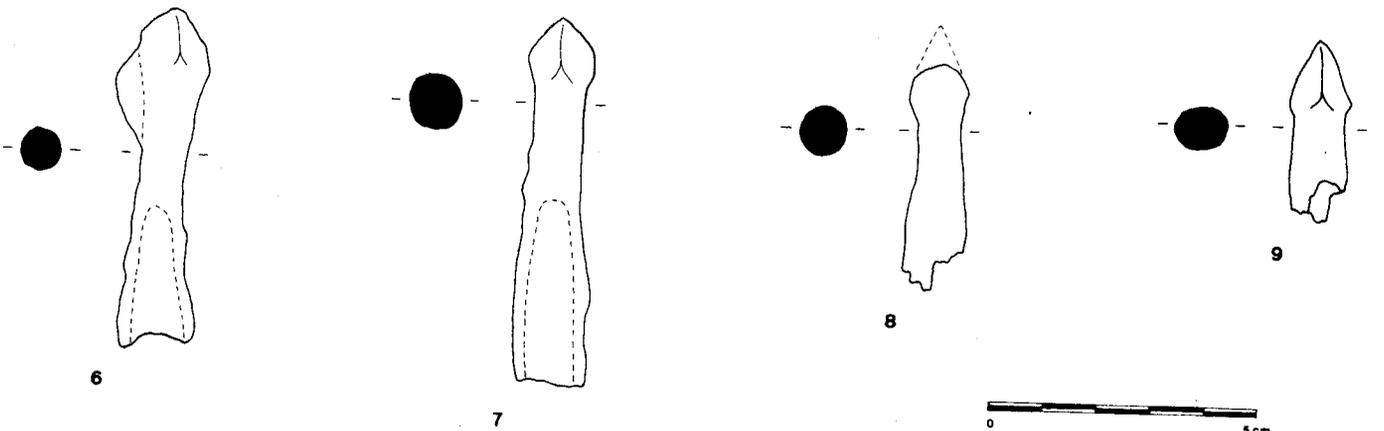
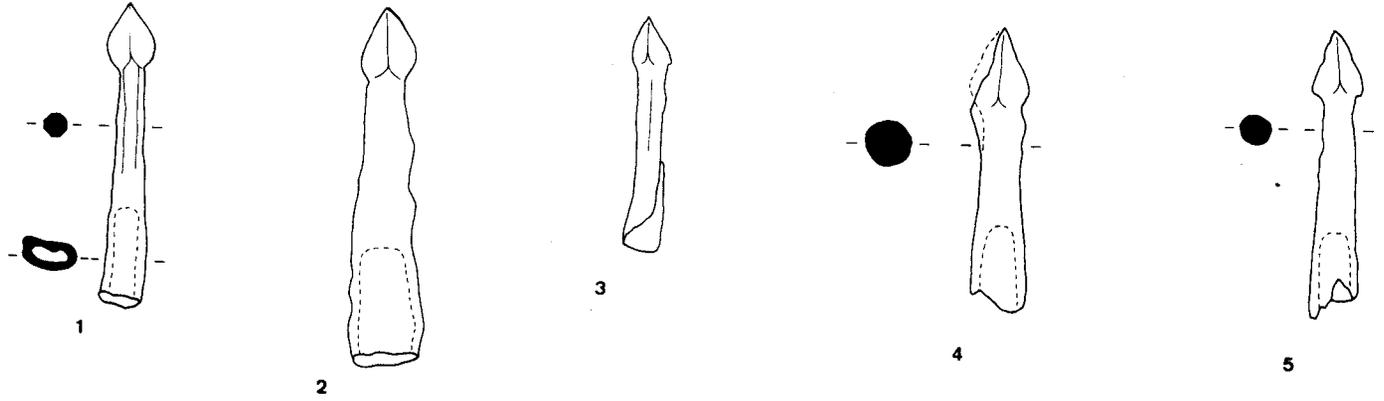


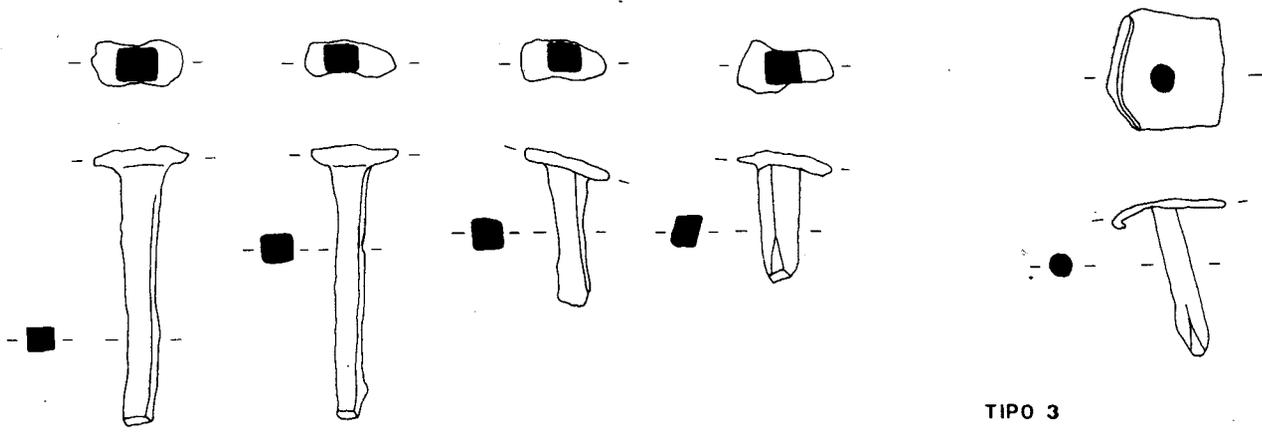
SECTOR III

- C.1
- C.2
- C.3
- C.3A
- C.4
- C.5



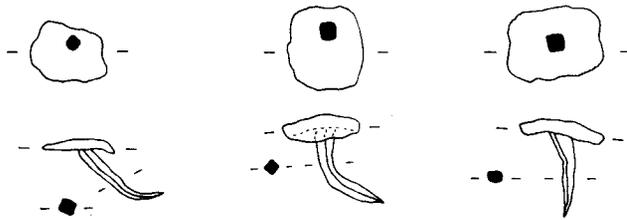
Est. VIII



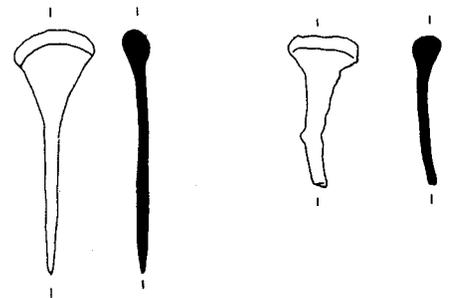


TIPO 1

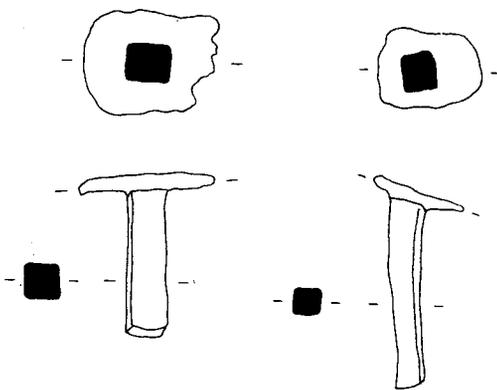
TIPO 3



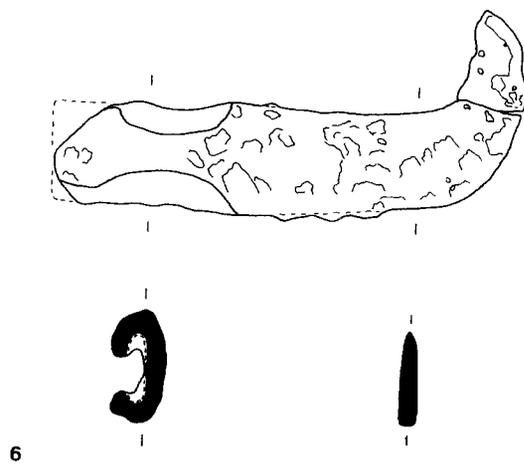
TIPO 2



TIPO 4



TIPO 5

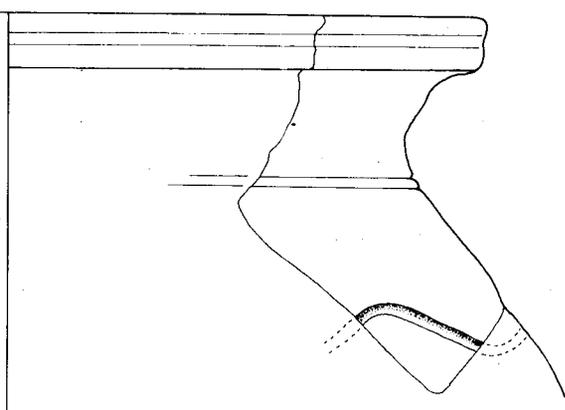
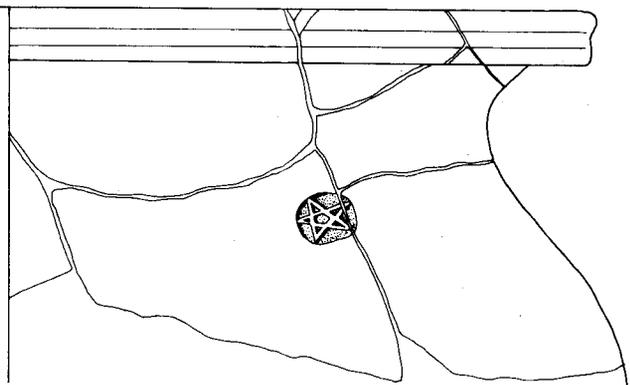
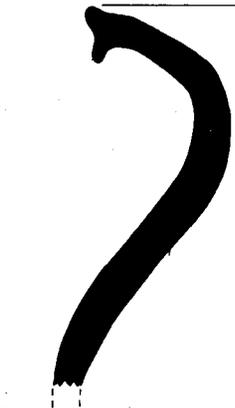
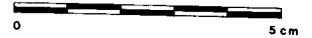
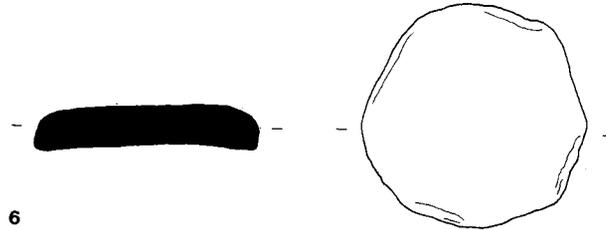
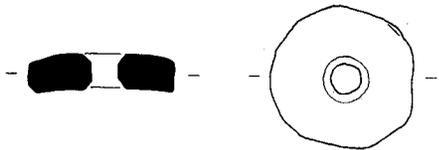
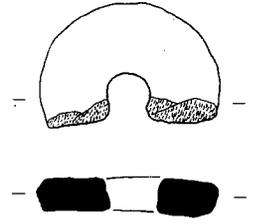
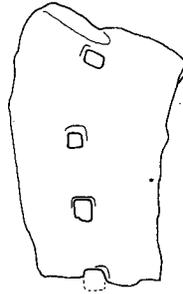
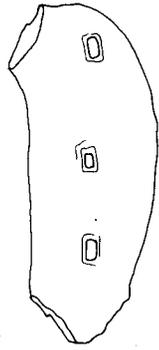
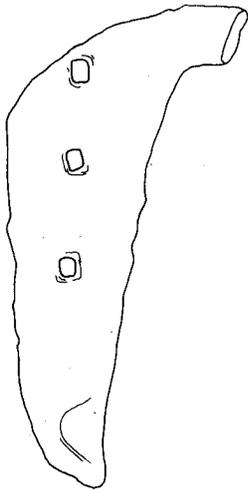


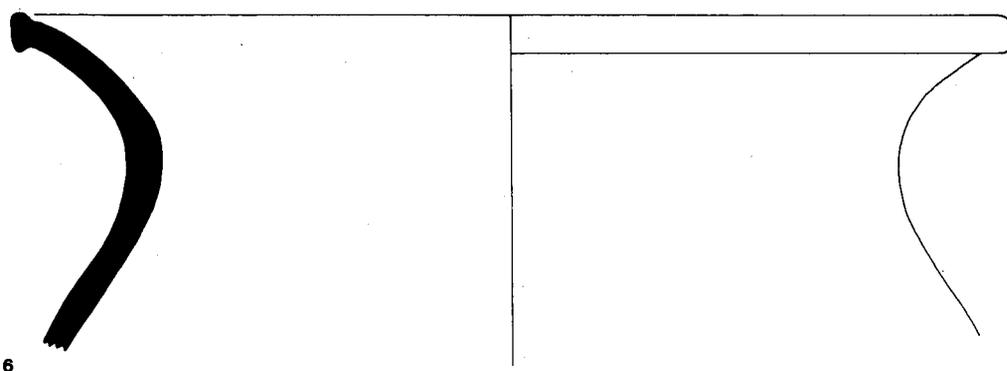
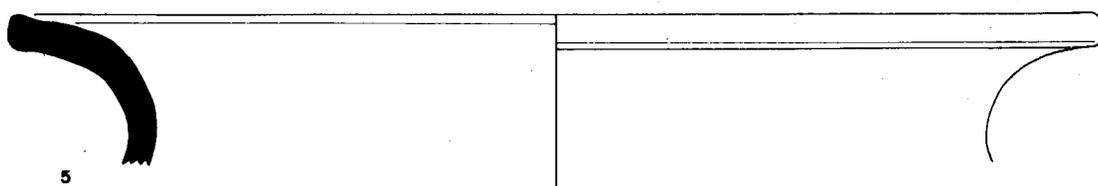
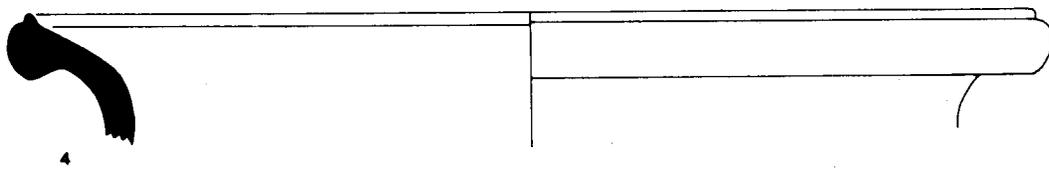
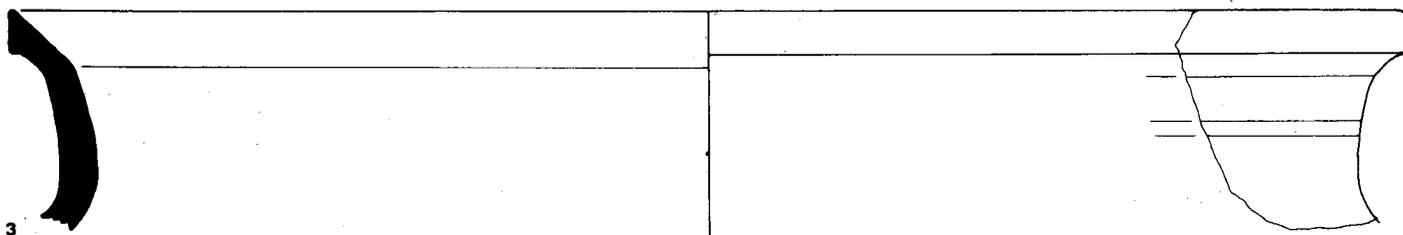
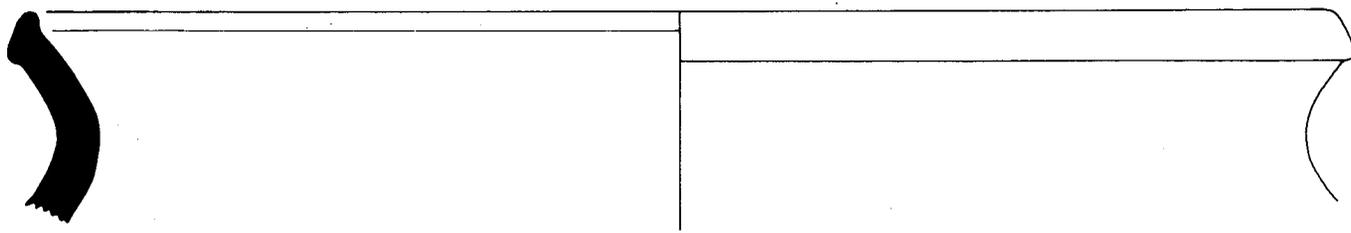
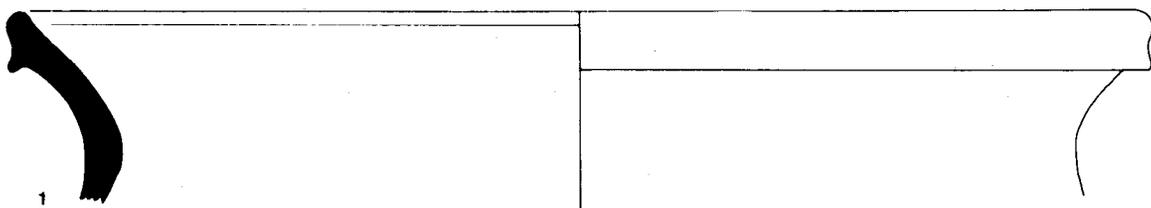
6

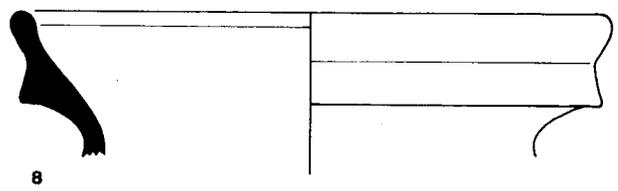
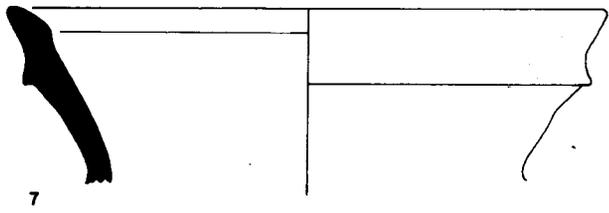
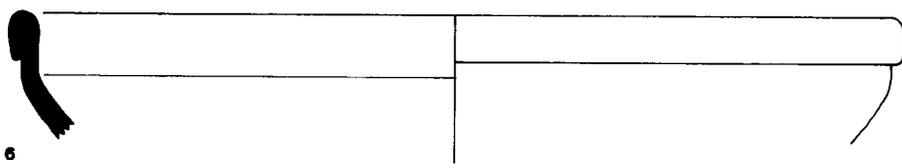
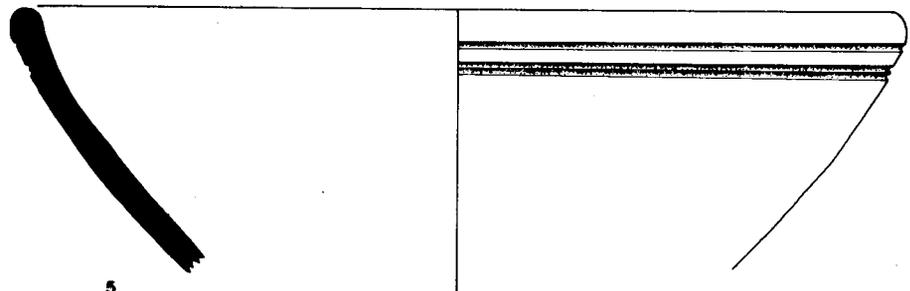
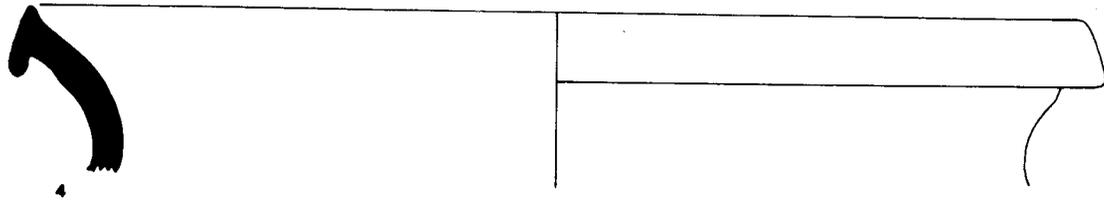
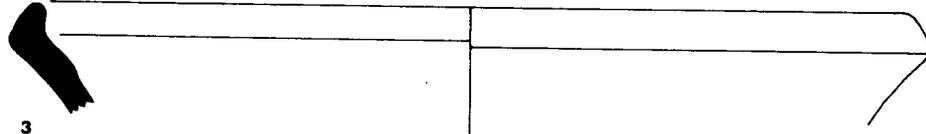
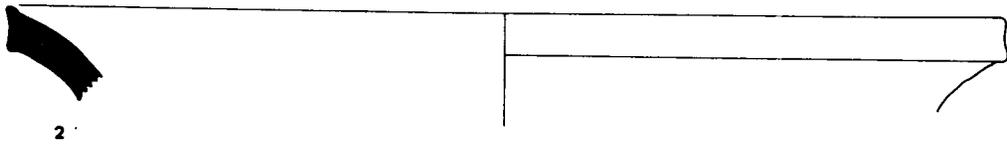
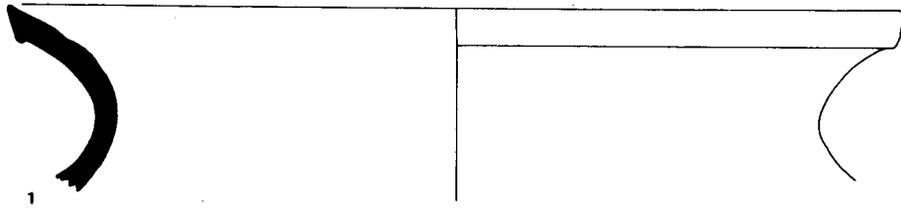


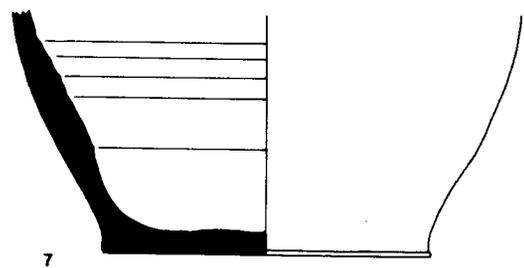
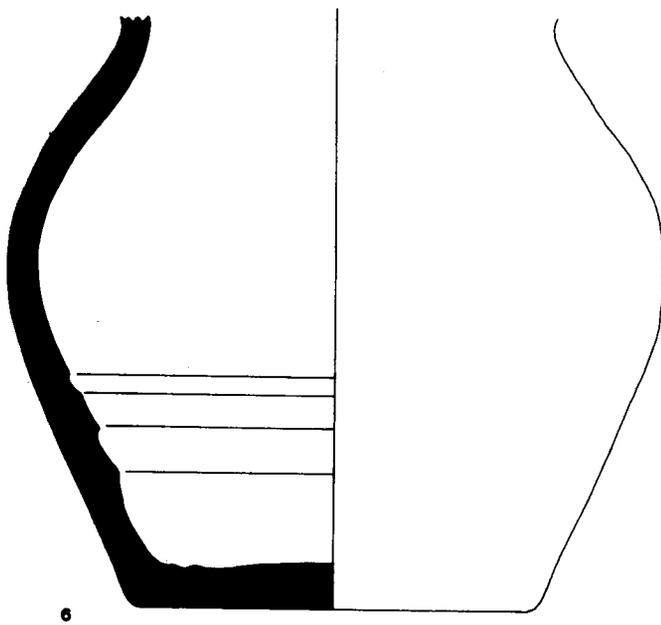
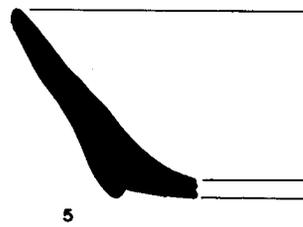
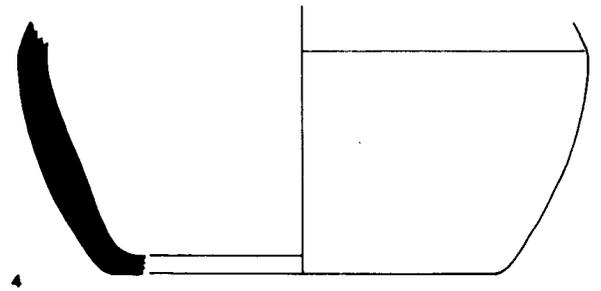
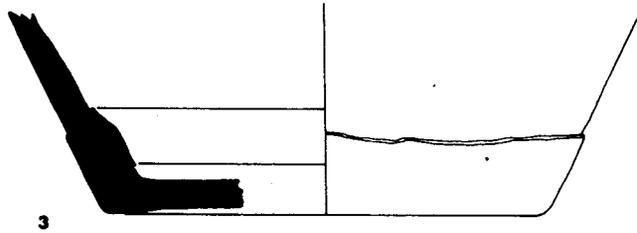
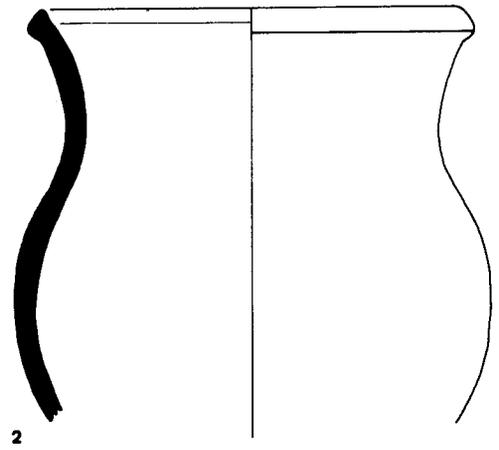
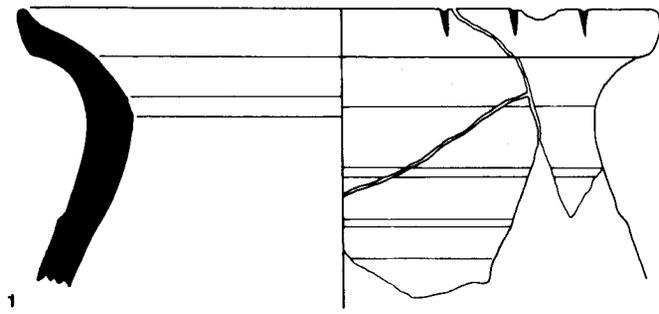
7

8

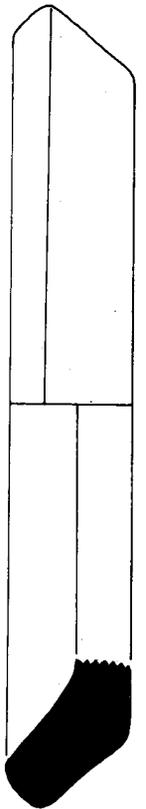
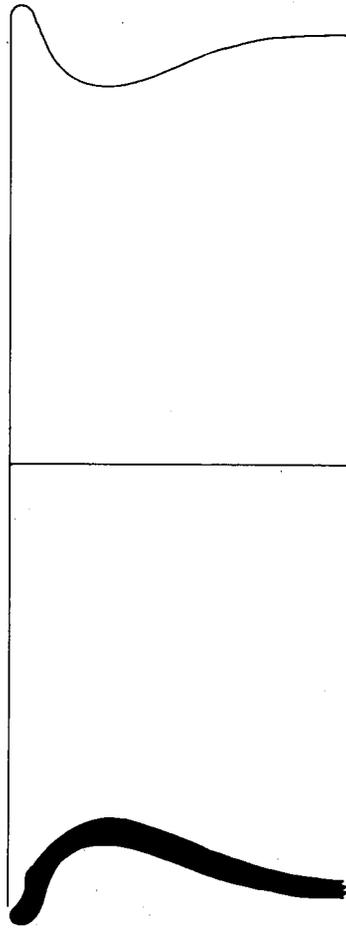
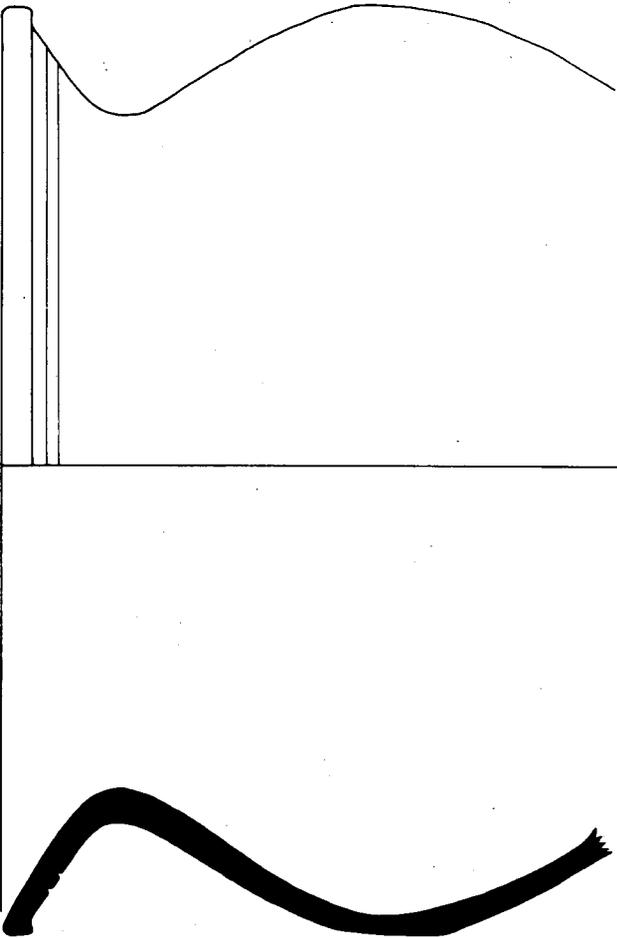
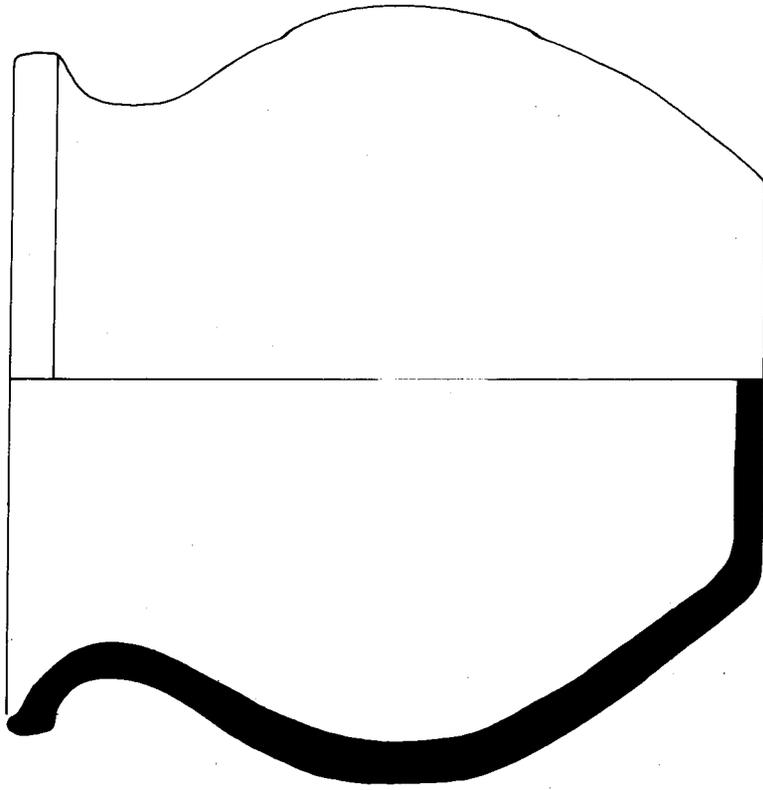
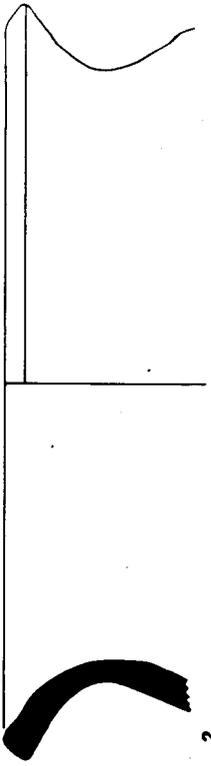


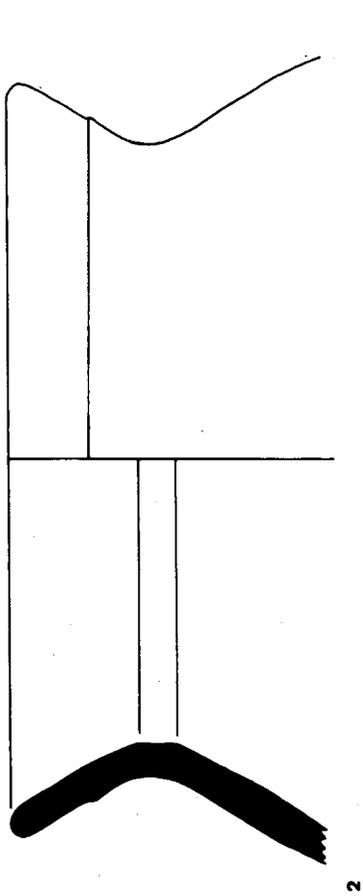




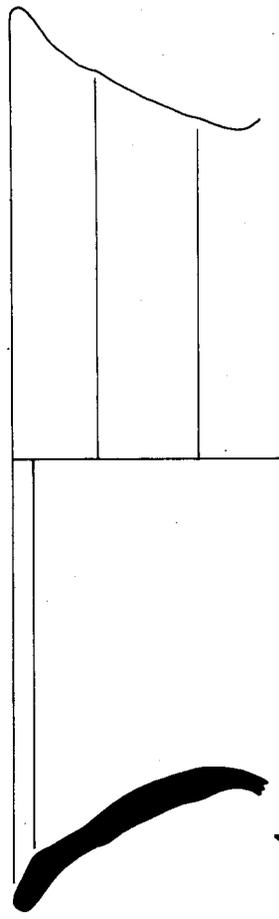


Est. XIV

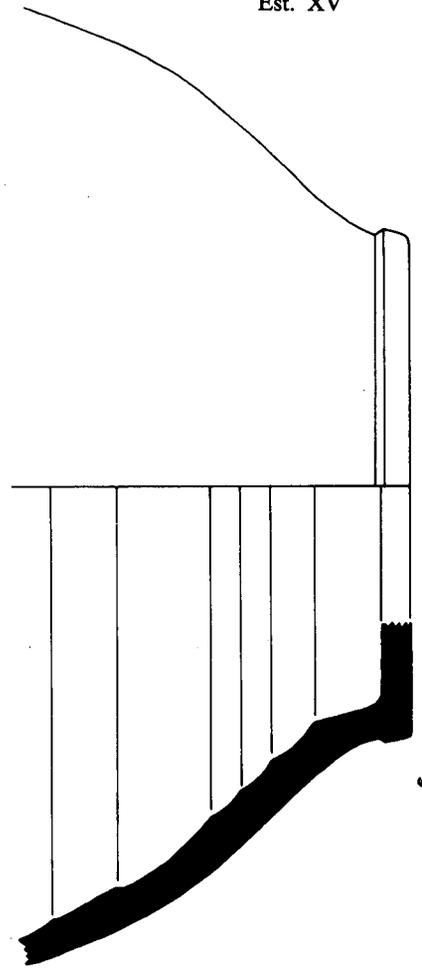




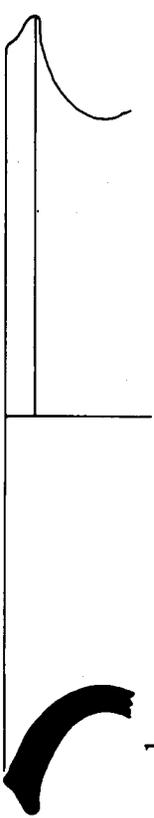
2



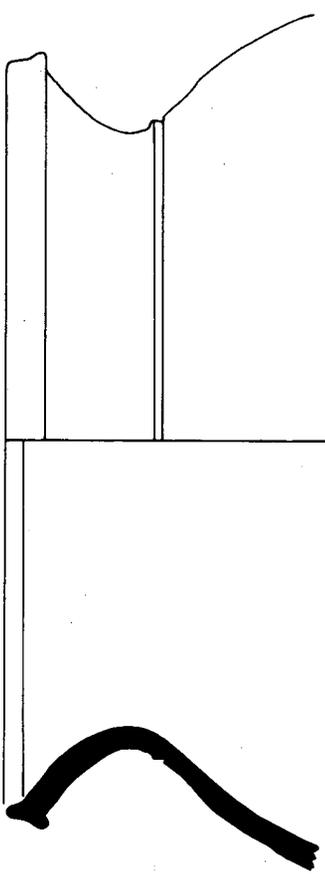
4



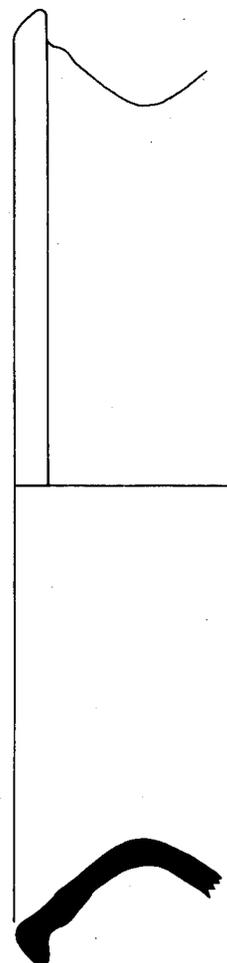
6



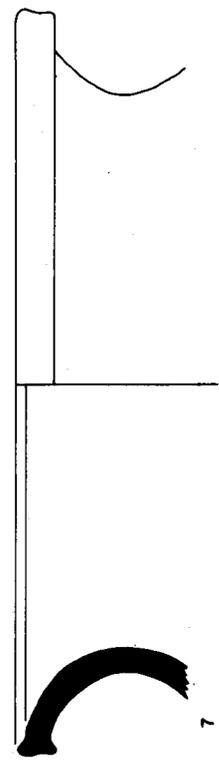
1



3

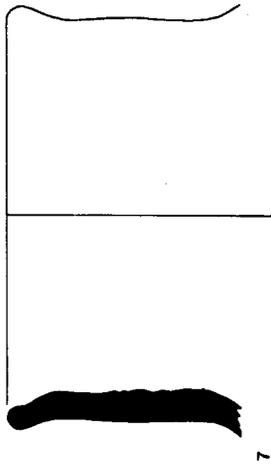
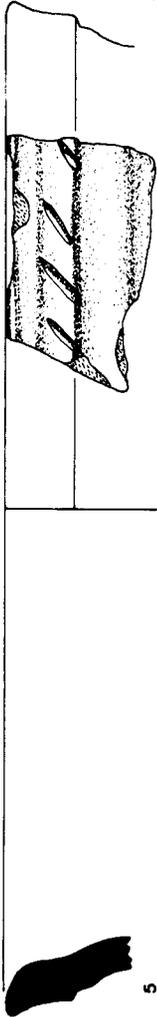
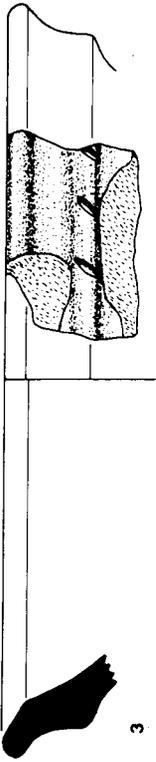
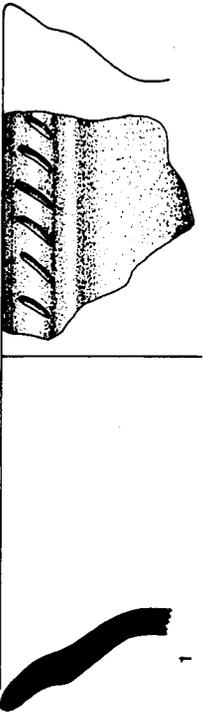
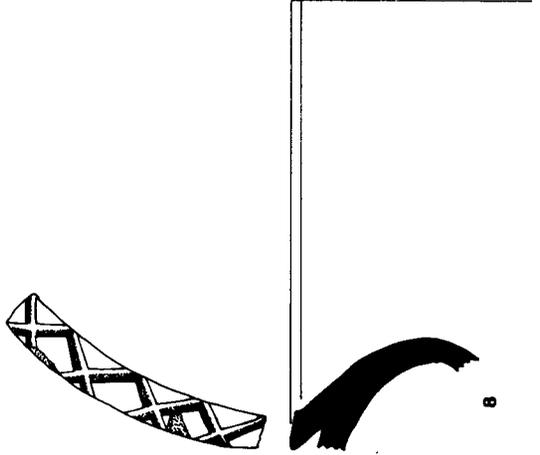
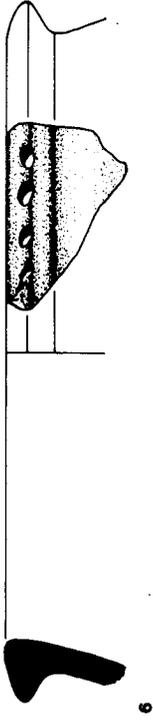
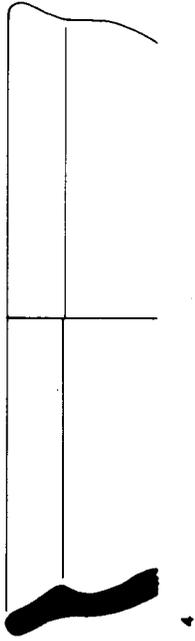


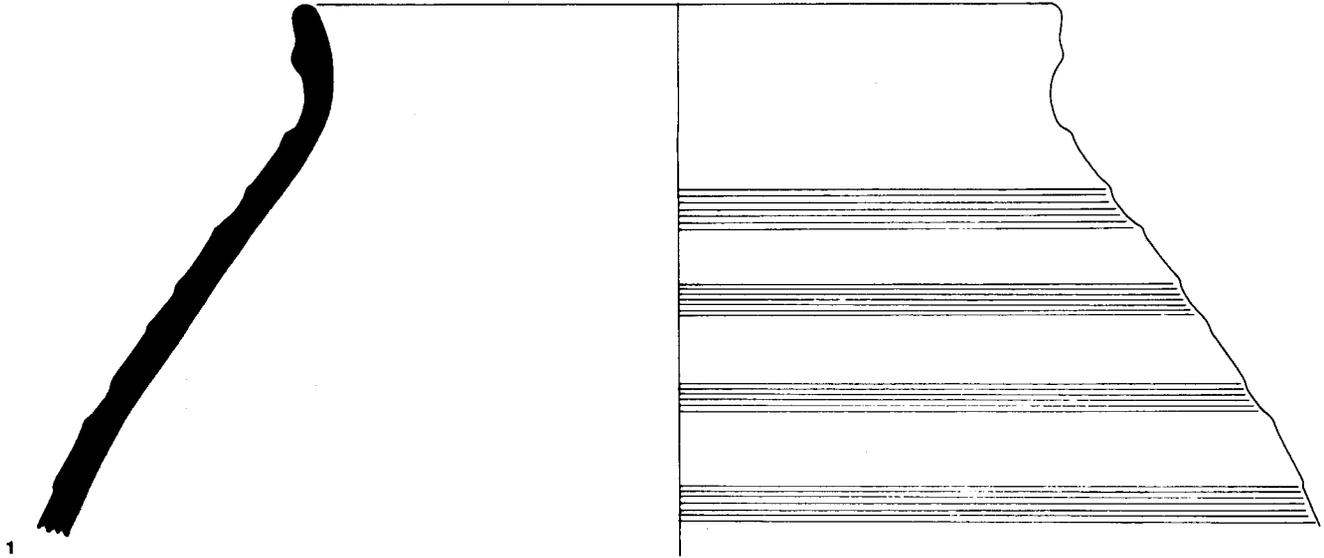
5



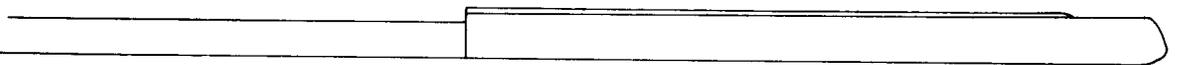
7



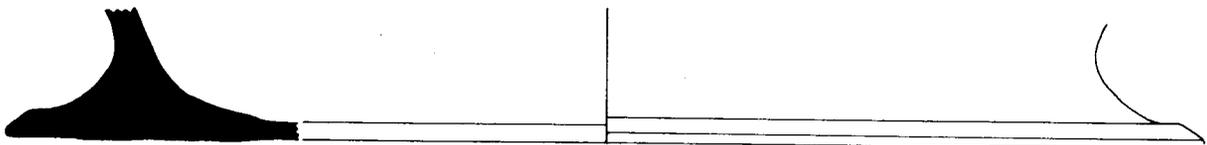
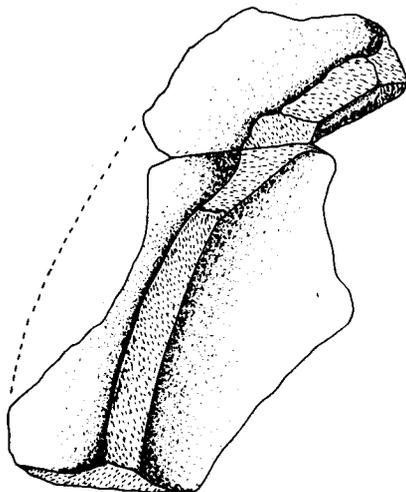




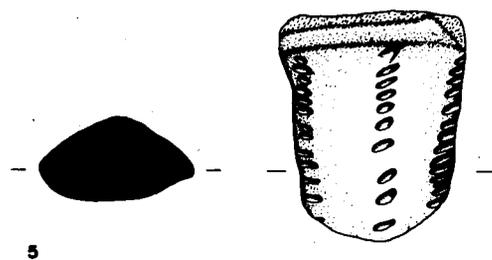
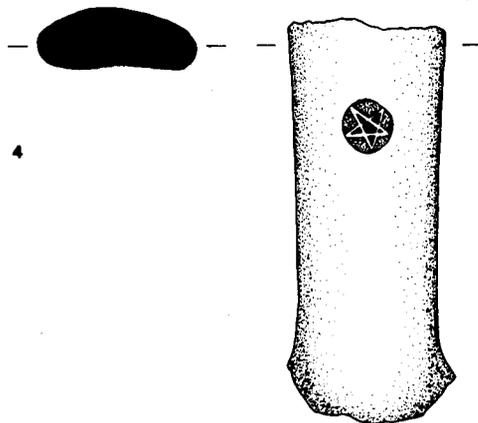
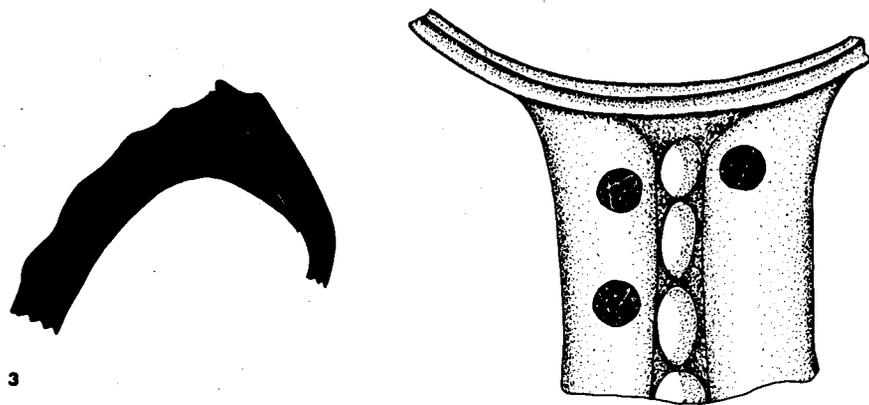
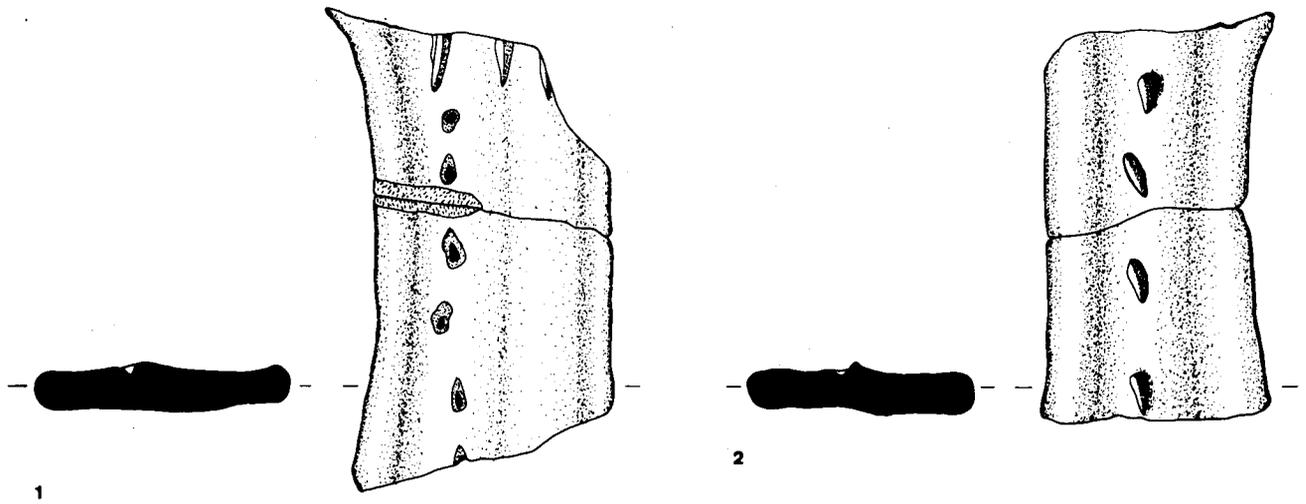
1

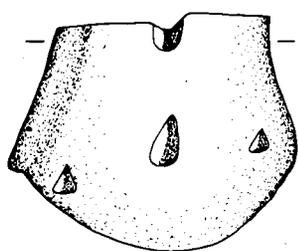


2

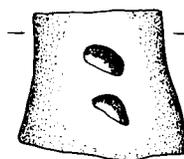


3

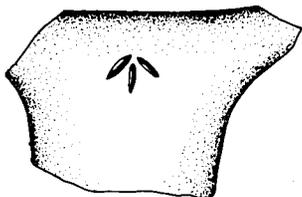




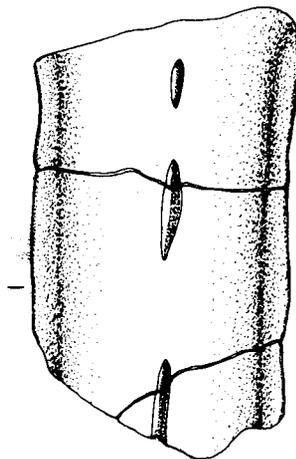
1



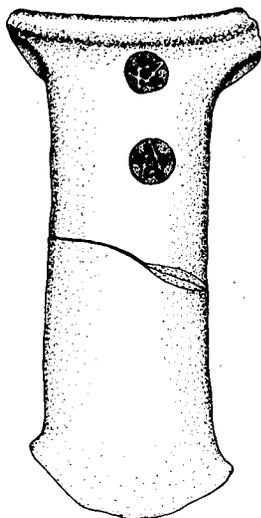
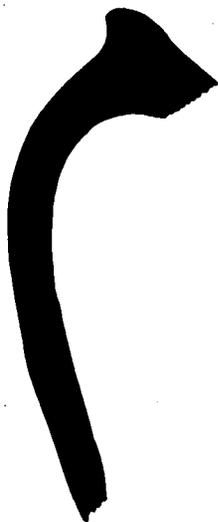
2



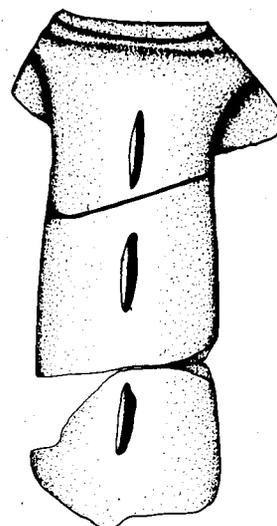
3



4



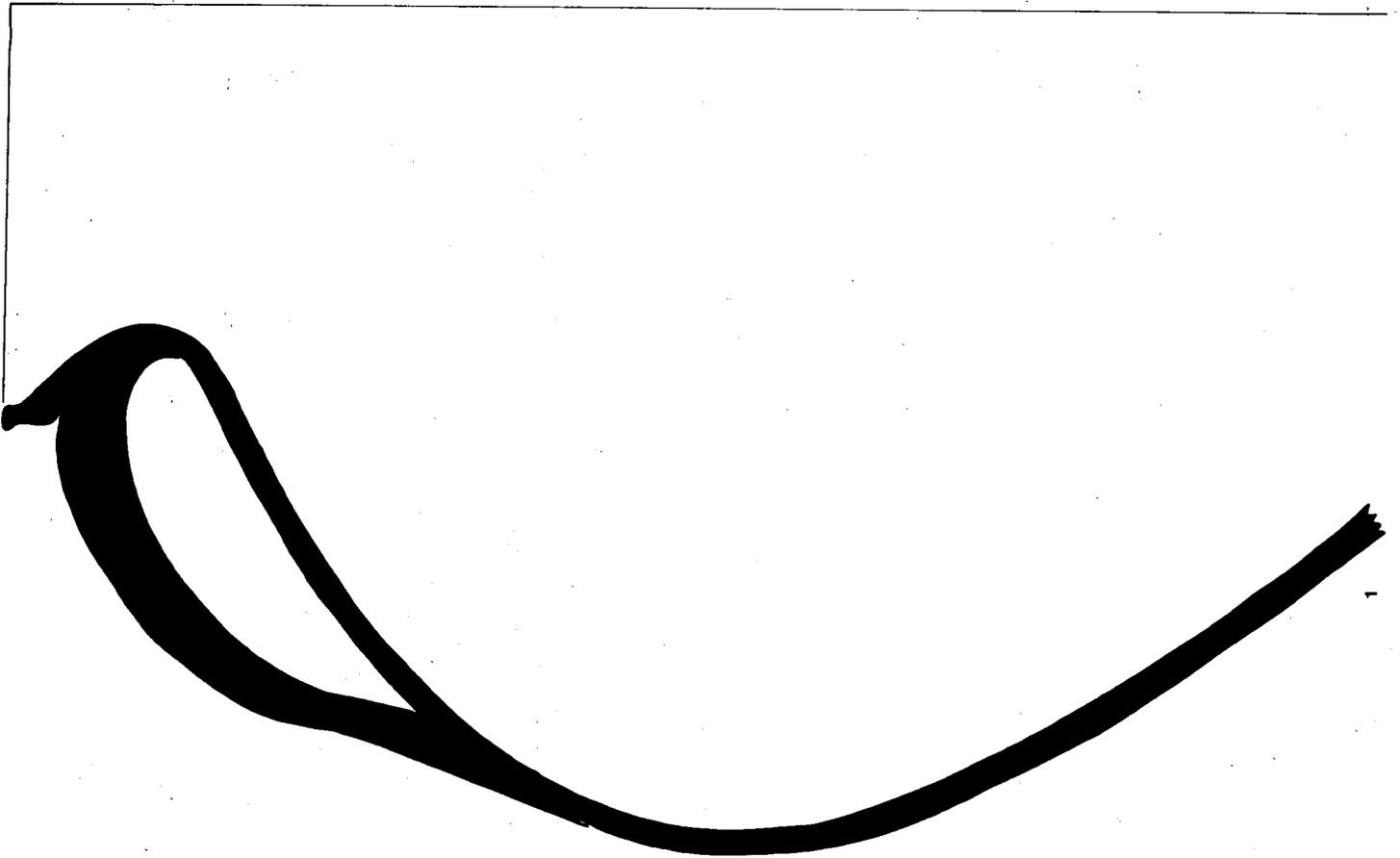
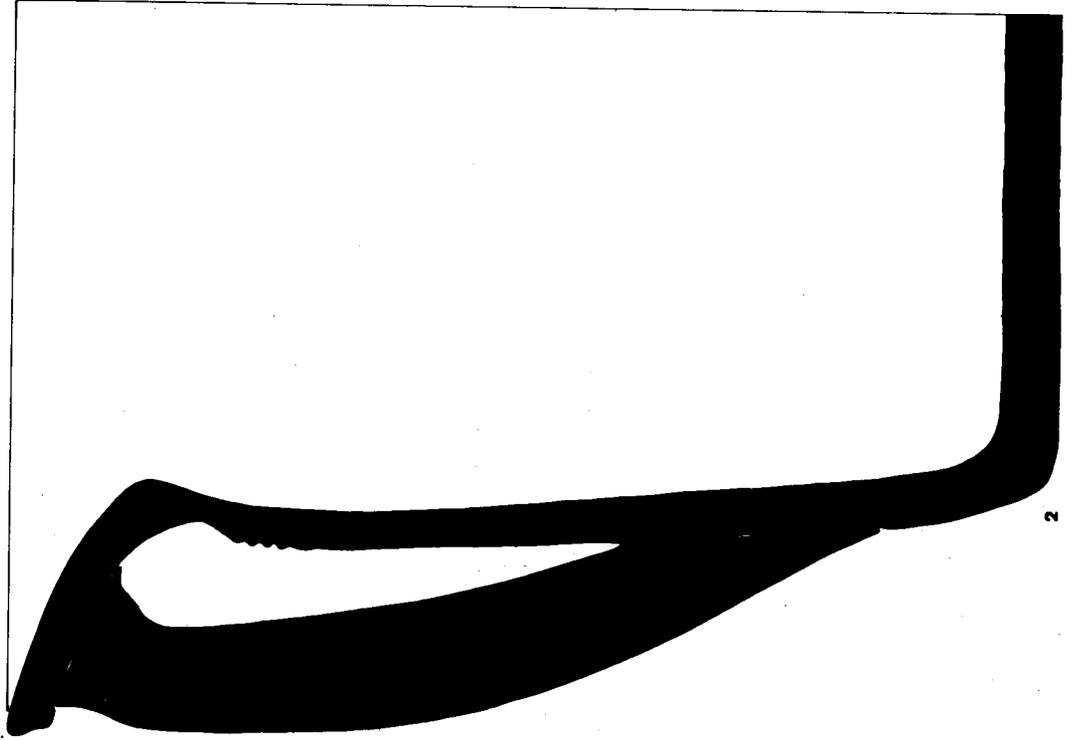
5



6



Est. XX



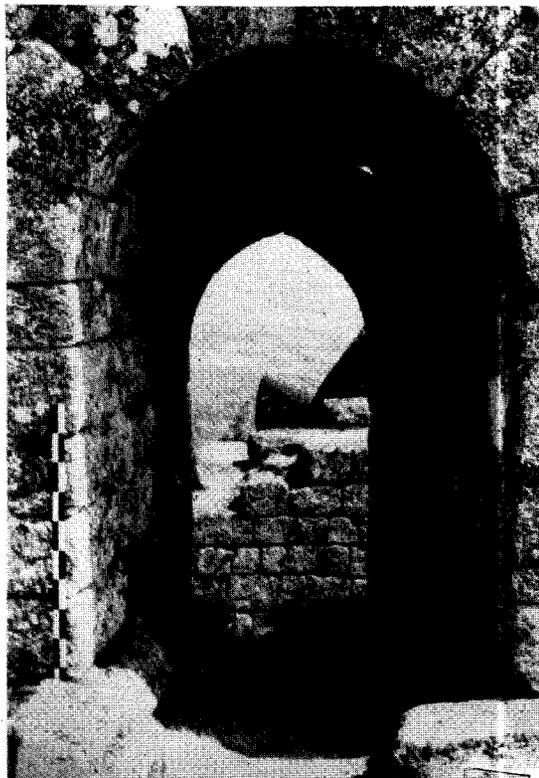




1



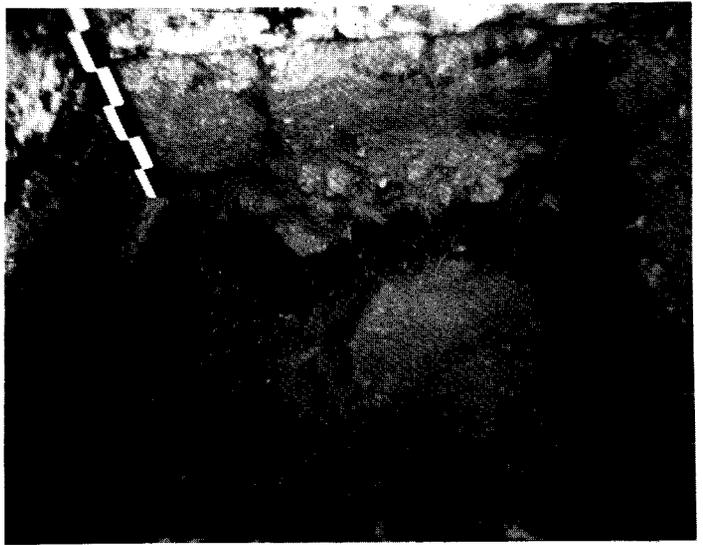
2



3



1



2



3



1



2



3



1



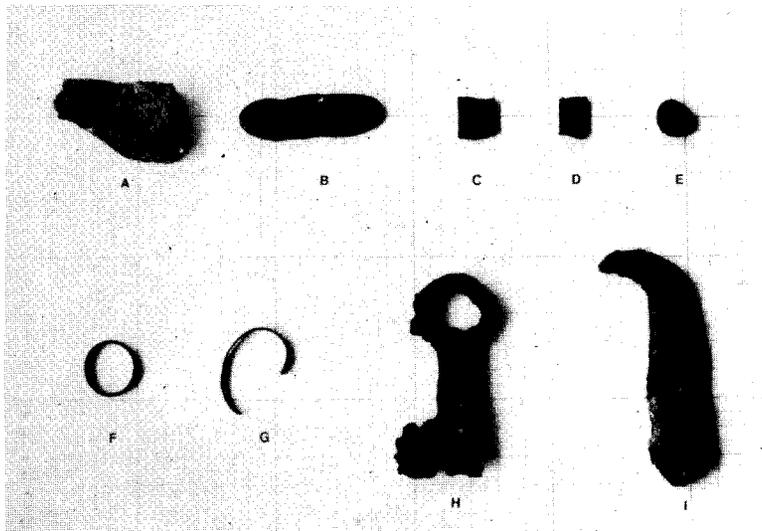
2



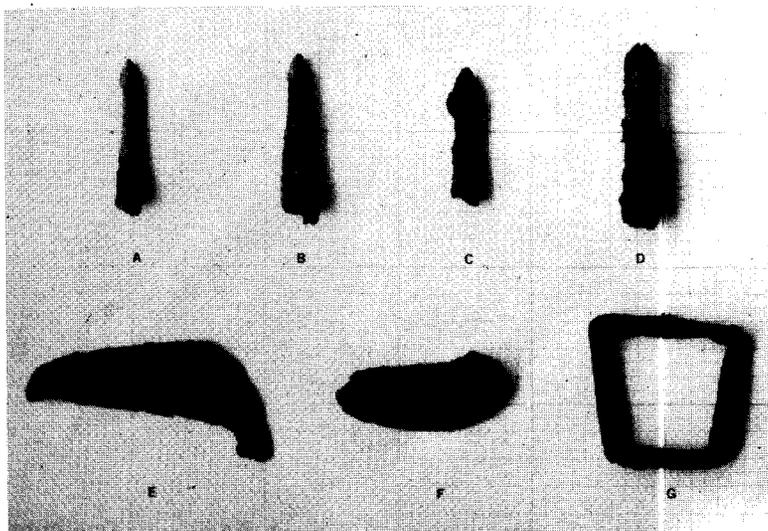
3



1



2



3